



Arthur Sá Anunciação

O Conflito em Caxemira

Uma luta identitária e a perpetuação de um risco internacional

Coimbra
Junho, 2013





FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Arthur Sá Anunciação

O Conflito em Caxemira

Uma luta identitária e a perpetuação de um risco internacional

Tese de Mestrado em Relações Internacionais, na especialidade de
Estudos para a Paz e Segurança, apresentada à Faculdade de Economia da
Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre

Orientador: Prof. Doutora Carmen Amado Mendes

Coimbra, 2013

Agradecimentos

Um especial agradecimento à minha orientadora Professora Doutora Carmen Amado Mendes pela sua excelente orientação não apenas em nível de conteúdo, mas também na parte da Metodologia. Agradeço à Professora Carmen pelo privilégio de ter sido orientado por ela, pelo esforço prestado em tornar o meu trabalho o mais original possível, pelo cuidado em ler o meu trabalho de maneira bastante atenciosa e também por ter proporcionado uma grande aprendizagem durante o meu período enquanto estudante de Relações Internacionais na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Agradeço-a pela motivação a fazer bons trabalhos, pela publicação de um artigo prestado à cadeira de Geopolítica e Geoestratégia e agradeço principalmente ao seu empenho nos seus trabalhos em relação à China no qual foi responsável por despertar em mim um grande interesse em estudos asiáticos. Por estas razões acredito que a atribuição da Professora Carmen enquanto minha orientadora não poderia ser mais prestigiosa.

Em seguimento, não poderia deixar de agradecer aos meus professores do Mestrado em Relações Internacionais pelo apoio prestado aos alunos e pela construção do nosso conhecimento em áreas específicas como Estudos para Paz e Segurança. Agradeço especialmente às Professoras Doutora Maria Raquel Freire e Doutora Elsa Lechner que estiveram presentes a nos orientar de maneira paralela aos nossos orientadores durante as preciosas aulas de Seminário de Acompanhamento. Estas aulas foram inteiramente responsáveis pelo aperfeiçoamento do nosso estudo. Agradeço em especial a Professora Raquel pela boa disposição em corrigir os meus trabalhos enquanto estive ausente no meu período de Mobilidade e pelas correções que foram essenciais no início da minha investigação. Agradeço à Professora Elsa pela boa disposição em corrigir o meu trabalho no intuito de possibilitar o melhor aproveitamento da leitura e pelas suas críticas mais do que construtivas.

Agradeço também ao Professor Doutor Philip Lewis da Divisão de Estudos para Paz da Universidade de Bradford no Reino Unido por partilhar a sua magnífica experiência de vida durante a sua estadia no Paquistão durante a cadeira “*Religions Conflict and Peacemaking in a post-Secular World*” na qual tive a oportunidade de estar

presente e trabalhar com a questão da Caxemira. A experiência do Professor e todas as suas constatações foram fundamentais para a minha motivação em começar a minha investigação durante o meu período na Inglaterra. Obrigado à Universidade de Coimbra por proporcionar esta experiência de mobilidade com o Reino Unido aonde me foi possível aprofundar o meu conhecimento e viver uma experiência marcante em minha vida.

Ao Alex Chambers-Ostler eu agradeço todo o seu apoio prestado, pelo encorajamento, pela parceria e pela cumplicidade no trabalho enquanto estivemos os dois a escrever as nossas dissertações. Agradeço pelo apoio psicológico, por me fazer acreditar que sempre devemos lutar por aquilo que desejamos em busca dos nossos sonhos e por ter estado sempre a lembrar-me de que era capaz de fazer tudo aquilo no qual havia me comprometido e nunca desistir. Obrigado por ter estado sempre ao meu lado enquanto precisei, seu apoio foi fundamental na minha evolução.

Aos meus colegas do Mestrado em Relações Internacionais, agradeço a amizade e a confiança demonstrada durante a partilha das nossas aflições e medos nestes dois anos de estudo e outros em especial por todos os anos de coleguismo durante a Licenciatura e Mestrado. Também agradeço a estes colegas por todos os bons momentos compartilhados que foram fundamentais para acalmar os nossos nervos em fase de entrega de trabalhos e acima de tudo pelas críticas construtivas e comentários que enriqueceram o meu estudo durante as minhas apresentações.

Agradeço de uma maneira muito especial aos meus amigos de Coimbra, aqueles que regressaram aos seus países e aqueles que continuam a estudar nas tantas Faculdades, por todo o apoio prestado, pelos maus e bons momentos partilhados e principalmente pelo suporte emocional que oferecemos um aos outros, momentos estes que fizeram a experiência de estudar tão longe do meu país algo tão incrível e menos doloroso no âmbito da saudade.

Por fim, agradeço aos meus pais José Thadeu e Marilene e também aos meus irmãos Thiago e Raphael por sempre terem depositado a maior das confianças em minha pessoa e por terem estado sempre presentes em todos os momentos da minha vida, ainda que muito longe, a distância não foi suficiente para inibir o orgulho

expressado por vocês durante esta minha caminhada neste país que embora tenha tanto em comum com o meu próprio Brasil, me obriga a estar geograficamente distante do conforto e do carinho da minha família. Obrigado pelo incentivo e pelo apoio nestes anos em que estive a estudar na Universidade de Coimbra.

A todos aqui mencionados, ficam as minhas calorosas palavras para expressar completa gratidão e reconhecimento durante todo o meu percurso.

Muito obrigado a todos.

Resumo:

O conflito entre Índia e Paquistão em busca pelo domínio da região da Caxemira – *Jammu & Kashmir* - vem se perpetuando por sessenta e seis anos desde a descolonização por parte do ex-império Britânico em 1947. A Caxemira é reconhecida internacionalmente como parte integrante da administração indiana. Porém, o governo do Paquistão posiciona-se contra este reconhecimento e defende a idéia de que o estatuto da Caxemira ainda é incerto e apenas o povo pode decidir o posicionamento da mesma. Desde 1947 quando se iniciou o conflito entre os dois países, três guerras já foram travadas bem como um conflito independente em larga escala. Estes eventos resultaram num extenso número de mortes bem como a propagação do ódio entre as diferentes comunidades religiosas ramificadas através dos fundamentos do islã e do hinduísmo. Entre a luta pela posse de terras e seu estatuto final o conflito da Caxemira adquiriu proporções para além das suas fronteiras. O temor de que as políticas nucleares destas nações possam resultar numa guerra vem recebendo destaque ao decorrer dos anos. A hipótese que orienta este estudo defende que devido ao seu caráter multidimensional e plural em relação aos seus autores o conflito acaba por se perpetuar e com isto representa um risco para a comunidade internacional. Este mencionado risco é representado também pela atribuição da dimensão ideológica, por ser um palco de práticas jihadistas bem como pelo posicionamento de suas políticas nucleares.

Palavras-chave: Conflito da Caxemira, Identidade, Recursos Hídricos, Jihad, Jihadismo, Posicionamento Nuclear, Índia e Paquistão.

Abstract:

The conflict between India and Pakistan for the dominance of the regions Jammu & Kashmir has perpetuated for sixty-six years since the decolonization from the former British Empire in 1947. Kashmir is internationally recognized as an integral part of the Indian government. However, the Pakistani government is opposed to its recognition and defends the idea that the status of Kashmir is still uncertain and only the people can decide its status. Since 1947 when the conflict started, three Indo-Pakistani wars have been fought as well as an independent large-scale conflict named the Kargil event. These events resulted in an extensive number of deaths and the spread of hatred between different religious communities branched through the basics of Islam and Hinduism. Besides the struggle for the dominance of the land and its final status, the Kashmir conflict acquired proportions beyond borders. The fear represented by the nation's nuclear policies could evolve into a large scale war that has received much attention. The hypothesis that guides this study argues that due to its multidimensional character as well as the plurality of authors, the conflict has perpetuated itself over the years and thus poses a risk to the international community. This mentioned risk is also represented by the ideological dimension of the conflict, for being a practical jihadists' stage and due to the positioning of Indo-Pakistani nuclear policies.

Key words: Conflict in Kashmir, Identity, Water Resources, Jihad, Jihadism, Nuclearization, India and Pakistan.

Índice

Agradecimentos	1
Resumo:.....	5
Abstract:	7
Lista de Imagens/Mapas.....	11
Lista de Abreviaturas	13
Introdução	17
Capítulo I – A gênese do conflito nas terras da Caxemira	29
1.1 – A perpetuação do conflito e suas dimensões:.....	31
Capítulo 2 – O dilema da Segurança na questão da identidade: a perspectiva construtivista e a teoria do conflito social prolongado.....	37
2.1 – A questão da identidade pela teoria construtivista	37
2.2 - O dimensão individual na insegurança societal	39
2.3 - As necessidades humanas segundo Burton	42
2.5 - O processo em Caxemira.....	49
Capítulo 3 – A luta pelos recursos e o simbolismo da água	55
3.1 – As indisposições sobre a partilha da água.....	57
3.2 – A mudança da trajetória e a sobrevivência do Tratado da Água	63
3.3 – Água: O jogo da culpa e a racionalização da identidade	68
Capitulo 4 – A ideologia islâmica sob a instrumentalização do jihad e da ideologia terrorista	73
4.1 – Introdução	73

4.2 – As duas faces do jihad: da ideologia ao sangue	76
4.3–O cenário Caxemira: da militância ao Jihadismo.....	81
4.4 – Vida longa ao jihad e o posicionamento nuclear.	86
Capítulo 5 – Os processos de formação das políticas nucleares indianas e paquistanesas.....	93
5.1 – A contextualização pós Guerra Fria e posicionamento das armas nucleares. ...	95
5.3 – As reflexões sobre a política nuclear indiana sob a sombra americana.....	101
5.4 – O amor à bomba: a tradução de uma ameaça à comunidade	104
Capítulo 6 – Considerações finais.....	113
Referências Bibliográficas.....	121
Lista de Anexos.....	133

Lista de Imagens/Mapas

- Ilustração 1 – Mapa Político da Caxemira – Jammu and Kashmir p.19**
- Ilustração 2 – Círculo progressivo em correlação entre os diversos níveis de identidade com as variáveis do conflito social prolongado p.53**
- Ilustração 3 – Quadro das propostas para alocação das águas a serem considerados nas negociações do tratado das águas do rio Indo p.63**
- Ilustração 4 – Mapa da Agricultura e uso das terras no Paquistão p.66**
- Ilustração 5 - Batalhas e Mortes por ano no conflito Indo-Paquistanês p.84**
- Ilustração 6 - Militante Jihadista Paquistanês da Caxemira p.85**
- Ilustração 7 - Dados sobre a capacidade Nuclear Indiana até 2017 administrada pela IAEA – Country Nuclear Power Profiles p.109**

Lista de Abreviaturas

ADB	Banco de Desenvolvimento Asiático
BBC	British Broadcasting Cooperation
CD	Conferência para o Desarmamento
CIA	Central Intelligence Agency
CIDCM	Center for International Development and Conflict Management
COPRI	Copenhagen Peace Research Institute
CSP	Conflito Social Prolongado
CTBT	Comprehensive Test Ban Treaty
CTBTo	Comprehensive Test Ban Treaty Organization
IAEC	International Atomic Energy Agency
ISA	International Studies Association
JeM	Jaish-e-Muhammad
LeT	Lashkar-e-Taiba
LoC	Line of Control
NPT	Non Proliferation Treaty
ONU	Organização das Nações Unidas
PAEC	Pakistan Agency Energy Commission
PRIO	Peace Research Institute of Oslo
SAM	Centro de Estudos Estratégicos da República da Turquia
TNP	Tratado da Não Proliferação

UCDP Uppsala Conflict Data Program

UNDP United Nations Development Programme

UNOGIP United Nations Observers Group in India and Pakistan

WNA World Nuclear Association

“Nós acreditamos no choque das civilizações e nossa guerra santa irá continuar até que o islã se torne a religião dominante.”

Hafez Muhammed Saeed – Líder do grupo terrorista Lashkar-e-Taiba (Exército dos Justos). Entrevista concedida ao correspondente do jornal Times no Paquistão. Zahid Hussain

Introdução

O tema desta presente dissertação é o conflito no sul da Ásia e suas dimensões enquanto ameaça existente à comunidade internacional. O objeto de estudo de caso será o conflito Indo-Paquistanês e a luta em busca do domínio da região do Vale da Caxemira que atualmente tem sua maior parte compreendida em terras indianas e porcentagens distribuídas em terras paquistanesas e chinesas. Esta citada região serve enquanto palco de disputa entre Índia e Paquistão por mais de sessenta anos no qual ainda procede no atual contexto. Em utilização desta temática, a presente dissertação argumenta que a região da Caxemira, por ser um palco de conflitos históricos enraizados na questão da identidade, acaba por ser um conflito de caráter multidimensional que permite um estudo dos diversos níveis de análise: individual, comunal e internacional. Nesta vertente, o conflito apresenta-se à comunidade internacional enquanto a perpetuação de um risco em relação à segurança. A luta pela posse de Caxemira oferece risco para além fronteiras, uma vez que se trata de um conflito étnico-religioso, movimentado por práticas militares, fanatismo religioso e posicionamento de políticas nucleares. Neste contexto, as lutas dos povos da Caxemira pela posse dos recursos do vale, o encorajamento de líderes políticos em nome da representação política e a proliferação de armas nucleares servirão enquanto os principais objetos de análise ao decorrer da dissertação e serão apresentados enquanto dimensões deste conflito.

A Ásia é um continente que abrange uma imensa diversidade cultural e religiosa. Neste palco de diversidades e belezas, existe a região da Caxemira, compreendida entre montanhas, lagos e planícies. Por se tratar de um vale fluvial aonde um tecelão possui em suas mãos a lã de mais alta qualidade, onde os marajás da Índia puderam construir os seus palácios e passar suas férias, palco de um cenário natural exuberante no sul da Ásia, a Caxemira é frequentemente mencionada como uma das mais belas regiões do planeta. Porém, esta região se tornou um palco de disputas étnico-religiosas, políticas e históricas que serviram como razão para que os governos da Índia e Paquistão iniciassem um confronto armado devido aos diversos problemas relacionados à descolonização britânica (The Indian Daily, 1998).

Apesar do conflito em Caxemira ter surgido após a descolonização por parte do Reino Unido, a questão da Caxemira se tornou mundialmente conhecida após a guerra que deu origem à formação de Bangladesh - anteriormente conhecido enquanto Paquistão Oriental. Desta maneira é impossível abordar a questão de Caxemira sem prioritariamente abordar a formação do Paquistão, pois as duas regiões estão conectadas desde a sua criação por laços históricos, seja durante o legado colonial quanto posteriormente a este (Chandran, 2008: 58). A inquietação daquela zona e a repercussão internacional após o envolvimento dos Estados Unidos da América abriram espaço para que o mundo tomasse conhecimento do conflito possibilitando que este pudesse ser analisado através de lentes internacionais. Em 20 de Fevereiro de 1947, as palavras adotadas pelo governo britânico de que a Índia reunia as condições necessárias para caminhar de maneira autônoma enquanto um país independente marcava não apenas o surgimento de uma nova Nação, mas também o surgimento de um novo conflito e uma corrida pela hegemonia sul asiática (Schofield, 2003: 14-18).

A Índia, deveria se posicionar enquanto um país independente antes de Junho de 1948, incluindo toda a sua compreensão territorial bem como os seus principados. Esta decisão anunciava a falha do plano elaborado em 1946 pelo Partido do Congresso junto à Liga Muçulmana em estabelecer uma grande nação vinculada através de laços culturais: o Paquistão (Schofield, 2003: 17). O sonho traduzido no papel era estabelecer esta nação paquistanesa, unida por um único povo, de uma única religião, movidos por uma única cultura (Jaffrelot, 2009: 25). Este plano estivera mais próximo antes da decisão rejeitada pelo governo Britânico. Após os ataques nas terras pertencentes ao Marajá Hari Singh pela tribo rebelde paquistanesa, Pathan, o marajá da Caxemira, por não dotar de forças suficientemente potentes para fazer frente ao ataque paquistanês, se sentiu obrigado a acionar a ajuda do governo oficial central em Déli. A partir deste momento, o caldeirão de hostilidades estava aceso e a corrida entre Índia e Paquistão iniciada (Bose, 2005: 21).

As medidas tomadas pelo Gabinete da Defesa em Déli deram ao Marajá Singh a esperança de que suas terras não seriam dominadas pelo lado paquistanês. Porém, após a assinatura de um documento que daria total liberdade e poderes para as forças de Déli a adentrar na região, a Caxemira se tornaria uma parte administrada sob o regime

central indiano. Do momento em que as forças do exército hindu tomaram posse das terras do principado, a paz nunca mais fora estabelecida por completo naquela região (Wirsing, 1998: 17). A assinatura deste documento de anexação foi sendo questionada durante os seguintes anos, pelo governo do Paquistão que afirma que o status da região da Caxemira ainda se encontra por decidir e por isto a Índia não possui total legitimidade naquele terreno.

Ilustração 1 – Mapa Político da Caxemira – Jammu and Kashmir



Fonte: United States Central Intelligence Agency, apud Himalaya Masala, 2012
mapa disponível em: <http://www.himalayamasala.com/himalayan-maps/map-kashmir-region> [consultado em 13 de Maio de 2013]

A revisão da bibliografia sobre as questões do conflito estará compreendida em três partes relevantes para sustentação do argumento. Apesar do estudo deste conflito

possibilitar a análise de diferentes dimensões como, por exemplo: questões raciais, lingüísticas, sociais, naturais, violação de direitos humanos crimes de guerra entre outros, julgamos pertinente para este estudo a análise de apenas três dimensões. Estas partes escolhidas são apresentadas enquanto análises nosâmbitos da luta pela posse dos recursos hídricos; da inserção da ideologia religiosa nas políticas paquistanesas e do posicionamento nuclear de ambos os países.

Sugere-se desta maneira que as outras dimensões possam ser analisadas em futuros estudos que busquem focar o argumento em níveis mais específicos como, por exemplo, a questão individual e ou comunitária. Durante este estudo a diversidade de religiões compreendidas no território da Caxemira será generalizada enquanto grupos de origem islâmica e hindus, uma vez que outras se apresentam enquanto ramificações destas mesmas religiões.

O principal propósito desta dissertação é estabelecer uma ponte entre o conceito de identidade com as causas e dimensões do conflito da Caxemira, posicionando uma análise do conflito enquanto um círculo progressivo e interminável. Desta maneira, pretende-se defender a idéia de que o conflito, devido ao seu caráter prolongado, perpetua um risco à comunidade internacional. Esta ligação proposta pretende partir do conceito de identidade chegando ao conceito de conflito social prolongado. O conceito de identidade será desenvolvido através da vertente construtivista no segundo capítulo, a seguir à contextualização histórica do conflito. A conexão do conflito da Caxemira com a questão identitária será viabilizada durante toda a dissertação, tendo enquanto pilar a teoria do conflito social prolongado, que será utilizada para o enquadramento teórico. Ainda existem poucos estudos que analisam este conflito sob as lentes proporcionadas por esta teoria de resolução de conflitos.

Esta teoria fornece as ferramentas necessárias para enquadrar o conflito da Caxemira enquanto um círculo progressivo, sendo a questão da identidade individual e a análise interna apresentada enquanto ponto de partida. Este círculo possui autoria própria. A referida teoria não oferece uma conclusão concreta sobre os estudos de caso comparados, contudo, oferece alguns segmentos de possíveis conclusões como, por exemplo, o impacto destes conflitos na questão psicológica. Se a teoria possibilita uma análise a partir da lógica interna, julgamos pertinente que para este conflito em

Caxemira a atribuição do impacto psicológico se apresente enquanto uma alternativa mais viável para este enquadramento teórico.

O contributo desta análise é trazer algo inovador para a freqüente investigação sobre o conflito no sul da Ásia enquanto busca correlacionar às dimensões escolhidas com as variáveis da teoria. Nestas três dimensões, o contributo dado por esta dissertação é a expressão do conflito de uma maneira multidimensional e plural. A idéia trazida neste estudo é que devido à pluralidade de atores envolvidos a Caxemira acaba por ser traduzida enquanto uma fonte de ameaça à comunidade internacional. Esta questão já foi anteriormente abordada por outros estudos, porém o contributo é dado ao inserir a teoria de resolução de conflitos enquanto uma receita que procura explicar as nuances e as tendências expressadas por este conflito bem como os seus processos.

Os autores Reynold Quivy e Luc Van Campenhoudt em suas obras sobre Métodos de Pesquisas em Ciências Sociais defendem algumas normas da Metodologia aplicáveis à investigação com o uso de estudo de caso. Segundo estas normas, este modelo de investigação permite o desenvolvimento de um argumento hipotético-dedutivo que será testado através de indicadores e suportado pelas componentes nas quais deste estudo podem advir. Estas normas sugeridas pelo autor serão seguidas nesta presente dissertação através da constituição de uma grande hipótese a ser dividida em três dimensões, A B e C¹, que corresponderão aos capítulos empíricos da dissertação: o terceiro quarto e quinto. A revisão de bibliografias será feita durante os capítulos empíricos que servem enquanto base para o argumento principal, viabilizado através da correlação destes três pilares na conclusão. A conclusão é feita através de um argumento que possui um caráter dedutivo.

No âmbito do estudo de caso, Gerring (2004) analisa a idéia de que o estudo de uma unidade única leva à compreensão de uma larga escala de ofertas. Neste sentido, o estudo de caso da Caxemira foi escolhido enquanto unidade única, sendo as suas

¹Verificar em anexos nº1 a Tabela de Modelo de Análise a constar as três dimensões e as correlações com o conceito de identidade, a teoria e o estudo de caso apresentado.

dimensões apresentadas enquanto as ofertas de unidades provenientes. Cada dimensão desenvolvida será estruturada através de uma breve análise já anteriormente defendida por estudiosos do conflito em questão e aprofundada com novos indicadores. As diversas dimensões apresentarão indicadores de caráter econômico; cultural; religioso; sócio-ideológico e político defendendo sub-hipóteses.

Obedecendo a linha de estruturas propostas pelos modelos de investigação com estudo de caso em ciências sociais, julguei relevante que para esta dissertação de Mestrado em Relações Internacionais os principais argumentos a serem desenvolvidos, partiriam da interpretação e da análise provida por artigos publicados num espaço de tempo relevante para a percepção da unidade estudada. Este referido espaço temporal é compreendido entre 1990 – 2012 sendo as informações mais relevantes provadas através de fontes primárias como fontes dos governos e organizações. Desta maneira, esta metodologia busca atribuir ao estudo um caráter pluridimensional e diversificado em suas conclusões. Durante as considerações finais as três dimensões são anexadas à teoria e em conjunto desenvolve a conclusão final, fechando desta maneira a estrutura proposta.

O propósito de expressar a gênese do conflito no primeiro capítulo é providenciar uma conexão dos seus aspectos com a fundamentação teórica escolhida para esta dissertação. Este mencionado enquadramento possui o foco na questão do conceito da identidade e de sub-conceitos a respeito da questão da segurança. Através de alguns aspectos a serem seqüencialmente apresentados, o estudo de caso será inicialmente apresentado ao nível individual, sendo seqüencialmente abordado em uma análise mais comunitária. O conceito da identidade abre espaço para a teoria do conflito social prolongado, que é utilizada enquanto ferramenta de estudo para justificar de uma maneira teórica a evolução do quadro do conflito de Caxemira facilitando a análise a partir de uma perspectiva voltada para a identidade. A disputa entre Estados pela posse de territórios pode advir de diversos fatores e causas, incluindo entre estas a contigüidade territorial, as ligações econômicas que o solo possibilita, o respeito à conquista militar bem como a presença física – seja esta passada ou atual – estratégia política, luta pela compensação de um passado marcado, semelhanças étnicas e referências populares (Wirsing, 1994, 1998). A partir desta análise é possível afirmar

que praticamente todos estes aspectos mencionados, fazem parte do cenário Caxemira (Wirsing, 2008: 10).

No segundo capítulo, a fundamentação teórica escolhida para esta dissertação propõe uma análise mais inovadora em relação ao conflito da Caxemira, uma vez que o enquadramento teórico permite a orientação de uma análise diferente sobre este conflito através das lentes propostas por Edward Azar. Nesta mencionada teoria que foi estabelecida em conjunto com John Burton, as questões relacionadas às necessidades humanas e sobrevivência possuem um papel fundamental para a evolução dos conflitos de caráter social por introduzir uma “receita” de análise proposta pelas diversas variáveis como: o passado histórico, a governança e os regimes internacionais.

O autor discorre a respeito da frequência do fenômeno do conflito social prolongado em sociedades mistas de perfil religioso. Neste sentido, o autor cita Caxemira enquanto objeto de estudo a ser analisado por suas lentes. Edward Azar em seus estudos classificou Caxemira enquanto um conflito expressado pelas quatro variáveis de sua teoria. Contudo a maior compilação de estudos focados na sua teoria vêm sendo apresentados quase em sua totalidade em referência aos conflitos existentes na África. Neste sentido, acredito que a análise do conflito da Caxemira pelas lentes de Azar busca trazer um estudo que irá possibilitar o enriquecimento do material disponível sobre o conflito da Caxemira bem como sobre a utilização de sua teoria enquanto contributo às relações internacionais.

Aspectos da teoria construtivista serão previamente mencionados por trazer a questão da identidade ao debate em Relações Internacionais. Através dos aspectos da identidade, serão também apresentados de uma maneira superficial, pontos da teoria da Securitização viabilizada pela Escola de Copenhague. Esta escola disponibilizou uma análise sobre a questão da insegurança societal em comunidades mistas. Esta referida insegurança societal se apresenta enquanto uma subteoria responsável por reforçar a ponte de ligação entre a identidade e o enquadramento teórico. Ao longo da dissertação a teoria demonstra que os conflitos sociais que se estendem por um longo prazo, possuem em suas raízes as questões identitárias. Neste conflito em particular, estas questões se desenvolvem para o nível regional, estatal e internacional, porém partindo sempre do mesmo ponto. Devido a esta pluralidade de níveis de análise, será possível

no fim, estabelecer a ligação entre a teoria, as dimensões do conflito e defesa do argumento.

O terceiro capítulo se desenvolve enquanto um complemento da contextualização histórica previamente abordada pelo primeiro capítulo, que será responsável por abordar a gênese do conflito. Neste sentido, o terceiro capítulo volta a sua abordagem para a questão econômica e social em relação ao uso dos recursos oferecidos pelo vale da Caxemira. A questão dos recursos hídricos nomeadamente sobre o uso e posse da água será abordada como ponto fulcral para a compreensão do desenvolvimento do conflito logo após a descolonização, dando espaço para o desenvolvimento das outras duas dimensões, a ideologia religiosa e o posicionamento nuclear. Nesta primeira etapa a análise corre ao nível individual e social quando busca estabelecer as razões que levam as comunidades a lutarem pelo estatuto vinculado à água. Apesar da referência ao Estado quanto ao tratado internacional responsável pela partilha da água, o capítulo foca os níveis individuais e comunitários e abre espaço para a inserção do nível de análise comunal no final.

A hipótese a ser desenvolvida neste capítulo empírico é que a relação assimétrica na partilha dos recursos acaba por favorecer a economia indiana enquanto desfavorece o uso do lado paquistanês, dificultando desta maneira o desenvolvimento econômico. O tratado da água é visto como uma decisão desigual pelo governo Paquistanês uma vez que atribuiu o desenvolvimento do programa à parte indiana ao mesmo, que domina os fluxos das águas correntes para o lado paquistanês. O uso dos recursos será analisado através da questão da identidade individual e social enquanto motor de conflitos. O boicote indiano em relação às terras irrigadas do Paquistão, o tratado do uso da água e os choques entre comunidades e tribos serão indicadores a serem abordados durante o corpo deste capítulo.

O primeiro argumento desenvolvido é que devido ao desfavorecimento econômico e social proporcionado pela Índia, as comunidades paquistanesas sentem-se no direito de reivindicar o uso dos recursos uma vez que naquela região habitam uma quantidade considerável de pessoas as quais necessitam destes recursos para sobreviverem e desenvolverem a sua economia local. Os grupos entram em confronto direto, por subentenderem os recursos enquanto um meio de subsistência. A questão do

tratado da água motiva a aclamação dos recursos de uma maneira coletiva sendo a parte muçulmana representada por organizações dotadas de ideologias vinculadas à guerra santa e fanatismo religioso. Ao mencionar este envolvimento de organizações religiosas, o capítulo abre espaço para a segunda dimensão na qual abordamos esta questão com mais profundidade.

O contributo deste capítulo destina-se a demonstrar os reflexos das decisões políticas na comunidade aprofundando desta maneira a idéia trazida pelos autores. O capítulo traz uma análise inovadora, atribuindo ao estudo dos autores uma nova análise, voltada também para o simbolismo da água para os povos habitantes da região, demonstrando o tratado enquanto um ferimento à identidade local, favorecendo desta maneira os conflitos entre grupos. O capítulo cessa apresentando as primeiras análises em relação à ideologia religiosa e a importância dos movimentos religiosos nesta questão, no intuito de estabelecer uma conexão com o quarto capítulo que aborda a dimensão religiosa.

No quarto capítulo apresenta-se a importância da religião e dos aspectos culturais para a formação da ideologia dos povos muçulmanos e a importância da religião islâmica para a formação da identidade paquistanesa. Esta parte expõe inicialmente as várias faces do fenômeno religioso bem como as suas interpretações atribuídas pelo Ocidente e Oriente. Na segunda parte, após a caracterização deste fenômeno, o capítulo expõe os caminhos traçados através da ideologia religiosa e como esta ganha um espaço relevante na continuação do conflito. Neste ponto, é definido qual o papel desempenhado pelos atores não estatais, nomeadamente das organizações jihadistas responsáveis pela movimentação da guerra e pelo derramamento de sangue no conflito representando uma força política favorável ao governo do Paquistão.

Nesta etapa a análise prestada será mantida ao nível comunitário e no final do capítulo é demonstrada a evolução da guerra santa rumo ao posicionamento nuclear, adquirindo um caráter internacional e permitindo um novo nível de análise. Ainda neste capítulo, serão apresentados os riscos oferecidos pelos terroristas internacionais, das conseqüências derivadas da guerra por procuração na utilização do jihadismo instrumental e como este fenômeno acopla-se aos interesses da política nuclear paquistanesa. O capítulo apresenta a identidade religiosa enquanto a principal

ferramenta para a estabilização da guerra no espaço e como fonte responsável pelo envolvimento completo do Estado atribuindo ao conflito uma vertente mais política.

A hipótese contida nesta dimensão será o favorecimento da criação de um poder paralelo, jihadista, responsável por enfraquecer a administração indiana e beneficiar o governo do Paquistão. No argumento a ser defendido, os componentes da política paquistanesa, enquanto movimentado por interpretações islâmicas, favorecem a criação de um poder político-militar e paralelo ao Estado paquistanês que acaba por manter a situação na Caxemira incontrolável por parte do governo. Os grupos rebeldes, militantes e milícias muçulmanas, praticam o fenômeno do jihadismo enquanto “exército de Alá” de maneira independente dos atores estatais. Este capítulo funciona enquanto uma ponte de ligação entre a primeira dimensão e a terceira.

No quinto capítulo, a abordagem correrá de maneira independente das duas primeiras dimensões, porém necessita destas para favorecer o entendimento sobre as questões políticas entre Índia e Paquistão e as relações com países como os Estados Unidos e a China. Passando por uma linha temporal já apresentada anteriormente e inserindo novos tópicos, o capítulo apresenta o *background* nuclear estabelecido pela Índia e pelo Paquistão e sua indisposição para a assinatura dos tratados sob o regime internacional da não proliferação de armas nucleares. Nesta parte, demonstra-se a evolução da questão da identidade nacional para o posicionamento nuclear das duas potências e os riscos oferecidos por estes através de suas políticas para a nuclearização. A Índia dispôs de uma política volúvel entre Estados Unidos e União-Soviética na era da guerra fria e posteriormente contou com tecnologia norte-americana para a produção nuclear. Em face de isto, o Paquistão utilizou o seu conhecimento técnico adquirido e as suas ligações políticas internacionais para aumentar a sua produção em contrapartida ao posicionamento da Índia. Neste cenário, os riscos oferecidos pelo terrorismo internacional bem como a questão da proliferação e produção de armas nucleares, tornaram estes pontos em motores de uma possível nova guerra entre os dois países, desta vez com perfil nuclear.

A dissertação conclui desenvolvendo considerações sobre quatro tópicos presentes neste estudo. Em primeiro lugar a questão da identidade será subdividida em quatro partes no que toca o indivíduo, o comunitário, o nacional e o internacional. Esta

subdivisão serve para demonstrar as ramificações do conflito em Caxemira a partir da questão da identidade. Em outras palavras, serve para demonstrar que apesar da diversidade de níveis de análise permitida pelo estudo de caso, o caráter do conflito converge para uma lógica de identidade ideológica, seja de um indivíduo ou de um grupo. Durante quase setenta anos de conflito irá sempre partir da questão identitária, seja dos povos ou das políticas elaborada pelo governo e por isto adquire um caráter prolongado e intratável.

Em seqüência à questão identitária, na conclusão está exposta a conexão da teoria do conflito social prolongado com o estudo de caso do conflito da Caxemira. Conforme é abordado no segundo capítulo, a teoria do conflito social prolongado orienta-se a partir de quatro variáveis durante o seu processo. Estas variáveis serão correlacionadas com os aspectos inseridos nas três dimensões do conflito como, a saber: a necessidade da luta pela posse e uso dos recursos, a ideologia religiosa bem como os problemas de governação e as políticas de interesses nos regimes internacionais em prol da proibição de armas nucleares. O enquadramento teórico oferece uma receita na qual foi possível estabelecer uma ligação entre as dimensões e seus indicadores do conceito de identidade com os pontos desenvolvidos na teoria e desta maneira construir o modelo de análise para esta dissertação. Neste ponto a teoria conectada ao estudo de caso favorece o estabelecimento de um ciclo progressivo em relação ao conflito justificando o caráter prolongado e a perpetuação do risco internacional.

A conclusão aborda a interação das três dimensões escolhidas e unifica o argumento final a fim de posicionar o conflito enquanto uma perfeita tradução de uma ameaça existente para a comunidade internacional. Nesta parte ficam expostos os contributos atribuídos a este estudo bem como as considerações gerais a respeito desta dissertação e também algumas propostas a serem desenvolvidas pelos próximos estudos.

Capítulo I – A gênese do conflito nas terras da Caxemira

“*Nós temos a posse da Caxemira, o bastardo assinou o ato de anexação e agora que temos o domínio desta, nunca iremos perdê-la.*” – Tradução Livre do Diário pessoal de Alexander Symon, alto comissário do Gabinete da Defesa em Délhi, Índia, em 26 de Outubro de 1947. Reportado enquanto carta secreta ao Sr. Archibald Carter seu superior (Schoefield, 2003: 57).

O período que marca o enraizamento do conflito entre as partes, abraça os anos decorrentes entre 1947-49 seguidos pelas contextualizações seguintes: guerra fria, pós-guerra fria e década de 1990. Em 1947 quando o governo Britânico repartiu a Índia Britânica entre Índia e Paquistão, o autocrático e não popular Marajá Hari Singh, resistiu à idéia de possibilitar a autonomia de um Estado predominantemente muçulmano, *Jammu e Kashmir*. Esta região se encontrava sob o seu domínio administrativo, favorecendo assim as primeiras indisposições entre os dois países (Indurthy, 2012). No intuito de ganhar tempo para as suas políticas, o Marajá assinou o *Standstill Agreement* no dia 16 de Agosto na tentativa de manter o *status quo* de sua região. O acordo foi aceite pelo governo do Paquistão, porém fora recusado pela Índia, não tendo desta maneira o Marajá completado suas expectativas. Um mês após a sua tentativa de acordo, grupos rebeldes iniciaram tumultos contra o Marajá na região oeste do Estado como uma ofensiva para tentar estabelecer a autonomia e independência de *Azad Kashmir* – Caxemira Livre (Indurthy, 2012).

Ao classificar o tumulto por parte dos rebeldes enquanto uma oportunidade favorável ao rompimento com a administração Singh, as tribos rebeldes Pathan, invadiram a Caxemira e apossaram-se de mais de 50 milhas de territórios além da sua capital, *Sringar* (Schofield, 2003: 49). O Marajá solicitou ajuda das forças indianas, porém este fora obrigado a assinar um instrumento de anexação no qual dizia que os principados em conflito, deveriam ser anexados a Índia para serem legitimados os avanços militares. Após o consentimento do popular líder da Conferência Nacional, Sheik Abdullah, o acordo foi feito e estabelecido entre as partes (Schofield, 2012: 14).

Em outubro de 1947, as tropas muçulmanas pertencentes ao governo nacional central, decidiram agir e providenciaram o suporte logístico para a manutenção dos

rebeldes na região. Tal medida foi o ponto fulcral para a indisposição do General Paquistânês Muhammed Ali Jinnah. Ainda que não existam provas concretas do envolvimento de Jinnah com a invasão *Pathan*, alguns discursos do passado e documentos viabilizados pelo acadêmico Professor *Zaidi*, comprovaram palavras de encorajamento expressadas por Jinnah (Schofield, 2003: 51).

Neste momento, o Governador Geral da Índia, Lord Mountbatten estava presente em um jantar diplomático em honra ao Ministro dos Negócios Estrangeiros da Tailândia, quando fora informado pelo Primeiro Ministro Jawaharlal Nehru de que a Caxemira estaria sendo invadida pelas tribos *Pathan*, encorajadas pelos rebeldes muçulmanos e que o Marajá Singh demandava com urgência uma ajuda militar. Ainda que o governo indiano estivesse à espera de uma eventual ofensiva contra a Caxemira, a invasão *Pathan* fora uma surpresa para o Governador que através das palavras do secretário Alan Campbell-Johnson do Gabinete da Defesa “*the most immediate necessity that would be height of folly to send troops into a neutral State, where we had no right to send them, since Pakistan could do exactly the same thing, which could only result in a clash of armed forces and in war.*”² Tomar a decisão sugerida por Nehru e decidida pelo Gabinete era a formalização desta anexação da Caxemira à Índia (Schofield, 2003: 54).

Após a visita a *Srinagar* por V.P Menon, ordenado pelo Gabinete a voar imediatamente para a Jammu com intuito de estudar a situação, este conseguiu a assinatura do Marajá em que concordava com a anexação da Caxemira ao governo Indiano sendo o Sheik Abdullah o futuro responsável pela administração da região. No dia 27 de Outubro, o Marajá Singh assinou o acordo com o governo e neste mesmo dia, tropas indianas do exército armadas e treinadas entraram em força no território da Caxemira, prontos para o respaldo. (Indurthy, 2012: 3). O ponto em questão sobre a veracidade dos fatos é que Alexander Symon nunca publicou oficialmente o acordo feito que incluía o ato de anexação bem como o *Standstill Agreement*. Alguns

²Tradução livre do autor: “A nossa maior e imediata necessidade de enviar tropas militares para um território neutro é delicada, pois de certa forma nós não temos o direito de fazê-lo, uma vez que se o Paquistão interpretar que isto também lhe cabe, o grande resultado será um choque de forças armadas que resultará em guerra” (Schofield, 2003: 54).

argumentos estabelecidos pelo lado paquistanês, de que existem contradições entre o dia em que as tropas foram enviadas e o regresso de Menon a Deli. As tropas teriam sido enviadas antes mesmo de Menon regressar a Déli e apresentar a Symon o acordo feito. Segundo Nehru, as datas coincidem e não existem contradições nos fatos expostos nem nas medidas tomadas (Schofield, 2003: 58).

A Índia manteve a sua posição de que a partir daquela assinatura, a Caxemira era parte integrante do Governo Indiano e cabia a este, zelar pela segurança local, enviando tropas para deter o ataque *Pathan* que agora fora interpretado como ato ilegítimo contra o governo da Índia. A interpretação aqui exposta é que para o governo indiano, a Caxemira agora era parte integrante da Índia. Para o Paquistão, a Caxemira é uma região em disputa pela qual o status oficial final ainda não fora decidido e a vontade expressada pelo povo da Caxemira deve ser levada em consideração. A veracidade do acordo é contraditória e este se torna relativo às interpretações, portanto a posse por parte da Índia seria ilegítima. Neste momento a Organização das Nações Unidas não teria sido invocada para conter a situação (Bose, 2005 : 12).

1.1 – A perpetuação do conflito e suas dimensões:

Desde 1947, o conflito de Caxemira vem movimentando-se de uma maneira muito intensa e vem, sobretudo adquirindo grandeza no cenário internacional. O seu carácter prolongado permitiu a anexação de diversos atores e diferentes dimensões que serviram enquanto elementos catalisadores do mesmo. A luta pela Caxemira ganhou novos aspectos, deixou de ser uma luta de Estados em busca da anexação de um novo território e passou a ser expressa enquanto luta pela sobrevivência das comunidades, pela imposição da ideologia religiosa e pelas riquezas econômicas e sociais favorecidas pela região. Em relação à relevância dos recursos naturais, foi verificada a importância que o Banco de Desenvolvimento Asiático (ADB), dá ao fato da água ser o principal motor da economia local paquistanesa e grande instrumento de produção no Vale da Caxemira.

A partir da revisão de estudos feitos nesta temática é perceptível que a presença dos recursos no Vale da Caxemira é atribuída a valores que vão para além de questões

simplesmente econômicas. O que ficou exposto através de alguns indicadores de dimensão social e econômica é que existe uma ligação identitária, histórica e humana por parte dos povos da Caxemira. A problemática em relação aos recursos hídricos aborda também a elaboração de acordos internacionais feitos em prol da agricultura, pesca e o uso dos recursos das terras partilhadas pela Índia e Paquistão. A indisposição dos grupos residentes do Vale da Caxemira bem como dos líderes políticos em relação às nuances deste acordo vão para além de questões econômicas evoluindo para questões culturais e religiosas.

A necessidade em atribuir a importância aos recursos hídricos, seja pela garantia da sobrevivência ou por motivos econômicos e sociais, são indicadores de que a luta pela água pode simbolizar o primeiro pilar para a motivação da guerra entre os povos em nome da posse de terras. Alguns autores como Chandran (2011) e Khan (2009) defendem a ideia de que o sul asiático é uma região extremamente dependente dos recursos hídricos e por isto as lutas pela posse dos mesmos são justificáveis. Por outra linha mais política, Hayat (2011) expressa a ideia de que a guerra da Caxemira é uma questão de uso e partilha da água aprofundada nos tratados e os conflitos partem de uma lógica de administração interna com reflexos no externo, como no caso do Paquistão.

Em concordância com os estudos prestados pelos autores acreditamos que a água é sim um motor de conflito entre os povos, pois a economia e a sobrevivência local estão vinculadas com o seu uso e os benefícios que destes podem advir. A água é simbólica para os povos do Vale e representa também questão de identidade coletiva. Em relação à Caxemira, a questão do uso e da posse dos recursos hídricos, foi uma das principais ferramentas motoras para o início de conflitos travados nesta região. Índia e Paquistão estabeleceram acordos negociados de maneira bilateral – O Tratado do Rio Indo³ - para decidir a questão do uso das águas dos rios da Caxemira. O acordo foi

³Tradução de: The Indus Water Treaty, Banco Mundial, Índia e Paquistão (1960), tratado elaborado no intuito de fortalecer os laços entre as duas nações, possibilitar a boa conduta no uso e na partilha da água do Rio Indu e seus afluentes, Karachi.

assinado por ambas às partes que aclamavam a posse do uso dos recursos e as divisões das terras irrigadas.

No cenário contemporâneo, a preocupação da comunidade internacional segue em relação à postura da Índia e a posse dos recursos oferecidos pelo Vale da Caxemira bem como a sua política de barreira e estratégia política anti-Paquistão, o boicote Indiano na construção de barragens (Maryanoan, 2010). Neste sentido, ainda existem preocupações em relação às alterações climáticas e os seus malefícios à produção de meios de subsistência e escassez dos recursos do Vale. Contudo, ainda que três grandes guerras e um conflito de alta escala – Kargil - tenham sido travados entre ambos, é importante ressaltar que após a assinatura do Tratado, um passo de sucesso entre as partes foi dado. Ainda que continuem as trocas de hostilidades entre Índia e Paquistão, estes países nunca desrespeitaram as disposições gerias deste acordo (Chandran, 2002).

Cabe a nós argumentarmos que uma vez que respeitam o tratado, se a Índia continua por exercer políticas de desfavorecimento ao Paquistão, a luta pelos recursos ganha um caráter político e econômico favorecendo a intromissão de outros atores interestatais e até mesmo de caráter político. Apesar do sucesso parcial, a política Indiana faz parte de uma provocação ao país vizinho. O Paquistão é um país de clima árido dependente dos recursos hídricos para movimentar a sua economia que é concentrada na agricultura (Khan, Shakir, 2011). As ações por parte da Índia comprometem a sobrevivência da comunidade paquistanesa e do desenvolvimento econômico.

Em seqüência da problemática sobre os recursos hídricos, foi possível verificar a questão da identidade coletiva e do papel desempenhado pelos atores não estatais no conflito. Na questão do presente estudo de caso, o autor Ashan (2009) atribui a problemática em relação ao terrorismo devido ao déficit de confiança entre as duas partes. Outros autores como Brachman (2009), Cook (2005) e Canter (2009) atribuem à guerra santa e terrorismo um viés mais político argumentando que desde que os Estados Unidos da América iniciaram a luta contra o terrorismo, a Caxemira é apontada enquanto um palco de práticas jihadistas. Em relação ao movimento Jihadista, (Malik, Noshab e Abdullah (2000) expressam suas idéias em defesa do povo muçulmano acentuado o fenômeno do Jihad enquanto uma resposta pela opressão do ocidente.

A guerra santa é atribuída a uma crise de identidade que consegue ser exemplificada através da interação das idéias destes autores. O déficit de confiança defendido por Ashan foi expressado em diversos momentos históricos. O governo da Índia acusou o Paquistão de liderar os ataques e por isto moveu mísseis estratégicos para a fronteira e espalhou soldados treinados para a guerra ao redor da linha de divisão na Caxemira. Frequentemente os países acusam-se um ao outro de movimentarem atentados, por exemplo, o caso do atentado ao Parlamento Indiano em 2001. Como respaldo à ação indiana, o governo do Paquistão movimentou as mesmas armas e salientou que estaria pronto para uma resposta igualitária (Ashan, 2003). Ainda neste sentido, o déficit de confiança gerou uma necessidade excessiva de produção de armas nucleares e mísseis balísticos que serão posteriormente analisados no quinto capítulo.

O fenômeno do Jihadismo será definido no quarto capítulo. O termo é usado para os grupos de ideologia religiosa que utilizam de suas identidades para acionar a guerra santa, impor os ensinamentos, utilizando a segurança de uma ideologia como sua razão aclamada (Bachman, 2008). Segundo Fierke (2007) a insurgência de novas ameaças ao sistema internacional, criou novos tópicos nas agendas e a guerra contra o terrorismo vem sendo frequentemente debatida. Neste contexto, o ensaio busca apresentar a edificação das práticas jihadistas desenvolvidas na região da Caxemira, através de uma luta de identidades de grupos coexistentes que fizeram desta região um palco de guerras e atentados. A questão do Jihadismo (guerra santa) enquanto motor do terrorismo é uma questão de ideologia social e neste sentido se desenvolve a segunda vertente. O que esta revisão busca trazer para o contexto do Jihadismo é que os autores apesar de analisarem grandes variáveis que justifiquem a guerra santa, não consideram o fato desta servir como um instrumento de ideologia também política do governo paquistanês que utiliza da interpretação religiosa e fanatismo para enfraquecer o governo indiano.

Em seqüência do posicionamento do Jihadismo no conflito da Caxemira será prestada a análise sobre a utilização do Jihadismo enquanto instrumento de guerra, feita por meios de procuração (Neves, 2010). Acima de tudo, esta disputa resultou também em uma corrida ideológica entre religiões, travadas pelos diversos grupos islâmicos e pelos hindus e sinqueístas que coexistem na região da Caxemira (Buzan, Waever,

2003). Esta análise é trazida ao contexto para demonstrar o papel dos atores não estatais no conflito. Esta dimensão traz ao estudo do conflito a idéia de que a guerra por procuração através de terceiros, do Jihadismo e do terrorismo internacional é uma expressão da corrida identitária iniciada pela Teoria das duas Nações quando os primeiros sentimentos da identidade nacional foram estabelecidos nas partes hinduístas e muçulmanas.

A dimensão do posicionamento nuclear das nações do sul da Ásia traz novos *inputs* ao conflito da Caxemira. A idéia defendida por Wilson (2012) é de que a proximidade geográfica da Caxemira com países que desenvolvem práticas Jihadistas através da guerra santa como, por exemplo - o Afeganistão - torna este terreno ainda mais complexo e o conflito cada vez mais intratável, trazendo ao cenário estudado a edificação de um Jihadismo nuclear. Face a esta problemática, em relação a não assinatura dos regimes internacionais em prol da não produção de armas nucleares, Ramana e Nayyar (2001) introduzem a idéia de que Índia e Paquistão possuem uma espécie de posicionamento nuclear mútuo, e são responsáveis por expressarem um risco de guerra com caráter nuclear. Sampaio (2012) e Jones (1999) abrem espaço para uma análise sobre as políticas volúveis da Índia em relação ao posicionamento nuclear. A autora Yasmeen (2011) diz que os rebeldes Jihadistas, motivados por interpretações culturais e religiosas fazem com que as duas potências nucleares, estejam prontas para responder às hostilidades e aos ataques terroristas. Este respaldo será de fato algo mais alarmante para a comunidade internacional e por isto esta região é um instrumento de risco não apenas regional. Em sua análise, esta defende a idéia de que o posicionamento nuclear é simbolismo de uma bomba islâmica como um todo.

Em face disto, iremos durante o quinto capítulo analisar o verdadeiro motivo das políticas indianas e paquistanesas em relação aos seus posicionamentos na cena nuclear internacional no que toca, sobretudo, à não assinatura dos tratados nucleares. Posteriormente o capítulo apresentará este mencionado posicionamento enquanto uma busca pela representação da identidade nacional e seus interesses. Não ceder aos acordos faz parte da manutenção de uma corrida nuclear paralela entre Índia e Paquistão, sendo a região da Caxemira um alibi para que a produção excessiva de armas de destruição em massa seja justificada.

Capítulo 2 – O dilema da Segurança na questão da identidade: a perspectiva construtivista e a teoria do conflito social prolongado

A teoria do conflito social prolongado estabelecida por Edward Azar apresenta-se enquanto a teoria suporte para análise da questão da Caxemira. Sustentada através de uma interpretação dos estudos de John Burton sobre as necessidades humanas, Azar buscou estabelecer variáveis no intuito de explicar e exemplificar a movimentação da guerra partindo de uma lógica interna para o externo. Sua análise descrita enquanto liberal, buscou estabelecer um rompimento com os modelos teóricos que serviam como modelo base para a análise de conflitos, modelos estes, que partiam sempre de uma análise interestatal e ao invés de intra-estatal (Rowman, Littlefield, 1998: 28).

O legado deixado pelo construtivismo possibilitou à construção da teoria do conflito social prolongado seguido a linha de análise estabelecida anteriormente por Burton. Para este enquadramento teórico o propósito é construir um “passo a passo” da primeira aparição da questão da identidade na linha construtivista, analisando a questão humana e social no intuito de estabelecer um quadro que explique a teoria de Azar enquanto um processo, um círculo. Neste sentido, esta fundamentação proporciona um encaixe com a questão do conflito da Caxemira, favorecendo um contributo para todo o legado deixado pelos estudos sobre teoria de resolução de conflitos e sobre o conflito da Caxemira.

2.1 – A questão da identidade pela teoria construtivista

A teoria construtivista é muito mais recente do que a aparição das Relações Internacionais enquanto campo de estudo. O cenário realista era sempre abordado pelos acadêmicos enquanto a teoria base para explicar o comportamento dos Estados e dos atores que compunham o sistema internacional. Até a altura, as teorias realistas bem como o institucionalismo neoliberal serviram enquanto pilares de sustentação de análises em Relações Internacionais. No decorrer do ano de 1990, a teoria construtivista ganhou um espaço mais relevante através do debate introduzido por Alexander Wendt. Após posicionar a teoria construtivista enquanto teoria válida, a inserção de suas idéias e análises, tornaram-se presentes nos debates e encontros da *International Studies*

Association (ISA), muitos estudiosos e autores passaram a posicionar-se enquanto defensores da teoria construtivistas (Nogueira, Messari, 2005: 163).

Segundo as idéias de Wendt, o mundo – referindo se ao comportamento dos Estados e das sociedades em geral – não é algo predeterminado como as teorias pioneiras costumavam afirmar. Enquanto para os neo-realistas que assumiam que a questão da estrutura apenas representava um peso casual ou superficial para o comportamento dos Estados, os construtivistas argumentaram que estrutura tem um valor relevante em Política Internacional e no comportamento dos Estados (Wendt, 1999: 248). Segundo a linha construtivista, o mundo é uma construção social e por isto não é predeterminado.

Kratochwil reafirmou a teoria construtivista quando em sua análise dissertou que as interações entre os agentes de um sistema são responsáveis pela construção dos interesses e suas preferências, ou seja, o mundo não é predeterminado, este se constrói à medida que os atores interagem (Nogueira, Messari 2005: 167). Na obra de Nogueira e Messari, *Teoria das Relações Internacionais*, no capítulo referente à teoria construtivista, os autores debatem sobre as premissas constituintes desta mesma. Na segunda premissa a sociedade e o indivíduo são citados enquanto componentes co-constituídos, ou seja, não seria possível abordar a sociedade sem falar do indivíduo e vice-versa.

Para este presente estudo, a maior contribuição da teoria construtivista no estudo de caso e do argumento a ser defendido, é que Alexander Wendt introduziu um novo tópico na teoria que não fora analisado anteriormente: a questão da identidade. Wendt buscou diversos conceitos analíticos e endógenos para explicar esta questão identitária. Este, afirmou que as identidades transformam-se e adaptam-se aos processos da Política Internacional (Nogueira e Messari, 2005:169). A questão da identidade presente neste debate desempenha um papel importante, pois esta é responsável por favorecer a base para os interesses dos Estados (Bozdaglioglu, 2007).

Wendt (1992) argumenta também que a análise da construção da identidade social de um Estado explica o gênese dos seus interesses no cenário internacional. E se o propósito desta dissertação é analisar a questão da identidade em comunidades,

observemos através das lentes construtivistas que a formação da identidade pessoal e coletiva - ou comunal se quisermos abordar a identidade de uma comunidade – faz parte de um processo social, segundo a conclusão de Sayers (1996). Uma criança que nasce em um ambiente particular de uma determinada sociedade, carrega consigo o conjunto de crenças e valores providos da sua formação inicial. Ainda que em vida, esta criança receba influências de fatores externos através do contato com outras crenças, desde o início a educação a identidade estará presente em sua criação (Sayers, 1996: 12). Uns conjuntos de crianças que compartilham dos mesmos valores e comportamentos constroem uma identidade comunal, uma sociedade.

No ano de 1994, Alexander Wendt criticou as teorias dominantes que explicavam as identidades como algo determinado. Apresentou uma proposta de uma maneira endógena que analisava a construção de uma sociedade coletiva: para que exista a defesa dos interesses nacionais, é preciso que haja antes a definição das identidades e de suas origens (Nogueira, Messari, 2005). Se o ponto trazido até então foi analisar o contributo da teoria construtivista para a questão da identidade individual e coletiva, cabe aqui então analisar o que de fato este reconhecimento identitário por parte de uma sociedade implica. Se uma sociedade se reconhece através de laços identitários, cabe então nos perguntar o que os laços de outras comunidades simbolizam. Afinal, com estas idéias expostas podemos entender que a identidade também pode ser plural.

2.2 - O dimensão individual na insegurança societal

Abordar a questão da identidade, acaba por implicar em abordar também a questão da etnicidade. A definição de etnia, abrange grupos que se diferenciam uns dos outros através de aspectos fenotípicos, da língua, religião – englobando também tribos – “raças”, nacionalidades e castas (Harowitz, 1986). A questão da etnia e a reafirmação da identidade, estão frequentemente correlacionadas a casos de conflito e violência resumidos através de algumas características. Primeiramente os conflitos étnicos são inter-comunais, ou seja, travados por grupos conectados e motivados por uma questão de identidade étnica. Segundo: dois partidos ou duas partes não podem ao mesmo tempo compartilhar a representação política total de um Estado. Terceiro: os conflitos étnicos são quase em sua totalidade movimentados pela busca de objetivos comuns, como, por

exemplo, a busca por uma maior representação política, autonomia ou desejo de estabelecer um Estado independente (Brubaker, Laitin, 1998).

As teorias que buscam analisar os conflitos étnicos, em sua grande maioria, procuram manter uma aproximação primordial à ideia de que os conflitos são inevitáveis quando dois grupos distintos coexistem em um mesmo cenário (Xu, 2012). A questão da etnia costuma providenciar um dilema da segurança em cenários diversificados e mistos. A segurança societal é uma das dimensões da segurança estatal, vista enquanto importante dimensão para as minorias étnicas, uma vez que está amplamente relacionada com a questão da preservação da identidade dos grupos como - por exemplo: a linguagem, costumes e identidades religiosas (Roe, 2007: 122).

Quando o debate sobre segurança está em pauta, comumente a sociedade tende a resumir a ideia de segurança de uma maneira muito superficial, fortemente entendida enquanto presença militar (Panic, 2009: 7). Porém, o debate a respeito da segurança é muito mais profundo do que a questão simplesmente militar. Segurança societal é apenas um dos setores abordados pela Escola de Copenhague. O COPRI (*Copenhagen Peace Research Institute*) viabilizou a teoria da securitização estabelecendo os componentes deste setor, revelando assim novas direções nos estudos da segurança. A teoria estendeu o âmbito da segurança a diversos níveis e classificou suas dimensões enquanto militar, política, econômica, ambiental e societal (Collins, 2007). O setor societal compreende a análise das relações entre os grupos sociais componentes de um Estado.

A segurança societal é um dos complexos mais discutidos nos debates sobre segurança e refere-se à capacidade de uma sociedade preservar as suas características essenciais em relação às circunstâncias variáveis, ignorando desta maneira a potencial existência de ameaças (Hough, 2004:106). Em outras palavras, segundo Waeber (2008), segurança societal é a capacidade de uma sociedade em persistir e afirmar o seu caráter em condições de mudanças ou possíveis ameaças terceiras. É a capacidade de sustentabilidade dentro das condições aceitáveis da evolução dos padrões tradicionais de cultura, idioma, associação religiosa bem como identidade nacional.

Estabelecido um conceito para a segurança societal, temos diante mão a necessidade de estabelecer um conceito em relação à insegurança. Para Andersen (1991) a segurança é posta em causa quando identifica-se uma ameaça existente à uma identidade presente. Em suas ideias, a identidade é definida enquanto um conjunto de análises e práticas que identificam um indivíduo enquanto membro de um grupo. Nações são abstratas, comunidades imaginárias e identidades nacionais são os principais objetos de referência para uma sociedade (Andersen, 1991). A identificação de um objeto considerado enquanto ameaça, responsável por fragilizar estes pontos é considerada uma insegurança.

A insegurança societal é definida quando um grupo ou comunidade desenvolve um medo por algo que ameace a sobrevivência daquele grupo enquanto comunidade (Weaver, 2008: 582). Este setor parte de três pilares: migração – invasão de uma população que ocasiona um conflito de identidades; que é apontado enquanto uma competição horizontal – influência de outros costumes na cultura local; competição vertical que aplica-se mais plausivelmente na questão indo-paquistanesa, pois implica o surgimento interno de grupos que coexistem e se correlacionam através de um tipo de crença e ou identidade (Buzan, Weaver, 2008: 121).

Estabelecendo uma ligação com o estudo de caso do conflito da Caxemira, as comunidades religiosas enquanto grupos autossuficientes podem ser exemplificados enquanto objetos de insegurança societal a partir do nível de análise comunal. Alguns grupos – grande maioria muçulmana, na parte paquistanesa – interpretam a luta pela segurança religiosa em nome da fé, enquanto razões para movimentarem atentados contra as demais comunidades religiosas existentes na Caxemira.

A idéia de trazer para esta dissertação a questão da luta pela identidade e da insegurança societal é estabelecer um dos argumentos de que o conflito da Caxemira está enraizado na questão da identidade dos grupos e emerge a partir de uma lógica de insegurança societal. Allan Collins (2010) desenvolveu um trabalho conjunto com estudiosos da segurança e utiliza as idéias de Paul Roe para desenvolver sua análise a respeito da insegurança societal. A questão societal da Caxemira também é citada por Buzan (2003). Devido à crescente e paralela influência da Liga Muçulmana versus o Congresso Hindu, esta disputa indireta culminou com a seqüencial explosão de

hostilidades entre as duas partes e alguns pontos foram transformados em interestatais. Acima de tudo, esta disputa resultou em uma corrida entre religiões e ideologias travadas pelos paquistaneses islâmicos e pelos hindus (Buzan, Weaver, 2003).

2.3 - As necessidades humanas segundo Burton

Após a breve passagem pela teoria construtivista em Relações Internacionais, também pela análise estabelecida através da teoria sobre estudos da segurança para explicar o comportamento do indivíduo e da sociedade, se inicia nesta parte os primeiros passos que nos levaram à teoria do conflito social prolongado como ponto de chegada para a análise. A abordagem dos aspectos relativos à etnia e identidade seguidos de questões culturais e interesses coletivos, serve para complementar o entendimento processado pela idéia dos autores referidos na questão da identidade. Estes mencionados aspectos servirão como base de suporte para a conexão de identidade com a teoria do conflito social. Uma inovação na proposta desta análise foi trazer a vertente da insegurança societal enquanto um pilar de sustento para a teoria chave do enquadramento teórico.

Antes de aprofundarmos sobre a teoria escolhida para a dissertação, é necessário estabelecer os primeiros passos que deram origem a esta. John W. Burton, acadêmico e investigador em resolução de conflitos para estudos da paz é considerado o autor responsável pelos primeiros passos para esta teoria que na presente dissertação será abreviada como CSP. Burton na década de 90 utilizou de teorias pioneiras para estabelecer uma análise a respeito das necessidades humanas como motor dos conflitos sociais e razão profunda de desentendimento entre as sociedades coexistentes.

Para que os seres humanos possam viver de maneira pacífica no território em que existem, ou coexistem, estes precisam ter as suas necessidades humanas básicas garantidas. Para muitos autores em teoria da resolução de conflitos, a tendência a conflitos e conflitos violentos surge devido às necessidades básicas humanas não asseguradas pelo Estado ou não atendidas pela terra onde habitam (Danielsen, 2005). A violência expressada é o último meio utilizado por indivíduos ou um grupo para adquirir as suas necessidades humanas através da luta. Frequentemente as referidas necessidades

humanas são confundidas com as necessidades básicas de subsistência, no entanto, esta afirmação acaba por limitar a existência do ser humano enquanto uma criatura puramente biológica. Os teóricos utilizam debates para mostrar a complexidade dos seres humanos e expor a alienação do termo necessidades humanas através da sociedade (Danielsen, 2005: 21).

Embora a sociedade comum esteja certa em afirmar que muitos conflitos da contemporaneidade são travados pela luta das necessidades básicas e meios de subsistência - e vale aqui ressaltar a questão dos recursos hídricos a ser abordada no capítulo seguinte - a grande maioria dos conflitos ainda existentes resultam de questões relacionadas à identidade, proteção de uma comunidade, participação e compreensão política. Apenas dando um espaço de maior relevância para estas últimas vertentes citadas é possível capacitar e estabelecer uma solução para conflitos intratáveis, ou ao menos analisar um possível ponto de cessação. Burton e Azar não foram os únicos autores que dissertaram sobre a questão das necessidades humanas enquanto causadoras de conflito entre grupos e sociedades, porém poucos autores que inseriram a questão da identidade neste contexto e consoante a isto, se expressa desta maneira o grande contributo de John Burton para o estabelecimento de uma teoria focada na questão identitária social.

Burton tem aplicado a sua teoria a conflitos sociais e políticos através de uma fórmula universal. Burton afirma que em quase sua totalidade, os conflitos sociais são gerados quando as necessidades humanas são negligenciadas levando assim ao conflito ou guerra. A violência é usada como último meio para reivindicar seus direitos e satisfazer suas necessidades. Burton também afirma em sua conclusão que a educação e a cultura fazem as partes envolvidas no conflito a manipularem os problemas e desumanizarem as outras partes envolvidas (Burton, 1991).

Esta alternativa enquanto teoria evoluiu nas últimas décadas em grande parte enquanto uma reação a esta “separação limitada” da disciplina dos problemas sociais que já fora anteriormente abordada por clássicos da política e sociologia. Historicamente falando, quando as sociedades estavam separadas em famílias e tribos a questão da sobrevivência era partilhada de uma maneira mais pacífica apesar de existirem sim guerras tribais de caráter extremamente violento. A ascensão do sistema

feudal, da escravidão, do colonialismo, relações industriais e políticas, conflitos pessoais, grupos de interesses foram responsáveis pela construção da sociedade contemporânea. Conforme as condições sociais e ambientais foram deteriorando-se os indivíduos começaram a agir de maneira individualista, guiados pelos próprios interesses (Burton, 1991.)

Apesar de Burton ter sido criticado pela sua teoria alternativa, este recebeu também críticas favoráveis em relação à aplicabilidade do seu conceito. A fórmula universal para conflitos sociais desenvolvida por este, expressa um modelo de incrível aplicabilidade em diversos conflitos da sociedade aos diferentes níveis ainda nos conflitos contemporâneos. A concentração do conflito na fonte – o espaço onde vivem estas sociedades - dá espaço para a busca de soluções e estratégias favoráveis para todas as partes, excluindo desta maneira a extensão do uso de forças externas como, por exemplo, *peacekeeping* e *peace enforcement*. A fórmula criada por Burton enfatiza o ser humano enquanto buscador das mesmas necessidades, independentemente de qual sociedade este exista ou coexista (Danielsen 2005).

John Burton enquanto acadêmico nos Estados Unidos e após ter a sua teoria criticada, encontrou alguns seguidores como Edward Azar que pertencia a um grupo comum de novos estudiosos em conflitos e violência. Neste grupo, Azar foi capaz de estabelecer um novo conceito face às raízes dos conflitos contemporâneos em larga escala de violência e conseguiu contemplar a teoria de Burton. Os dois autores compartilharam análises responsáveis pela criação do Centro Internacional de Desenvolvimento e Gestão de Conflitos (CIDCM) na Universidade de Maryland. Após a mudança de Burton para a Universidade George Mason, Azar deu continuidade à teoria e estabeleceu as novas vertentes do modelo do Conflito Social Prolongado (Ramsbotham, Woodhouse, Miall, 2011).

2.4 - A teoria do conflito social prolongado por Edward Azar

Edward Azar tendo o seu principal interesse na análise de conflitos criou o seu banco de dados sobre conflitos o qual interessou a Universidade da Carolina do Norte onde se estabeleceu e aprofundou seus estudos. No final da década de 70, Azar publicou

diversos dados sobre conflitos sociais caracterizados por uma luta violenta e prolongada entre grupos coexistentes (Ramsbotham, 2011). Os dados demonstraram que as batalhas dos grupos resultavam da busca por satisfação das necessidades humanas, da segurança comunal e da identidade, mas também pelo reconhecimento e aceitação política (Azar, 1991:93). Apesar dos diferentes estudos de caso analisados, todos possuíam o mesmo caráter social, de se consubstanciarem em - batalhas violentas e prolongadas.

De início, Azar buscou analisar o caso do Sri Lanka, Filipinas, Irlanda do Norte, Etiópia, Israel, Sudão, Chipre, Irão, Nigéria e África do Sul. Nestes estudos de caso, Azar observou a questão do papel fundamental do Estado tanto na satisfação das necessidades humanas quanto na promoção do próprio conflito (Azar 1990: 27). Através da compilação de seu banco de dados juntamente com o material da Universidade da Carolina do Norte, Azar conseguiu sistematicamente desenvolver e reafirmar o entendimento das dinâmicas que geram os conflitos sociais e os tornam prolongados (Ramsbotham, Woodhouse, Miall, 2011).

Através do seu modelo estabelecido, Azar conseguiu identificar seis novos tipos de conflitos, separando-os do conceito tradicional de que as disputas eram apenas resultado de disputa por territórios e recursos econômicos. Estes novos tipos de conflito, segundo o autor, eram baseados nas questões de identidade comunal. Sua idéia foi publicada com o seu modelo de fenômeno social batizado de *protracted social conflict* (conflito social prolongado) na obra *The Management of Protracted Social Conflict* (1990). Nesta obra o autor resumiu as suas idéias em um conceito de um novo modelo/fenômeno que defendia a análise de que muitos conflitos ainda ativos em países em desenvolvimento são caracterizados pela turva demarcação entre recursos internos e externos bem como os atores componentes e seus indicadores. Para, além disto, existem causas e fatores múltiplos que se refletem na mudança de objetivos, atores e alvos durante o desenvolver do conflito. Em suma, estes conflitos não demonstram de maneira clara o ponto de partida nem aonde pretendem chegar e por isto são interpretados enquanto conflitos socialmente prolongados (Azar, 1991).

O CSP ocorre quando comunidades são privadas de suas necessidades básicas que servem enquanto elementos estruturantes da identidade comunal. Contudo, esta privação é o resultado de um conjunto de vertentes e causas viabilizadas pelo papel do

Estado e pela relação que este possui com agentes externos da sua rede internacional (outros Estados). Para além destes aspectos, as condições iniciais como legado colonial, contextualização histórica e a natureza mista de uma sociedade constroem a base para o gênesis do conflito social violento e prolongado (Azar, 1990: 12).

O entendimento do conflito social é um reflexo de uma noção realista de política que posiciona o mesmo enquanto uma luta inevitável pelo poder, na qual os atores tentam estabelecer uma posição de vantagem sobre outras partes e utilizam do argumento a respeito da segurança coletiva e da prosperidade da comunidade para motivarem-se rumo à luta. O modelo é repleto de vertentes, variáveis e de características-chaves que definem as três fases do CSP, sendo estas: a genesis, o processo e o resultado. Apesar de Azar não oferecer um resultado concreto, este indica quatro pontos em que o processo poderá resultar: deterioração da segurança física; ossificação psicológica; deformação institucional e alta relação de dependência e clientela (Azar, 1990: 16). Em um dos seus mais recentes quadros sobre a seleção de conflitos sociais, Azar utilizou a questão da Caxemira enquanto um conflito de grande aplicabilidade do modelo e classificou o conflito enquanto social-comunal que se desenvolve para o nível interestatal (Azar, Chung In, 2007: 8).

Azar verificou que a composição comum dos grupos de uma sociedade circunstanciava-se na questão da identidade definida por raça, cor de pele, cultura, etnia, religião e outros (Azar, 1991). Através deste preceito, Azar constituiu as quatro variáveis contidas no processo do PSC, sendo estas: as necessidades humanas, o conteúdo/questão comunal, o papel do Estado e as ligações internacionais. O autor verificou no início de seus estudos que o foco apenas na identidade ainda não mostrava nem definia a relação do comunal com o estatal. A maneira sugerida por Azar para conectar estas duas vertentes foi a verificação de que o Estado possuía falhas em seu papel e estas falhas eram reproduzidas na comunidade e por isto conceituou estas falhas enquanto desarticulações entre o Estado e a Sociedade.

Esta mencionada “falha” foi verificada através do estudo de como os membros de uma sociedade administravam os seus interesses comunais e individuais entre a desarticulação do Estado resultante devido ao seu legado colonial e contextualização histórica, que artificialmente impôs modelos europeus de comportamento, causando a

sobreposição de alguns grupos. Se estas multi comunidades, são formadas por uma questão de regras e políticas partilhadas, neste caso, impostas, estas comunidades tendem a entrar em um processo de rivalidade devido à imposição de um grupo perante o outro. Este processo foi defendido por Azar enquanto sinal de desarticulações do Estado em conflitos sociais em sociedades mistas. (1990). O que Azar concluiu é que a imposição para a integração e a cooperação entre sociedades mistas retarda o processo de construção de uma nação e eventualmente produz a fragmentação desta, encorajando assim um conflito social prolongado (Ramsbotham, Woodhouse, Miall, 2011: 165).

Segundo as idéias de Henry Shue (1998), Azar estabeleceu os pontos de extrema relevância sobre a questão das necessidades humanas, pois Shue defendia a idéia de que estas provinham de três direitos básicos: a segurança, a subsistência e a liberdade. Como já fora mencionado, os conflitos sociais prolongados tendem a se concentrar em países em vias de desenvolvimento⁴ devido a algumas características presentes, como por exemplo, o crescimento populacional desregulado. Este crescimento, adicionado a base limitada de recursos, má administração política – neste caso ligada ao legado colonial e explorações – instituições fracas, hierarquia tradicional, excessiva burocracia em centros metropolitanos e repressão política, permitem a fórmula perfeita para uma sociedade sem necessidades supridas, ofuscada pelo papel de um Estado não eficiente entrar em um colapso indireto.

Os Estados que carregam este tipo de conflito tendem a manipular o cenário para o nível internacional, pois as frustrações da sociedade são expressas como ineficiência do Estado. O Estado onde se verifica o CSP é apontado como sendo um estado incompetente, paroquial, frágil e autoritário que falha em suprir as necessidades dos indivíduos tornando-se vulnerável (o Estado) perante outros Estados do sistema internacional.

Conforme pretendia estabelecer a ligação de um conflito iniciado no indivíduo que se desenvolve para o nível estatal, Azar concluiu o seu estudo da teoria dos

⁴Nas obras de Azar (1985, 1990), o termo utilizado para classificar este grupo de países (países em vias de desenvolvimento) é *Third World Countries*: Países de terceiro mundo. O termo tem a tradução livre de acordo com a classificação utilizada atualmente nos estudos em ciências sociais.

conflitos sociais prolongados, adicionando mais uma vertente ao seu processo: as ligações internacionais⁵. O autor desenvolveu este processo enquanto uma dependência particular político-econômica provida pelo movimento do sistema econômico internacional que cria uma relação indireta de “padrões” globais a serem seguidos, de clientela de interesses além fronteiras. Azar utilizou o termo de porosidade para expressar o comportamento destes países. Com estas palavras o autor expressa que alguns Estados devem submeter-se a certos tipos de comportamento e até mesmo possibilitar a infiltração de terceiros em seu terreno⁶. (Azar, 1990:48).

A conclusão do seu estudo se expressou em uma tabela sobre o conflito social prolongado, dividida em três sessões: disciplinares; condições e suas correlações. Estas sessões foram explicadas em um processo contendo quatro variáveis as quais foram separadas da seguinte maneira: a componente comunal fora correlacionada com graus de etnia e heterogeneidade - providas pelo conhecimento de disciplinas como a antropologia, história e sociologia; - A questão das necessidades humanas através do estudo de desenvolvimento econômico e social foi interpretada pela psicologia e biologia; - A governança e o papel do Estado se correlacionam com o volume de armas importadas, com a questão militar com a capacidade dos Estados em suprir as necessidades e com a repressão política fomentada seguindo os campos da política e economia. Por fim, Azar correlacionou as ligações internacionais também com o volume de armas importadas e as questões além-fronteiras seguindo os campos dos regimes internacionais, dos estudos da geopolítica e geoestratégia (Ramsbotham, Woodhouse, Miall, 2011). Portanto, Azar identificou quatro variáveis em seu estudo: as necessidades humanas; a questão comunal; o problema da governação e por fim as ligações internacionais.

⁵Na obra “*Protracted Social Conflict: Ten Propositions*” (1985), o autor Edward Azar expressa estas conexões internacionais através do termo *international linkages*, nesta obra, livremente traduzido por “ligações internacionais”.

⁶Ver no quinto capítulo como se procede a porosidade da Índia para com os Estados Unidos da América em relação à sua política nuclear desenvolvida através de tecnologias oferecidas pelo governo americano e canadense.

Partindo deste ponto da dissertação em que apresentamos a teoria estipulada por Edward Azar como uma espécie de receita para o entendimento dos conflitos sociais, nos perguntamos qual a análise que se é prestada nesta fundamentação teórica? Iremos por partes: Azar estabeleceu uma ponte que conectava a questão da identidade com um gênero de conflito social prolongado. Se a teoria construtivista foi responsável por introduzir no debate das Relações Internacionais a questão indentitária é relevante afirmar que Azar não foi pioneiro em correlacionar identidade com conflito uma vez que sua teoria foi um complemento da análise de Burton. Apesar de não ter sido pioneiro, Azar buscou interpretar a identidade de uma maneira diferente. Buscou analisar o processo de formação identitária em sociedades mistas e proporcionou uma ponte de ligação com um conflito enraizado na sociedade e que se distribui em diversas vertentes e variáveis até se estender para a questão Estatal.

2.5 - O processo em Caxemira

O objetivo nesta etapa da fundamentação teórica é estabelecer a primeira conexão dentro do conceito do fenômeno do CSP com o cenário Caxemira estabelecendo uma ponte com as principais variáveis e constituintes do processo. Analisando através da contextualização histórica da Caxemira, durante a década de 1930, antes da primeira guerra Indo-Paquistanesa, Índia e Paquistão foram liderados por cabeças pensantes e motivados a uma corrida política paralela conhecida como a “teoria” das duas nações⁷, desenvolvida pela Liga Muçulmana em contraposição ao Congresso Hindu (Neves, 2010: 35). Este evento simbolizou o primeiro passo responsável por gerar a luta pela identidade nacional.

A determinada altura, na Caxemira indiana, o primeiro-ministro Jawaharlal Nehru fomentou os primeiros sentimentos nacionalistas. Em 1947, a Índia conseguiu a

⁷Em seu artigo, Edson José Neves Júnior, defende a Teoria das Duas Nações como um ensaio intelectual elaborado por Muhammad Iqbal em colaboração com Muhammad Ali Jinnah. Idéia central de criar uma entidade político-territorial autônoma capaz de proteger os interesses da população muçulmana da maioria hindu (Neves, 2010: 35).

independência do Império Britânico e seus reinos foram compartilhados entre as regiões para facilitar a administração. Antes da descolonização britânica, a única aclamação feita pela parte muçulmana visava justiça política e a defesa dos direitos das minorias. Era uma aclamação de garantia para que as políticas estabelecidas pelo governo gestor não afetassem ou oprimissem esta minoria de maneira direta (Buzan, 2003: 122).

A contextualização histórica da Caxemira expressa claramente uma ligação com o conceito estabelecido por Azar, quando este atribuiu o legado histórico em países em desenvolvimento como motivação para o surgimento do processo do PSC. De acordo com suas palavras, "Em muitas sociedades multiétnicas, os diferentes grupos de diferentes identidades ou comunidades mistas são normalmente posicionados em relacionamentos conflituosos devido à rivalidade histórica e uma política colonial mal-estabelecida suportada pela idéia de: dividir para reinar." (Azar, 1991 apud Fisher, 1997: 84). Assim, muitos países emergentes, chamados por Azar de "Terceiro Mundo" são dominados por um único grupo comunal ou uma coalizão de grupos que ignoram as necessidades de grupos terceiros, proporcionando desta maneira um sentimento de frustração e fragmentação (Fisher, 1997: 85).

Posteriormente, com a crescente influência do Partido nacionalista religioso, o conflito continuou e ganhou grandiosidade adquirindo um caráter bélico após a intervenção militar do governo central de Déli (Wirsing, 2009: 19). A questão sobre a legitimidade na Caxemira foi o ponto principal para o desenvolvimento do confronto entre os paquistaneses e indianos. Para além deste fator, a interferência em assuntos internos, a atribuição de políticas fundamentadas por valores religiosos, entre outros foram responsáveis pela alimentação deste conflito. O ponto crítico é que, desde que a Caxemira fora reconhecida internacionalmente enquanto parte integrante da Índia, sua soberania é de fato "inquestionável" e as decisões tomadas pelo governo indiano são legítimas, estando o governo do Paquistão de acordo ou não.

Segundo a interpretação do governo indiano, embora os muçulmanos representem a maioria das comunidades no território da Caxemira, estes são responsáveis por oprimir a minoria hindu e por isto a necessidade de favorecimento da comunidade hinduísta é extremamente necessária (Jaffrelot, 2004: 18). Embora os muçulmanos e hindus sejam parte da mesma sociedade, ambos de certa maneira buscam

construir uma identidade coletiva através do reconhecimento histórico, vinculado ao local aonde coexistem. O Estado é responsável por negligenciar as providências de necessidades básicas dos grupos e também por tentar boicotar o fluxo corrente dos recursos hídricos⁸ da comunidade muçulmana no lado Paquistão (Khan, 2011: 321).

Este tipo de comportamento foi descrito por Edward Azar (1991), enquanto parte do fenômeno do conflito prolongado. Quando este autor inseriu variáveis do processo, este afirmou a correlação das necessidades humanas com os precedentes históricos. A não participação dos grupos nas decisões política em nome da garantia dos direitos deixou lacunas que geraram uma espécie de crise de legitimidade perante o Estado. Esta crise é apontada como falha nas políticas de governação estabelecidas. O cenário Caxemira a partir do momento em que demonstra a ligação humana com os recursos, a identificação com o território bem como a crise de legitimidade gerada, acaba por estabelecer três pontos das variáveis da teoria. Azar define a privação das necessidades enquanto um déficit na questão da governação.

O nível de satisfação da necessidade é naturalmente mediado pelo Estado. A maior autoridade política dominante é monopolizada por uma comunidade específica ou por uma coligação política que maximizam os seus interesses em detrimento dos grupos marginalizados. Os modos de governança são frequentemente distorcidos para limitar o acesso institucional por parte daqueles grupos marginalizados. Desta maneira as crises de legitimidade são providenciadas. Na verdade, os problemas mais comuns em sociedades mistas são apenas reflexos da má administração por parte do Estado. Em Caxemira, este Estado dotado do poder político não está particularmente interessado em favorecer a comunidade muçulmana, uma vez que possuem no poder, líderes de ideologia hinduísta.

⁸Ver no terceiro capítulo a questão do Tratado da Água do Rio Indo (Indus) assinado por Índia, China e Paquistão referente ao uso dos recursos gerados pelas águas dos rios que irrigam a Caxemira. A questão hídrica tem sido um ponto delicado entre as partes e a construção da hidroelétrica de *Baglihar* na Índia tem sido apontada pelo governo paquistão enquanto uma tentativa de boicote à distribuição aquífera vinda da Índia para o lado da Caxemira paquistanesa (Chandran, 2012).

Na guerra que deu origem ao Bangladesh, a representante do governo Indira Gandhi, solicitou uma intervenção por parte dos Estados Unidos que posteriormente era aliado do Paquistão. Ainda que Richard Nixon e Gandhi tivessem uma relação bastante hostil, a Índia se viu necessidade da cooperação e ajuda norte-americana demonstrando uma política volúvel fincada nos interesses⁹. A idéia de trazer aqui este momento específico é o de estabelecer uma ponte entre o estudo de caso e a última variável de conceito, as ligações internacionais. Segundo Azar, as ligações internacionais desempenham um papel importante, tanto através da dependência econômica viabilizada pelas nações desenvolvidas quanto à relação de clientela militar com outros estados (Fisher, 1997: 45). Neste sentido, Índia e Paquistão posicionam-se enquanto “Estados porosos” – denominação proposta por Azar – uma vez que estes Estados permitem a inserção de outros governos em suas políticas no intuito de visar futuros ganhos (Ramsbotham, Woodhouse, Miall, 2012).

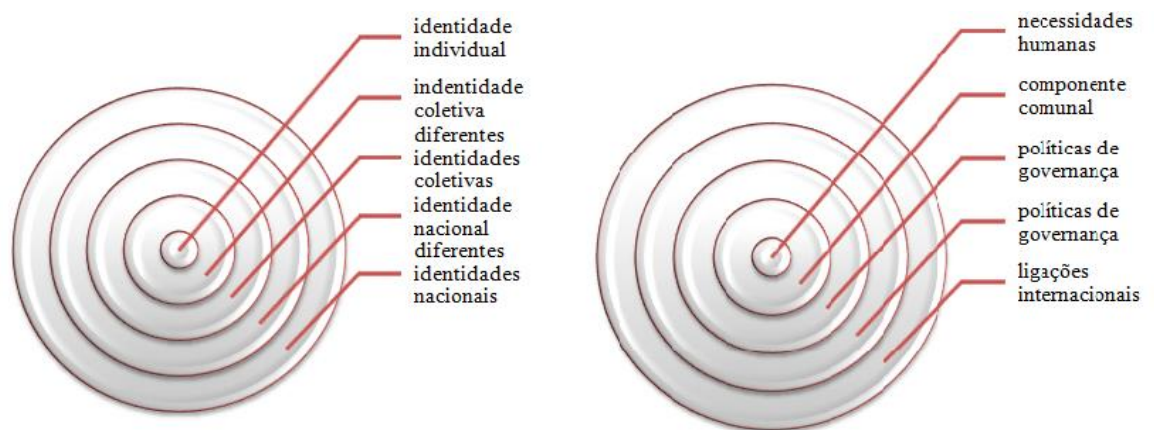
Foi proposto durante este capítulo, fazer uma correlação das quatro variáveis estabelecidas por Azar com o estudo de caso do conflito da Caxemira buscando distinguir os aspectos deste estudo de caso que pudessem ser encaixados no modelo proposto. Em diversos estudos de caso, julgamos pertinente afirmar que o modelo oferecido por Edward Azar visa nos oferecer uma nova análise de conflitos a partir de uma lógica interna, focada na raiz dos conflitos e dos processos. Porém, de certa forma não oferece uma conclusão, um resultado sobre estes conflitos de caráter social apesar de oferecer quatro possibilidades de possíveis resultados. No nosso entender, a questão da não apresentação do “ponto de chegada”, oferece a possibilidade de novos aprofundamentos sobre este modelo e atribuição de livres conclusões.

Azar oferece um modelo de análise partindo das fontes do conflito e passando pelo processo, porém não devemos esquecer de que cada conflito – principalmente aqueles que estão focados na questão da identidade – resulta da perspectiva identitária de cada grupo, do cenário no qual coexistem e das interligações de diversos fatores no

⁹A contextualização das relações Indo-americano ficará exposta no quinto capítulo responsável por aborda o posicionamento nuclear das nações em questão.

que toca o ambiente interno e externo. Um modelo estabelecido por quatro vertentes e três fases processuais, abre um extenso leque de oferta para a interpretação e investigação dos resultados (Ramsbotham, 2005a: 117). Desta maneira, acreditamos que o modelo proposto pelo teórico nos possibilita uma liberdade de análise naquilo que seria atribuído enquanto resultado do processo a depender da dinâmica de cada caso estudado. Como neste estudo o foco inicial está na questão da identidade individual e comunal sugerimos, enquanto resultado deste processo, uma das sugestões de Azar: a ossificação psicológica. Na figura 2 permite visualizar o círculo progressivo estabelecido. Partindo da lógica sugerida por Azar, olhemos a progressão do interno para o externo. De maneira paralela os círculos demonstram a progressão dos níveis de identidade em relação às variáveis do processo do conflito social prolongado. À medida que o nível identitário evolui, ocorre também a transição das variáveis no processo do CSP.

Ilustração 2 – Círculo progressivo em correlação entre os diversos níveis de identidade com as variáveis do conflito social prolongado.



Fonte: Elaboração própria com base na análise da teoria do conflito social prolongado por Edward Azar (1990) em concordância com as interpretações de Ramsbotham (2005).

A análise psicológica é por muitas vezes feita através de uma metodologia de caráter mais quantitativo e por isto permite uma interpretação mais fiável sobre os impactos da guerra nas comunidades em diversos níveis, principalmente social e econômico. Segundo Rothchild (2010), um conflito étnico é mais frequentemente causado pelo medo coletivo do futuro do que simplesmente pelo ódio pelo outro. Se

estas comunidades temem o futuro é porque os grupos temem pela proteção de suas identidades através dos riscos oferecidos, tornando esta questão um dilema. Uma vez que não podem definir o futuro de maneira previsível o risco se torna existente. A apreensão por parte das comunidades e o enfraquecimento do Estado, proporciona aos grupos uma divisão muito distante e por isto, acreditamos que o modelo proposto por Azar pode ser complementado com uma vertente sobre o impacto psicológico enquanto sua conclusão.

Este andamento de um conflito de caráter inacabável e imprevisível proporciona à Caxemira uma luta para além de questões étnico-religiosa ou até mesmo militar. A prolongação deste conflito compreende vários impactos, sobretudo psicológicos. Fica, portanto exposta uma questão neste extenso oceano de problemáticas: como seria possível reduzir ou acabar com este conflito uma vez que este foi movimentado por uma série de gerações? No mínimo, não existem dúvidas de que o propósito inicial para a guerra já foi alterado e acoplado a diversos outros fatores, à medida que este processo foi estabelecido. Se o conflito tem seus impactos na questão psicológica e isto acaba por proporcionar mais insegurança e assim mais ameaças para a comunidade, é possível então concluir que o ponto de chegada do CSP é exatamente o ponto de partida. Faz parte de um processo que estabelece um ciclo vicioso e prolongado, no qual devido ao seu caráter multidimensional, perde-se em seu desenvolvimento.

Capítulo 3 – A luta pelos recursos e o simbolismo da água

“Muitas das guerras deste século foram pelo petróleo, mas no próximo século, as guerras serão por água...” palavras de Ismail Serageldin em entrevista para a revista *Newsweek* em Agosto de 2005 (Delinic, Shepp, 2010: 110).

O propósito deste terceiro capítulo é apresentar a primeira das três dimensões escolhidas com o intuito de analisar o estudo de caso do conflito da Caxemira e a perpetuação de uma ameaça à comunidade internacional. A vertente em causa é a questão do uso dos recursos do Vale da Caxemira em prol do desenvolvimento social e econômico da população. O principal enfoque no uso dos recursos é a questão do simbolismo da água e o significado deste recurso para a sobrevivência dos povos da Caxemira. Apesar da grande abundância de rios que providenciam a água cristalina, rica em minerais, propícia para o consumo e utilizável no desenvolvimento de atividades como agricultura, pesca e pecuária, o cenário vinculado ao uso e partilha deste recurso na Caxemira é bastante delicado. De fato, a quantidade de água disponível por pessoas no sul da Ásia decresceu consideravelmente desde 1950 (Asian Development Bank, 2001 apud Delinic, Schepp 2012: 110).

Este mencionado cenário desde 1950 até a contemporaneidade foi igualmente marcado por um acordo diplomático pacificamente assinado ainda que a região possuísse um histórico repleto de indisposições e hostilidades entre Paquistão e Índia (Time, 2012). Apesar de alguns pontos entre os dois países terem motivado certo nível de sucesso em relação à diplomacia Indo-Paquistanesa, a água ainda é um ponto em discussão entre as partes, pois outras insatisfações, aquém das questões econômicas e sociais, transcorrem desta problemática. A luta pela posse dos recursos hídricos acaba por situar um hiato entre a motivação para o conflito e a disponibilidade para a cooperação entre as partes. O rio Indo é responsável por irrigar em quase na sua totalidade a área do Vale da Caxemira, devido ao seu percurso extenso, afluentes e subafluentes que acabam por irrigar através de seis grandes rios uma área compreendida para além do vale, adentrando em territórios vizinhos. O rio através de seus afluentes irriga também uma porcentagem do vale das montanhas do Himalaia e ainda acres no

território do Afeganistão, e por isto a problemática está também voltada também para os países além fronteiras.

A República Popular da China apesar de possuir uma política provida por menos animosidade com a Índia, diferentemente do Paquistão, tem a sua hidropolítica ameaçada pelos posicionamentos da Índia. Porém, consegue de maneira diplomática tratar destes assuntos sem trazer para o cenário contemporâneo, os conflitos travados na década de 60 (Le Monde, 2012). Em relação ao Afeganistão, este país decidiu anteriormente suas questões territoriais tanto com a Índia quanto com o Paquistão. Contudo o choque político pelo uso dos recursos é resultado de novas fronteiras estipuladas que acabaram por afetar diretamente a dinâmica das comunidades ao redor dos rios afegãos, intensificando desta maneira a luta pela sobrevivência e identidade dos povos (Aljazeera, 2011).

O relacionamento dos afegãos com os paquistaneses é delicado e possui um caráter duvidoso, sobretudo devido à grande frequência de ataques por fontes jihadistas. No entanto, uma vez que as duas comunidades não partilham diretamente o uso da água devido à localização geográfica, os confrontos com os afegãos acabam por ser minimizados em relação ao conflito com a vizinha Índia. O aproveitamento do aquífero por parte do Paquistão é feito pelas terras banhadas ao nordeste do país e por isto não afeta diretamente o uso do recurso nas terras do Afeganistão. Ressaltamos neste ponto que apesar da extensão da região de *Aksai Chin* ser parte integrante da República Popular da China, os povos habitantes daquela região específica também são considerados povos da Caxemira, principalmente devido a uma forte ligação histórica com o território. Desta maneira Caxemiraintegrae abrange os povos dos quatro países. A China tem se posicionado enquanto um ator da questão hídrica por compreender seu território em terras irrigadas na cordilheira do Himalaia e seu posicionamento tem preocupado o governo da Índia (Delinic, Shepp 2012: 112).

O envolvimento direto do Banco Mundial desempenhou um papel de mediador das conflitualidades geradas pela partilha da água originando o Acordo da Água do Rio

Indo¹⁰. A necessidade de criação do acordo favoreceu uma negociação de maneira diplomática, porém as nuances geradas por este, deram origem a novas questões que serão posteriormente abordadas no decorrer deste capítulo. Neste contexto, a água passou a ser um elemento de identidade tanto dos povos da Caxemira quanto nacional, tendo a sua importância atribuída a questões econômicas e sociais. Com a mudança nos cenários, alterações climáticas e o acelerado crescimento populacional vinculado à dependência da água, a escassez desse recurso, passou a preocupar os governos que passaram a securitizar este recurso enquanto um bem nacional (UNDP, 2012).

Após esta introdução o capítulo se entende através de uma contextualização histórica para demonstrar a origem e a negociação do Tratado da Água do Rio Indo e quais foram as implicações provenientes deste. Ainda neste capítulo se propõe uma análise a respeito das idéias dos autores Sinha (2012), Chandran (2012), Hayat (2011), Anees (2009). Estes autores vêm aprofundando os seus estudos sobre a questão da água no estudo de caso da Caxemira. A minha análise pessoal será feita no decorrer dos pontos que serão trazidos ao debate através das idéias destes autores, para no fim fazer uma revisão conjunta. Por fim, o capítulo busca concluir com a idéia de que a questão da identidade comunal relacionada à água entrou em ascensão a partir do momento em que o uso dos recursos para a sobrevivência local define-se enquanto bem comprometido. O Paquistão tem cerca de 60% do seu território banhado em rios e por isto a água – nomeadamente o rio Indo – é apontada como fator de identidade nacional (Ministry of Water and Power, 2011).

3.1 – As indisposições sobre a partilha da água

O capítulo anterior foi responsável por demonstrar em uma contextualização histórica os aspectos que deram início ao conflito, sendo este apresentado através da sua gênese. Se até este momento sabe-se que o ano de 1947 foi o período fulcral para a explosão do conflito, propõe-se então nesta parte fazer uma breve e nova

¹⁰Ver em anexo nº 3 as disposições do Acordo da Água do Rio Indo, 1960, Índia e Paquistão, negociado em Karachi.

contextualização histórica em relação à partilha da água no território disputado. Esta contextualização ocorrerá em três partes: o início, o processo e o resultado. A política global e as tendências da questão climática no planeta favorecem um sentimento de receio perante o uso da água e por isto as partes envolvidas no conflito tendem a posicionar o vizinho enquanto ameaças existentes nas quais podem vir a comprometer a riqueza do Vale uma vez que não utilizam os recursos de maneira sustentável. Para além deste fator ainda existe o impacto causado pela criação das barragens que alteram os fluxos das águas inundando regiões de seca e drenando regiões húmidas. (Sinha et al, 2012:735-752).

As autoras posicionam-se de maneira favorável em relação à Índia afirmando que esta foi generosa para com o Paquistão quando cedeu 20% do total da água disponível no aquífero para o uso paquistanês durante o acordo da água. Em seqüência da análise das três autoras, Chandran (2012) é bastante otimista quando afirma que o Tratado da Água do Rio Indo foi o único acordo bem-sucedido pelas partes e merece o seu mérito devido a não violação por ambas as partes. Porém, fica aqui uma questão que favorece a conclusão deste autor: até que ponto alguma decisão tomada pela Índia ou Paquistão pode ser interpretada enquanto um sucesso ou uma violação, uma vez que as medidas tomadas dentro do seu território são legítimas? Através dos tópicos acordados no Tratado da Água, a Índia possuiu a legitimidade para a construção de engenharias no intuito de estabelecer um melhor aproveitamento deste recurso. A construção das engenharias alterou os fluxos dos rios dificultando o aproveitamento pelo lado paquistanês. Portanto, seria a água seria uma questão de disputa ou de cooperação?

O tratado pode ter o seu sucesso atribuído, porém abriu espaço para uma série de hostilidades entre as partes. Estas hostilidades vêm sendo atribuídas também devido à busca pela afirmação da identidade nacional indiana. Um análise na contextualização sobre conflitos relacionados à água nesta região demonstra que nos últimos 65 anos desde à assinatura do acordo, a região registrou cerca de 18 conflitos sendo que apenas três destes foram classificados enquanto não violentos (Pacific Institute, 2011 apud Delinic, Shepp 2012: 115). Se a questão da água representa um sucesso ou não, o que fica válido é que a longa deterioração pelo conflito entre estes estados irá continuar enquanto estes não encontrarem uma maneira de convergirem em relação à inquieta

distribuição de água (Delinic, Shepp, 2012: 116). Os conflitos políticos entre os estados ocorrem quase em sua totalidade através da dissipação de uma política de hegemonia no sul da Ásia controlada pela Índia. O Paquistão acaba por não admitir este tipo de posicionamento (Hayat, 2011:22). Outro aspecto delicado diz respeito à imprevisibilidade das medidas tomadas. O governo do Paquistão se sente pressionado pelos conflitos intra-estatais em relação à água e com isto, se observa uma ineficiência deste tratado, que buscou solucionar os problemas parciais e não atentou para os problemas provenientes (Hayat, 2011:23). Embora os autores mencionados façam as suas análises de maneira oposta, propõem se aqui uma análise mais aprofundada através da contextualização histórica.

O tratado da água do rio Indo foi uma iniciativa sugerida pelo Banco Mundial e acordada entre Índia e Paquistão em Karachi no dia 19 de Setembro de 1960. Esta iniciativa pode ser de certa maneira considerada um sucesso, primeiramente por representar uma espécie de tentativa de diplomacia entre ambos visto que um primeiro plano unilateral fora recusado pelo governo indiano em 1952 (Sinha et al, 2012:735). Em segunda análise, o acordo também foi apontado enquanto um ponto de sucesso, devido ao seu caráter credível - sem violações por ambas as partes - durante muito tempo, resistindo às guerras travadas nos anos de 1965 e 1961. O tratado também não foi enfraquecido depois do episódio de Kargil e do conflito de 2011 quando a Índia acusou o Paquistão de liderar ataques terroristas contra a nação indiana (Ashan, 2003 apud Shakir, Khan 2011: 322).

O acordo serviu como ferramenta para o desenvolvimento econômico dos dois países (Mehta, 1988: 59). Este devido crescimento econômico representou uma medida urgente para a necessidade de ambos os países mostrarem que poderiam ser economicamente auto-suficientes uma vez que obtiveram o rompimento do vínculo com o Reino Unido e com isto era viável estabelecer um status de nação em progresso a fim de se posicionar no sistema internacional (JUSII, 2002:132). Dada esta questão do desenvolvimento econômico, o Banco Mundial ingressou nesta temática agindo como grande mediador das partes uma vez que era do interesse da organização investir diretamente na região, disponibilizando fundos e empréstimos para o desenvolvimento (Mehta, 1998:69). Iremos assumir que apesar de algumas indisposições até então tudo

correu de maneira pacífica afinal o plano de estabelecimento das duas nações nunca se deu devido a lutas pelo uso da água no Vale da Caxemira e por isto esta questão não prendia a direta atenção das partes interessadas prioritariamente em investimento externo (Mehta, 1998:70). De fato, é perceptível de que duas nações no contexto em que se encontravam não estivessem atentas à problemática que o uso dos recursos poderia gerar no futuro, afinal para as duas novas terras ascendidas no mapa, o investimento em sua recém criada economia simbolizava um suporte irrecusável. Devido a isto, seria muito difícil estabelecer uma previsão desta problemática em longo prazo.

Em altura de pré-negociação, existiu certa preocupação por parte do governo da Índia - enquanto esta ainda estava sob o domínio do império britânico – em estudar os futuros problemas (Sinha, 2010: 661). Alguns engenheiros identificaram alguns problemas técnicos que poderiam surgir desta partilha, uma vez que algumas barragens já tinham sido construídas nos rios correspondentes. Os problemas técnicos providos da irrigação apareceriam em um futuro bem próximo (Mehta, 1998:71). Esta previsão foi atribuída devido à construção do Canal do *Punjab* em 1850 que foi responsável pela anomalia em dois canais, as quais foram responsáveis por um forte impacto ambiental sobre a produção agrícola de quase 25 milhões de pessoas (Mehta, 1998:72). Estas previsões de problemas técnicos foram de fato expostas quando expirou a assinatura do *Standstill Agreement* em Março de 1948 (PRIO, 2013: 20). Enquanto as duas nações estavam sob administração deste acordo no que permitia a livre circulação de profissionais responsáveis pelo estudo da região irrigada, nenhuma indisposição mais séria que levassem à guerra foi verificada. Automaticamente após a expiração deste acordo, a Índia instantaneamente bloqueou o fluxo de águas corrente para o lado paquistanês que servia o Canal do *Dipalpur* bem como as encostas do Canal *Upper Dari Daab* (Alam, 2002: 354-64).

As problemáticas do cotidiano continuam a adquirir espaço relevante nas políticas paquistanesas. As relações destes problemas com a Caxemira implicam nas futuras decisões entre Paquistão e Índia, obrigando de certa maneira que estas decisões sejam fomentadas através das considerações feitas pelo tratado da água e a distribuição das águas do rio Indo. Para o Paquistão, o uso simbólico das águas representa o forte vínculo com a Caxemira bem como o sentimento de receio criado através de uma

relação com a vizinha Índia anexada no seu passado. A partir do momento em que o abastecimento de regiões como a cidade de Lahore no Paquistão ficou completamente comprometido devido à mudança do fluxo das águas, o governo do Paquistão representado por Liaquat Ali Khan, resolveu solicitar ao governo da Índia que reavaliasse imediatamente as suas medidas. Em suas palavras através de um telegrama, o governo do Paquistão acusou a Índia de agir de maneira maquiavélica enquanto o tempo do acordo não tinha sido suficiente para solucionar os problemas internos do Paquistão (Sinha et al, 2012:668-736).

Analisemos neste ponto a seguinte questão: é realmente interessante como em toda a contextualização histórica, a questão da identidade fica sempre exposta, mesmo que de uma maneira indireta quando abordamos Caxemira. Até mesmo as questões econômicas e políticas dos dois países ao fundo são interpretadas enquanto uma luta de estatuto político, de ameaça aos povos de uma região. Neste contexto surgiam assim as primeiras acusações do Paquistão para com um governo que de certa maneira estava a agir de acordo com as condições que lhe cabiam. Apesar da grande extensão territorial da Índia e da posse do Vale da Caxemira, o Paquistão ainda dotava da maior compreensão hidrográfica em relação ao tamanho da extensão territorial.

Regressando às questões históricas, a partir desta primeira indisposição, as questões vinculadas às águas tendiam a piorar. O Paquistão após ter o seu pedido negado, convidou formalmente a Índia para resolver este impasse de uma maneira diplomática envolvendo a Tribunal Internacional de Justiça. A Índia recusou esta suposta “intromissão” de terceiros em assuntos internos sugerindo que o Paquistão seguisse a proposta chamada Acordos de Déli pelas Nações Unidas, que fossem geridas pela Comissão das Reclamações Gerais. Após a recusa do Paquistão, este expressou a possibilidade de elevar a questão para o Conselho de Segurança das Nações Unidas alegando hostilidades profundas por parte da Índia e indisposição em cooperar. A situação encontrou um ponto de equilíbrio após a visita de David Lilienthal especializado pela Universidade de Tennessee e coordenador responsável pela Comissão Norte-Americana para Energia Atômica (Sinha, 2012:737).

O papel desempenhado por Lilienthal foi fundamental para que os dois países saíssem da lógica de corrida política e identitária e passarem a negociar em prol de

mútuos benefícios. Em seu relatório, Lilienthal publicou que esta freqüente e desnecessária animosidade partilhada pelos dois países, apenas traria malefícios para ambos uma vez que a ajuda externa seria claramente dificultada em terrenos hostis (Mehta, 2012). O autor do relatório sugeriu a presença do Banco Mundial e que esta questão deveria ser avaliada pela Comissão para Reconstrução e Desenvolvimento. Após o apoio do governo norte-americano, o presidente do Banco Mundial escreveu aos governos da Índia e do Paquistão oferecendo um plano de ajuda para ambos desde que seguissem as três condições de elegibilidade: que a bacia do Rio Indo disponibilizasse de recursos suficientes para suprimento de ambos os países; que esta mesma bacia fosse um objeto de cooperação e uso mútuo entre ambos e em terceiro que todas as questões políticas fossem afastadas e apenas questões funcionais e técnicas fossem debatidas (Gulhati, 1973:88). Posteriormente à intervenção de Lilienthal, o plano passou à fase de negociação.

3.2 – A mudança da trajetória e a sobrevivência do Tratado da Água

O Tratado da Água do Rio Indo foi negociado em Washington em 1952 e assinado pelas partes em 1960 em Karachi. Neste acordo as partes procuraram negociar de maneira a que o foco principal fosse em prol do favorecimento econômico da região bem como dos benefícios. O Presidente paquistanês Ayub e o Primeiro Ministro indiano Nehru acabaram por assinar o acordo rapidamente no intuito de evitar uma nova guerra indo-paquistanesa pela posse de água. O tratado dividiu os rios sem estabelecer prioridades em relação ao volume de água nem referenciou uma gestão conjunta. No entanto, estes acordos poderiam ser modificados caso houvesse uma disponibilidade de ambas as partes em negociar. A maior responsabilidade deste acordo comprometia a Índia em cumprir através de uma boa conduta o uso da água em relação ao Paquistão uma vez que os fluxos dos principais rios corriam do território indiano para o paquistanês. Durante 50 anos seguintes o acordo permaneceu intacto, porém cheio de altos e baixos devido às reclamações por parte do Paquistão (Sinha et al, 2012). Verifiquemos na ilustração a seguir o quadro das propostas e alocações feitas pelos dois governos em relação à divisão das águas e a proposta de divisão do banco mundial¹¹.

Ilustração 3 – Quadro das propostas para alocação das águas a serem considerados nas negociações do tratado das águas do rio Indo.

Plan	India	Pakistan
Initial Indian	29.0	90.0
Initial Pakistani	15.5	102.5
Revised Indian	All of the eastern rivers and 7% of the western rivers	None of the eastern rivers and 93% of the western rivers
Revised Pakistani	30% of the eastern rivers and none of the western rivers	70% of the eastern rivers and all of the western rivers
World Bank Proposal	Entire flow of the eastern rivers 2	Entire flow of the western rivers 3

¹¹Todas as porcentagens expressadas no quadro são contabilizadas em MEFs que correspondem a 1233.48 milhões de metros cúbicos de acordo com a leitura das unidades na língua inglesa, língua oficial do tratado da água do rio Indo(Transboundary Freshwater Dispute Database, 2007).

Fonte: Institute for Water and Watersheds apud Transboundary Freshwater Dispute Database (TFDD), 2007, Oregon State University, disponível para consulta em: http://www.transboundarywaters.orst.edu/research/case_studies/Indus_New.htm [consultado em Março de 2013].

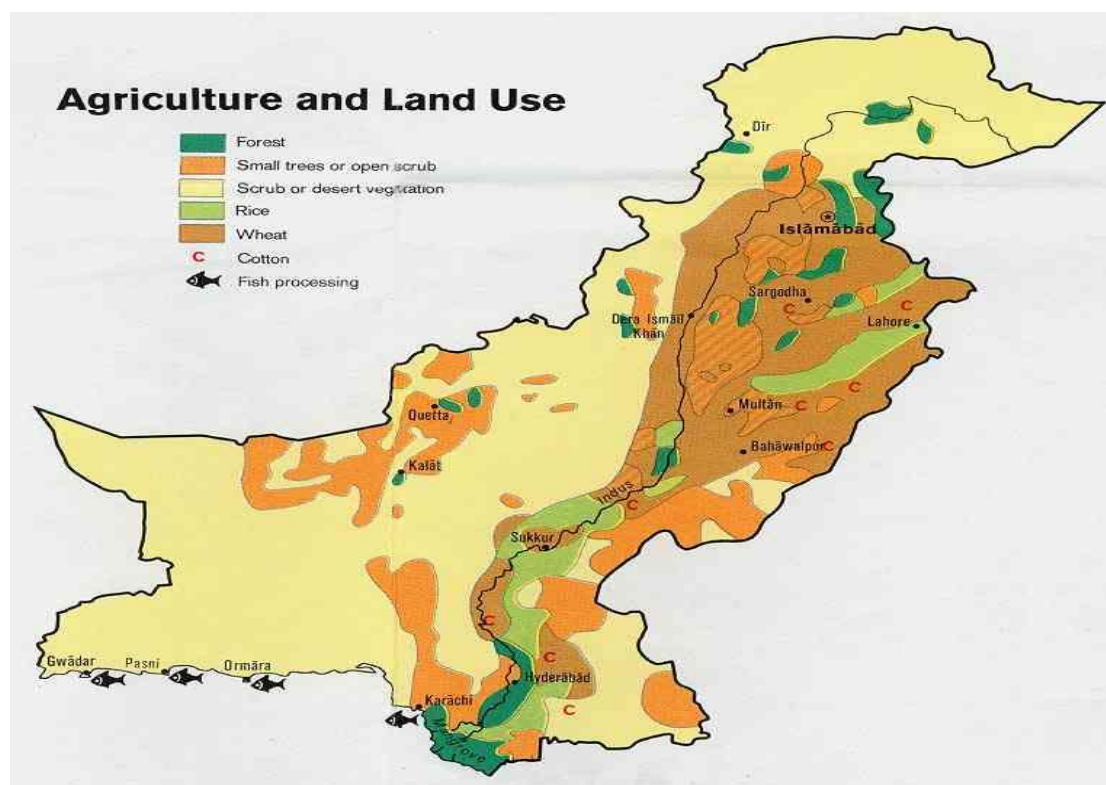
De acordo com as análises prestadas até o presente momento, ficaram expostas duas questões a respeito do tratado da água que nos fazem refletir em relação à trajetória deste mesmo. Sinha (2012), primeiramente elaborou sua análise atribuindo ao acordo uma lógica de alteração da hidrologia na região de Caxemira. O acordo não se estenderia para além da questão da partilha do uso dos recursos hídricos, porém proporcionaria um problema de governança entre os Estados. Com isto, somos permitidos a nos questionar se este tratado não careceria de mudanças? O que percebemos é que a solução de maneira superficial para esta partilha de recursos sem uma forte avaliação dos futuros problemas vinculados acaba por acarretar a atribuição de novos parâmetros para o desenvolvimento deste conflito entre Índia e Paquistão. Lembremos também que na fundamentação teórica desta dissertação, a questão de segurança serviu enquanto uma ponte de ligação entre a questão da identidade com o fenômeno estabelecido por Edward Azar. Portanto, através desta comparação entre o conceito de identidade e teoria, é permitido entender a água enquanto um objeto “securitizado” por ambas as partes, nos mais diversos níveis, seja este individual, comunal ou estatal e que por esta razão o choque de interesses acaba por ser inevitável ainda que o tratado tenha solucionado superficialmente a questão da partilha.

Conforme observamos na Ilustração 3, o Banco Mundial buscou elaborar o plano do tratado da água do rio Indo obrigando a partilhados recursos hídricos de uma maneira justa e igualitária. A partilha do rio Indo e seus afluentes fora compreendida da seguinte forma: três rios (Indus, Jhelum e Chenab) foram cedidos ao Paquistão bem como três rios controlados pela Índia (Ravi, Beas e Sutlej). Uma vez que a Índia mantém em seu território as nascentes responsáveis pelo andamento do fluxo dos rios, não se concluir de imediato que o tratado tenha sido elaborado de maneira igualitária (Hayat, 2012:89). De acordo com a agência norte-americana *CIA World Factbook*(2013) que estabeleceu uma lista de países em relevância sobre o seu produto

interno bruto produzido, não se pode comparar o valor paquistanês com o indiano, porém não se deve esquecer a extensão territorial da Índia.

O Paquistão é um país com 140 milhões de habitantes, sendo que destes milhões, a agricultura corresponde a cerca de 24% do seu produto interno bruto, responsável por empregar cerca de 48,8% da população paquistanesa (Government of Pakistan, Ministry of Financy, 2013). A água é o recurso fundamental para a base econômica do país. Se a produção é menor, o preço do alimento acaba por aumentar e isto compromete o ciclo e a estabilidade da comunidade que necessita destes recursos para a sobrevivência (Sinha, 2008:962). Observe-se na ilustração 4 a seguir a distribuição da agricultura e o uso das terras no Paquistão. A partir desta análise, refletimos: como seria possível não atribuir à vizinha Índia o estatuto de ameaça existente enquanto o fluxo das águas e a continuação dos recursos expressam ao Paquistão tamanha vulnerabilidade? A água é o símbolo de sobrevivência destas comunidades. Quando o governo passou a securitizar a questão a água, recebeu também o apoio das comunidades que zelavam pelo bem de coexistência. No Paquistão, as comunidades são em quase sua maioria representada por líderes de organizações de caráter religioso e a questão passa, assim, de um nível estatal para comunal.

Ilustração 4 – Mapa da Agricultura e uso das terras no Paquistão



Fonte: Dost Pakistan, Around Pakistan: Paquistão, Agosto de 2011, mapa disponível em: <http://www.dostpakistan.pk/agricultural-map-pakistan/> [consultado em Maio de 2013]

A água é securitizada pelo governo e, além disto, tem valor simbólico e religioso para as comunidades locais. O dom do discurso por líderes de comunidades de caráter religioso é por muitas vezes expressado enquanto ódio ao próximo. No seu discurso, Syed Sallahudin, chefe e representante do Conselho Jihadista Unido¹² afirmou que a água é a base da sobrevivência paquistanesa e está em grande parte concentrada em Caxemira, por isto os paquistaneses precisam zelar pela continuidade de suas comunidades, retirando este recurso das “mãos impróprias” (Sinha, 2008). Numa vertente mais estatística, a organização *Water Aid* através de seu relatório global (2011), constatou em números que 15% dos paquistaneses não possuem acesso a água

¹²Tradução livre do termo the United Jihad Council.

bem como quase 14 milhões de pessoas no território paquistanês não possuem alternativa se não coletar em fontes inseguras a água imprópria para o consumo humano. Entre as vertentes religiosas e os números demonstrados, atribuímos à idéia de que a água é a Caxemira e a Caxemira é a água que os paquistaneses tanto necessitam. Além da necessidade paquistanesa, o que torna esta situação ainda mais delicada é o crescimento descontrolado da população indiana em proporção ao desperdício e mau uso da água fornecida. Em seqüência ao desperdício, as alterações climáticas, as monções e o derretimento do gelo nas montanhas do Himalaia comprometem a continuidade do recurso tão valorizado pelo lado mais escasso da Caxemira, o Paquistão (World Bank, 2011).

Em resposta as estas ofensivas elaboradas através do discurso dos líderes paquistaneses, a Índia assume um comportamento autoritário afirmando que está a seguir as regras do tratado. As construções e barragens no rio Indo conseguem ser articuladas de maneira pacífica e bastante diplomática, por exemplo, com a vizinha China que vêm aceitando de certa forma as “ousadias” indianas em relação à sua hidrologia. O que fica exposto é que o governo indiano não está inicialmente interessado numa política de cooperação para água estabelecida no intuito de oferecer um rápido respaldo à vulnerabilidade e escassez paquistanesa. Se buscarmos refletir sobre os aspectos comportamentais do governo indiano é possível observar de maneira clara que a dependência do Paquistão em relação à Índia favoreceu o governo hindu em alguns momentos históricos. A questão da dependência econômica favoreceu a Índia de maneira indireta quando o Paquistão fora “obrigado” a aceitar a Linha de Controle (LoC) estabelecida pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas¹³ e aceitasse o fato de que apesar de sua grande indisposição com a Índia, o Paquistão era uma nação dependente da Índia. Desta maneira, mais valia reconhecer o status hegemônico na região sul asiática do que se opor diretamente a Índia (Sinha et al, 2012).

¹³Verificar em anexos nº 2 a resolução 307 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, 1971, para Índia e Paquistão quando fora estabelecida a linha de controle (LoC) bem como o grupo de observadores UNMOGIP, *United Nations Observer Group in India and Pakistan* (ONU, 1971).

3.3 – Água: O jogo da culpa e a racionalização da identidade

Na conclusão final dos estudos de Sinha (2012) fica exposto que o tratado da água do rio Indo necessita de uma reforma relevante, pois desde 1960 o propósito para este já não está em pauta. O cenário é diferente, as mudanças no planeta e nos atores desta temática fazem com que o tratado perca sua validade bem como sua vitalidade uma vez em que nos dias atuais, já não se trata de uma questão de partilha e sim da maneira com a qual os dois países utilizam este recurso. Se este tratado não for avaliado, a competição política entre Índia e Paquistão só irá progredir e isto pode resultar num conflito de grande escala uma vez que outros assuntos ainda se encontram pendentes de solução. Existe uma urgência em “(des)securitizar” a água e tratar deste recurso de maneira mais racional, não lutar por este através de pontos indiretamente justificados. Um tratado reavaliado entre as partes deveria garantir uma cooperação mútua focada em reduzir os impactos das alterações climáticas e do uso partilhado pela crescente população. É preciso que haja a criação de uma hidro-diplomacia entre as partes para que os problemas provenientes da água passem a ser solucionados. É preciso verificar se um tratado elaborado em 1960 ainda é justificável e útil para as partes, desta maneira estabelecendo novos acordos.

A seguir à vertente de mudança do tratado da água do rio Indo, o autor Hayat (2011) em sua conclusão conferiu que devido a três vertentes este tratado carece de uma mudança. Existe certa atribuição de culpa pelo “casal”, culpa esta que é viciada através da relação conflituosa desde a sua formação histórica, uma vez que as problemáticas vinculadas ao tratado são ocasionadas por fenômenos naturais como as alterações climáticas, o crescimento descontrolado da população e a escassez de água não seriam possíveis de maneira imediata atribuir culpas por ambos os lados. O autor defende a idéia de que a resolução para este conflito cabe ao júri popular assim como foi sugerido para resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas em 1948. Apenas traduzindo esta questão para referendo popular os países seriam diretamente obrigados a planearem medidas estratégicas para a solução da disputa pelos recursos e passarão a atentar para a sustentabilidade deste recurso finito e já escasso na região do sul da Ásia. É preciso que haja um alinhamento nas políticas e uma reeducação mútua em relação ao uso deste recurso.

Ainda que a assinatura do tratado tenha proporcionado um ponto de entendimento entre Índia e Paquistão, este último atribui as suas indisposições para com a Índia devido à massiva construção de engenharias para melhor aproveitamento do recurso o que acaba por ameaçar a irrigação da parte paquistanesa. A construção de hidroelétricas nos rios compreendidos na parte indiana tem sido um ponto de indisposição entre os dois países. A Índia de fato nunca desrespeitou as cláusulas estabelecidas neste tratado e por isto a questão da legitimidade é responsável por movimentar sentimentos de indignação e repúdio nas comunidades locais (Mamoon, Murshed, 2012:12). Muitos autores referenciados no corpo deste capítulo já atribuíram os seus contributos à questão da importância dos recursos para o desenvolvimento econômico e social da Caxemira, contudo o propósito da utilização desta vertente para o argumento desta dissertação é demonstrar os aspectos responsáveis na evoluçãoda luta pela água, desenvolvendo esta disputa para além do caráter econômico, representando a afirmação das identidades hindus e muçulmanas. O enfraquecimento desde passo de sucesso entre as partes (O acordo da Água) se apresentou ao decorrer dos anos, pois o tratado perdeu o seu principal propósito e acabou por simbolizar uma corrida pelo desenvolvimento e a busca de uma reafirmação do poder da comunidade local.

Durante o decorrer deste primeiro capítulo empírico, buscou-se analisar a tendência expressada por alguns autores em relação aos conflitos sobre o uso e a partilha dos recursos do Vale da Caxemira enquanto gerador de conflitos entre Índia e Paquistão. A grande maioria dos autores mencionados investigaram esta temática buscaram analisar o tratado da água do Rio Indo enquanto um ponto de equilíbrio entre as partes uma vez que em um terreno tão instável em relação a paz, este tratado permaneceu inquebrável, porém outros autores buscam expressar o contrário, de que este tratado é uma fonte de desequilíbrio que funciona enquanto um gerador de novas conflitualidades.

O propósito de inserir neste contexto autores com análises mais tendenciosas e neutras foi o intuito de estabelecer uma análise geral, porém não tendenciosa e mais enriquecedora que expressasse a análise da questão da água enquanto uma temática para além de um caráter simplesmente econômico. O meu contributo foi inserir uma análise do uso e da partilha da água observando uma evolução do nível individual para o

comunal. Este contributo parte da lógica de complementação da análise dos autores que buscaram direcionar e atribuir as problemáticas em relação à evolução do tratado da água do rio Indo ao nível estatal. O que ficou exposto é que o tratado da água foi uma tentativa de favorecer a partilha dos recursos hídricos de uma maneira igualitária. Contudo, vimos que esta partilha é assimétrica uma vez que a Índia por ter sua extensão territorial na parte corrente do rio, possui o controle das águas e por isto consegue comprometer o desenvolvimento do Paquistão que possui a sua economia voltada para agricultura comprometendo a subsistência das comunidades paquistanesas.

Em suma, de acordo com a minha análise existe uma forte tendência de choque entre as duas nações, pois a questão da água está enraizada em uma crise de identidade partilhada por ambos que atravessa uma lógica de continuidade ao longo dos anos. Apesar do caráter político e econômico, é na questão da água que as comunidades do Vale da Caxemira visam os seus meios de subsistência. Buscando analisar através de uma linha mais realista, talvez fosse pertinente afirmar que a partir do momento em que visarem ganhos futuros e quando a questão dos recursos escassos atingisse um nível mais crítico, Índia e Paquistão passarão a cooperar em prol da cooperação mútua e deixarão assuntos políticos e sociais como segundo plano, como ocorreu no passado após as promessas de investimentos pelo Banco Mundial. Com isto, fica aqui então registrada uma idéia de que talvez uma inaudita disponibilidade em tratar dos assuntos mais críticos para a sobrevivência das comunidades, sirva enquanto a criação de uma tendência para que as duas nações possam cooperar em favor da conscientização da população.

Esta referida conscientização da população é nomeadamente contra os movimentos políticos jihadistas e fanatismo religioso que apenas acabam por dificultar a evolução de um ambiente mais diplomático entre os dois países conducente a ganhos para ambos. Segundo a minha opinião, a Caxemira é um leque de problemáticas que carecem de solução. Trata-se de um cenário poroso, repleto de infiltrações aonde as manchas irão eventualmente aparecer em locais diferentes. A solução em cooperação para a questão relacionada ao uso e da partilha da água, não irá solucionar de imediato as questões político-ideológicas travadas entre Índia e Paquistão desde o período da

descolonização, porém serviria enquanto um passo para um futuro mais promissor para as comunidades do vale da Caxemira bem como para a diplomacia Indo-Paquistanesa.

Capítulo 4 – A ideologia islâmica sob a instrumentalização do jihad e da ideologia terrorista

4.1 – Introdução

No capítulo anterior a luta pelo uso e pela posse dos recursos hídricos do Vale da Caxemira abriu espaço para a análise desta dimensão, atribuída enquanto componente do conflito entre a Índia e o Paquistão. Esta dimensão apresentou-se também enquanto componente do conceito da identidade do indivíduo através do simbolismo representado pela batalha em prol da água e dos reflexos desta problemática para as comunidades de Caxemira. Ainda no terceiro capítulo se observou uma perseverança por parte destas comunidades em atribuir diferentes significados para as lutas em prol da posse dos recursos do Vale, expressando um simbolismo para este elemento, movimentador do conflito Indo-Paquistanês. Também ficou exposta a ideia de que as questões relacionadas à água na Caxemira vão para além de dimensões simplesmente econômicas. O propósito deste quarto capítulo é fazer uma transição do nível de análise possibilitando uma evolução deste estudo, partindo do nível individual para o comunitário. A questão da religião inserida nas políticas do Estado Paquistão contribui para o surgimento do fenômeno do jihadismo. Neste sentido, o capítulo busca posicionar o surgimento do mesmo e do envolvimento destes ensinamentos religiosos no conflito. É importante salientar que durante este capítulo a palavra “comunal” será citada para referenciar um conjunto de indivíduos, podendo eventualmente expressar o Estado e ou os atores não estatais.

Deste modo, busca-se aqui demonstrar a identidade grupal interpretada por líderes religiosos e organizações enquanto a principal ferramenta de motivação à violência e movimentação do conflito em causa. A apresentação desta ferramenta será viabilizada com intuito de testar a hipótese de que o envolvimento do Estado com a ideologia religiosa comunal é responsável pela criação de um governo independente e paralelo que acaba por tornar a situação da Caxemira ainda mais incontrolável. O contributo deste capítulo não pretende trazer nenhuma nova análise para o conflito uma vez que o Jihadismo vem sendo frequentemente debatido neste estudo de caso. Porém, busca acentuar a questão do movimento religioso enquanto uma ponte de ligação entre a

dimensão dos recursos hídricos e o posicionamento nuclear que será apresentada no capítulo seguinte, fortalecendo desta maneira o argumento final para este estudo.

A ascensão do Paquistão no sul do continente asiático acarretou também a criação de uma política paquistanesa bastante consolidada e pretensiosa no que toca as suas decisões internas bem como os aspectos decisivos da sua política externa para com a Índia. Assentando numa ideologia religiosa, o Paquistão procurou estabelecer sua política enquanto país de uma maneira primordialmente voltada para os ensinamentos muçulmanos constituída através do desejo de estabelecer a nação dos muçulmanos paquistaneses, vinculados por uma ideologia singular, língua única e cultura superior aos povos “terceiros”, esta política acabou por proporcionar também a ascensão de um poder indireto e paralelo ao Estado paquistanês: o poder do jihad (Jaffrelot, 2009:17). As questões identitárias e religiosas enfraquecem o *status-quo* do governo indiano que vem enfrentando uma crise de identidade de seus povos na Caxemira enquanto procura estabelecer uma hegemonia política no sul asiático. A Índia procura estabelecer o reconhecimento enquanto nação dominante do sul da Ásia ao mesmo tempo que luta para permanecer com o domínio oficial de Caxemira (Swami, 2004). Este mesmo dilema para assegurar a identidade indiana ofusca também a liberdade de expressão da minoria muçulmana (maioria em Caxemira) que coexiste na parte indiana (Hensman, 2011:10). O domínio e a anexação de Caxemira por parte dos muçulmanos é uma questão que vem dificultando o processo da Índia e do Paquistão em estabelecer suas políticas de maneira que salvaguardem a paz em seus territórios e facilitem o estabelecimento de decisões voltadas para o benefício de ambos os lados como demonstram os relatórios apresentados aos governos (South Asian Summit, 2010). Segundo o relatório da SAS, os dois países ainda perdem em questões de investimento externo por não terem a questão de Caxemira resolvida representando incertezas para os principais investidores externos.

Esta análise sobre a ideologia religiosa capitaliza uma problemática que posiciona a região da Caxemira enquanto um risco regional. Podemos assim enquadrar a situação enquanto uma ameaça para além de suas fronteiras devido ao surgimento de atores não estatais e o seu papel no terreno. O surgimento de atores regionais no Paquistão não poderia ser mais conveniente uma vez que permitia a ligação dos planos

da Nação - vínculo da política com a ideologia religiosa – com a sede de posse pela Caxemira, apresentando assim uma receita perfeita para o fundamentalismo jihadista, das práticas militares e dos atentados terroristas. Uma vez mencionado o envolvimento da religião nas políticas, a hipótese a ser testada neste capítulo é que a política paquistanesa favorece a criação de um poder paralelo ao seu próprio Estado, responsável por viabilizar guerras através da procuração, feita aos atores não estatais. Este poder paralelo segue uma ideologia Jihadista de maneira amistosa e controversa com o governo, pois ao mesmo tempo em que desempenha um papel de beneficiador do Paquistão, acaba por comprometer o posicionamento do mesmo em suas políticas externas, elevando o estatuto da Índia perante a comunidade internacional. A inclusão de atores regionais em conflitos interestatais bem como os aspectos do jihad são freqüentemente mencionado em diversas zonas em conflito do planeta. Estes conflitos geralmente possuem a questão da identidade dos povos enquanto ponto fulcral para o desenvolvimento. Porém, na região da Caxemira, o jihadismo se estendeu não apenas enquanto prática individual na sociedade, mas sim enquanto organizações dotadas de estrutura colossal prontas a oferecerem respostas em nome da defesa dos interesses dos grupos islâmicos, os quais capitalizam e fortalecem o desenvolvimento deste movimento ideológico contra os Estados envolvidos (Ahmad, 2004:37).

Em suma, esta parte da dissertação pretende expor o propósito da política paquistanesa em alimentar as interpretações religiosas mais tendenciosas sendo estas responsáveis por motivar ações extremas contra os grupos de religiões terceiras a fim de facilitar os seus interesses políticos. Este mesmo capítulo busca conceituar o fenômeno do Jihadismo trazendo à discussão o propósito que leva estes grupos rebeldes, militantes e milícias muçulmanas a praticarem a guerra santa em nome do “exército de Alá”. A apresentação da questão sobre a ideologia religiosa será concentrada num contexto geral sublinhando o surgimento do fenômeno do jihadismo na sociedade contemporânea bem como as várias interpretações dadas a este movimento político-religioso. Em face disto, o capítulo apresenta as diversas idéias em relação a este fenômeno, para no fim, propor um conceito mais neutro e geral. Neste contexto, busca também perceber como esta ideologia motiva o comportamento dos homens que tornam a ideologia na pura concretização da guerra com sangue derramado.

Em conexão a este fenômeno do jihadismo, serão apresentadas também as ramificações desta ideologia no terreno da Caxemira, demonstrando quem são os atores responsáveis pelos ataques terroristas e ramificação do ódio pregado contra o outro. Ficarão expostas três principais reflexões a respeito do movimento do jihad e quais as consequências trazidas por estas interpretações. Por fim o capítulo demonstra através de um gráfico, em proporções, a motivação à guerra estabelecida por estes atores não estatais de ideologia religiosa. O capítulo irá cessar trazendo um novo tópico de análise, a evolução do risco das práticas jihadistas para o cenário nuclear. Este tópico será inserido no intuito de conectar esta ponte do jihad com a próxima dimensão a ser abordada: o posicionamento nuclear.

4.2 – As duas faces do jihad: da ideologia ao sangue

Conforme fora mencionado, a experiência de estudos em conflitos conjugados com movimentos jihadistas não surgiram necessariamente com a questão de Caxemira, pois este fenômeno encontra-se evidente em diversos conflitos enraizados nas questões identitárias como por exemplo os conflitos nos Balcãs, da Chechênia, Cáucaso, Palestina entre outros (Malik, Noshab, Abdullah, 2011:3). Contudo, é importante estabelecer que a abordagem da questão do jihad não necessariamente implica numa guerra santa. Propõem-se aqui levantar questões cruciais para o entendimento desta temática. Primeiramente é preciso compreender a ideologia do movimento jihadista em relação às suas idéias, disposições e fins pretendidos. Após esta idéia esmiuçada é preciso levar em consideração a maneira através da qual o jihad é exposto ao mundo ocidental e oriental. É comum a distorção da imagem em relação aos movimentos religiosos no oriente para os ocidentais. Esta distorção é feita sem levar em consideração os diferentes modos e costumes dos povos bem como as diversas realidades apresentadas por cada cenário em questão (Malik, Noshab, Abdullah, 2011:5).

O movimento do jihad surge como uma resposta dada a uma opressão em relação aos muçulmanos enquanto minoria, especificamente quando estes fazem parte de um cenário misto, como parte da sociedade. O jihadismo não é estabelecido para “abater” os não-muçulmanos ou até mesmo forçá-los a aderirem aos ensinamentos de

Alá mas sim uma ideologia formulada através de uma das tantas interpretações dos ensinamentos do Alcorão que motiva o muçulmano a lutar pela terra que lhe pertence. Quando existe uma opressão massiva a estas minorias muçulmanas como por exemplo: a negação das suas necessidades básicas de existência, negação dos direitos políticos, liberdade de expressão, abuso dos direitos humanos, estas sociedades e grupos oprimidos usam o recurso a força física e armam-se enquanto último recurso a ser utilizado contra o ser opressor (Malik, Noshab, Abdullah, 2011: 07). Contudo, não posso deixar de expressar que existe aqui neste ponto uma conceitualização um tanto quanto tendenciosa em relação aos movimentos jihadistas. É certo que nem toda ideologia religiosa se resume em movimentos contra o “outro”. Porém, neste ponto serei obrigado a discordar dos autores Malik, Noshab e Abdullah (2001) que acabam por acentuar o movimento do jihad enquanto uma resposta à vitimização do povo muçulmano.

Observamos a seguinte ideia: de fato não é novidade que em sociedades muçulmanas, dentro da própria ideologia islâmica, existem divisões entre muçulmanos mais pacíficos e outros mais radicais. Se trata de uma questão de interpretação combinada com jogo de palavras. Ao mesmo tempo em que os autores defendem a ideia de que o movimento do jihad é uma resposta à massiva opressão dos povos muçulmanos, outros discordam das suas origens. É preciso recordar que muitos dos jihadistas agem de forma espontânea e utilizam a ideologia religiosa para promover o ódio contra o próximo e não por motivos simplesmente políticos ou religiosos mas sim uma ideologia “simples” de ódio ao próximo. No relatório enviado por Ahmad (2004) para o Centro de Estudos Estratégicos (SAM) do governo da República da Turquia, o autor concluiu a sua análise com a seguinte frase: “muçulmanos não lutam porque são muçulmanos nem porque querem converter os não muçulmanos, lutam, pois tiveram as suas terras roubadas.” É importante lembrar também que apesar da análise prestada pelo autor, este ao expor suas palavras acabou por generalizar uma ideologia que apesar dos casos vai para além de simples questões territoriais. Muitos muçulmanos não se sentem donos de terras roubadas por terceiros ou pelo Ocidente em geral e por isto não é aconselhável que diversos autores acabem por generalizar suas tendências fazendo do povo muçulmano um povo eternamente vitimizado.

Por outro lado, através destas questões expostas, fica aqui um espaço aberto para um outro tópico: Afinal qual a finalidade e o propósito do jihad? Opressão, motivação ou defesa? Para quê e para quem é feito um movimento de ideologia jihadista? Como já mencionei, é importante perceber que o Jihad de fato é algo que vai para além de guerra santa e mesmo que alguns autores pareçam tendenciosos ao defenderem a ideia do movimento, este é um ponto importante para irmos além nesta análise. Vejamos: etimologicamente expressado, a palavra *jihad* significa batalha, guerra em nome de algo. Através da interpretação do livro sagrado do Alcorão, o trecho “*enjoy good and forbid evil*” serviu enquanto ponto de motivação para a guerra dos muçulmanos contra os não muçulmanos, interpretando a palavra “*evil*” enquanto maldosos ou ameaças ao mundo islâmico no geral (Malik, Noshab, Abdullah, 2000:13). A vertente tendencialista Ocidental sobre o jihadismo global foi estabelecida após o uso das ideias de Samuel Huntington que utilizou a ideia do choque das civilizações para defender a análise de que os futuros conflitos e guerras seriam por ideologia e identidade (Wictorowicz, 2003). Através deste conceito de choque entre sociedades, esta ideologia do jihad transformou-se em um movimento de expressão contra grupos de diferentes culturas e religiões. Em outras palavras, a bomba passou a expressar o direito ao grito do povo e a luta de uma minoria contra uma civilização interventora: o Ocidente e seus valores que acabam por representar os seus maiores oponentes (Indian Defense Journal, 2000:13).

O jihad se apresenta enquanto uma ideologia expressada em um movimento displicente e muito controverso, movimento este evidenciado através de interpretações de ideias de uma maneira extremista, fundamentadas pelos ensinamentos islâmicos, geralmente expressadas pela violência contra os não muçulmanos, garantindo assim uma supremacia islâmica contra a influência de “terceiros” no mundo muçulmano tradicional (Brachman, 2009:5). Em relação ao conceito, acredito que este autor expressa o verdadeiro contexto do fundamentalismo jihadista islâmico sem sequer atacar ou generalizar a religião enquanto ideologia. Este conceito também é favorável ao meu ponto de vista pois não buscou salientar as ideias do tradicionalismo ocidental enquanto expressou a ideia sobre o movimento em questão. Outra análise que vem ao encontro das ideias sugeridas por Brachman – mencionado em sua obra – classifica esta ideologia enquanto um neologismo moderno, pois o termo não expressa de certa

maneira a história do islamismo nativo e as correlações deste termo com a religião faz parte de um ambiente contemporâneo. Neste contexto o termo vem sendo atribuído ao que há de pior no mundo árabe e frequentemente conectado aos ataques terroristas pelo mundo (Cook, 2005 apud Brachman, 2009: 06).

O papel dos média de uma maneira indireta propõe aos países ocidentais que não existe necessidade em entender esta religião como um todo, conectando o termo jihad ao Islamismo em toda a sua frequência sem ao menos expressar a finalidade deste movimento e por isto, com intuito de não ser tendencioso, este estudo tentará estabelecer neste ponto as reais convicções e raízes deste movimento. Dentro da própria religião islâmica e do mundo árabe muçulmano em geral existem diversas interpretações sobre as muitas vertentes do livro sagrado. Até mesmo a comunicação entre as diversas ramificações da língua árabe divergem em alguns pontos. Entre sunitas e xiitas a grande problemática está na maneira com a qual o livro sagrado fora interpretado. Existem cinco pilares básicos que orientam os seguidores do Alcorão: a não existência de outra divindade que não seja Alá e Mohamed o profeta; o seguimento de cinco orações diárias; a necessidade em oferecer esmola ao próximo que suplica; submeter ao jejum durante o mês sagrado do Ramadã uma vez por ano e por último peregrinar a cidade sagrada de Meca ao menos uma vez na vida (Canter, Sarangi, 2009: 2).

Imaginemos todos estes ensinamentos traduzidos em várias vertentes e diferentes palavras em árabe. O resultado é uma ideologia livre para a argumentação e interpretações. Contudo, a ideologia do jihadismo termina por expressar uma ideologia multiconceptual dentro do próprio multidimensionalismo islâmico. Esta ideologia mais radical surgiu a partir da guerra do Afeganistão (1978-89) quando iniciaram as batalhas pela identidade muçulmana (Canter, Sarangi, 2009: 1). A partir deste ponto as fações e organizações de ideologia jihadista se espalharam pelo mundo Ocidental e Oriental. Esta distribuição abriu espaço para uma nova interpretação dos fatos, securitizando assim o jihad enquanto uma ameaça não apenas em terreno afegão mas enquanto uma característica específica destes países de ideologia islâmica. Trata-se de uma religião bastante homogênia como qualquer outra. Os grandes passos dados para a evolução deste movimento foram observados após o 11 de Setembro quando a *Al-Qaeda* e Osama

Bin Laden encorajaram o movimento, concretizando ainda mais esta ideologia do Jihad contra o ocidente (Canter, Sarangi, 2009: 2).

Ainda que muitos autores tragam bons contributos e conceitos plausíveis para o entendimento da questão do jihadismo, existe uma certa disposição da minha parte em acreditar que de fato não são os acontecimentos como ataques terroristas contra os Estados Unidos da América tampouco ao simbolismo atribuído a Osama Bin Laden, responsáveis por conceituar de maneira geral os movimentos de ideologia islâmica bem como o jihadismo. Concluimos que o jihadismo é a expressão do genocídio entre povos e culturas antes de um movimento ideológico contra o Ocidente. Sem extrair a importância destes acontecimentos para o entendimento, existe algo relevante nesta questão: a interpretação de uma ideologia não causa violência por si só - violência direta, física - mas sim o poder do discurso dos líderes religiosos e seguidores militares os quais são responsáveis por alimentar o movimento através de suas atitudes traduzidas em violência. Portanto de uma maneira bastante neutra, acredito que não cabe neste ponto nem concordar na vitimização do povo muçulmano tampouco não seria cabível atribuir o termo ameaça ao Ocidente devido à uma religião Oriental.

Uma vez que foi aqui estabelecida uma ideia central para o entendimento desta ideologia, proponho então novamente observarmos a questão da identidade uma vez que a palavra genocídio foi aqui atribuída. O cenário de Caxemira, expõe o Jihad enquanto uma ideologia de guerra santa que busca expressar a vontade de um indivíduo e ou de um grupo da sociedade em busca de seus direitos e verdades contra o governo Indiano em prol do Paquistão ou de uma Caxemira livre. Contudo, já observamos anteriormente que a ideologia apenas ganha força com o poder do discurso expressado por líderes. No estudo de caso em questão, iremos perceber como a ideologia em causa expressa o medo em um Estado que luta pelo sua hegemonia. Adiante veremos como as ideias de um único indivíduo foram capaz de elevar o fenômeno do Jihadismo ao governo, representando uma mudança no andamento da política interna Indiana bem como sua posição nuclear.

4.3–O cenário Caxemira: da militância ao Jihadismo

Proponho aqui antes de entrar no estudo de caso em questão, fazer uma breve análise de como simples indivíduos passam a ser considerados elementos violentos e objectos de jihadismo radical, responsáveis pela simbolização do medo nas sociedades de países como a Índia. A lógica é até muito mais simples do que se possa imaginar. De fato, um único indivíduo seria algo longe de ser “desafiador” para as forças de combate aos grupos terroristas e rebeldes. Ainda que exista uma grande parcela da comunidade em concordância em relação aos extremismos é preciso que haja um certo conhecimento de áreas relacionadas a química, física e técnico para elaboração de armas de grande destruição e cabeças pensantes para elaboração de estratégias de longo alcance, em outras palavras, pessoas comuns sozinhas não movimentam uma rede de ideologia jihadista (Bjelopera, 2013: 2).

A problemática voltada para o Jihad na Caxemira não representa uma realidade expressada apenas na sociedade, de fato acredita-se que seria uma realidade menos dura e controlável caso não houvesse uma forte relação do governo Paquistão com o movimento ideológico em questão. O Governo do Paquistão mantém uma política através de uma espécie de “guerra por procuração” uma vez que conta com o apoio de organizações terroristas e jihadistas de outros países muçulmanos para se favorecer de seus atos (Neves, 2010: 19). De fato o governo contribuiu de maneira intensiva para o crescimento do sentimento de ódio e das hostilidades entre as partes quando no regime de Musharraf a ajuda bélica aos rebeldes fora intensificada. Esta mencionada ajuda provida durante o período de Pervez Musharraf¹⁴, contribuiu para a forte motivação ao movimento de ódio contra os não muçulmanos. O Estado, ao armar estes, foi responsável por propagar o sentimento de repúdio entre aqueles que não são seguidores de “Alá”, proporcionando uma extensa “onda” de medo e insegurança entre as minorias

¹⁴Pervez Musharraf foi Presidente do Paquistão e serviu o Grupo Militar Especial na participação da segunda guerra da Caxemira enquanto buscou armar os rebeldes e fortalecer o seu poderio militar contra a Índia. Posterior a este contexto, Pervez, de uma maneira contraditória, em 2002 oferecia total apoio ao governo dos Estados Unidos da América em relação à luta contra o terrorismo (Neves, 2010: 56).

e restantes povos habitantes da Caxemira, através do exército “guerreiros da liberdade” (Malik, 2002: 85-119 apud Neves, 2010: 55).

Neste oceano de conflitualidades, surge assim mais uma problemática: o governo do Paquistão, ao armar os grupos contra habitantes da região, sofreu com sua própria medida tornando o território paquistanês mais desorientado e carente de administração controladora e pacífica. Os grupos terroristas ganharam força e evoluíram em uma proporção inimaginável. Atualmente, estes grupos já não carecem de ajuda do governo paquistanês, principalmente no âmbito militar, estes já conseguem agir de maneira independente trazendo diversos problemas para a imagem do Paquistão na comunidade internacional. Não se pode negar que desta maneira o governo paquistanês acabou por se enfraquecer a si mesmo quando tentou reestabelecer a imagem de suas políticas externas em 2001 em participação da Coalizão Internacional¹⁵ contra o terrorismo quando posicionou o “parceiro jihadista” enquanto ameaça para as suas diretrizes (Neves, 2010: 19). Os jihadistas em questão, representam uma força paralela que atua através dos seus ideais, espalhando o terror e a tensão em uma população sofrida (Wirsing, 2009).

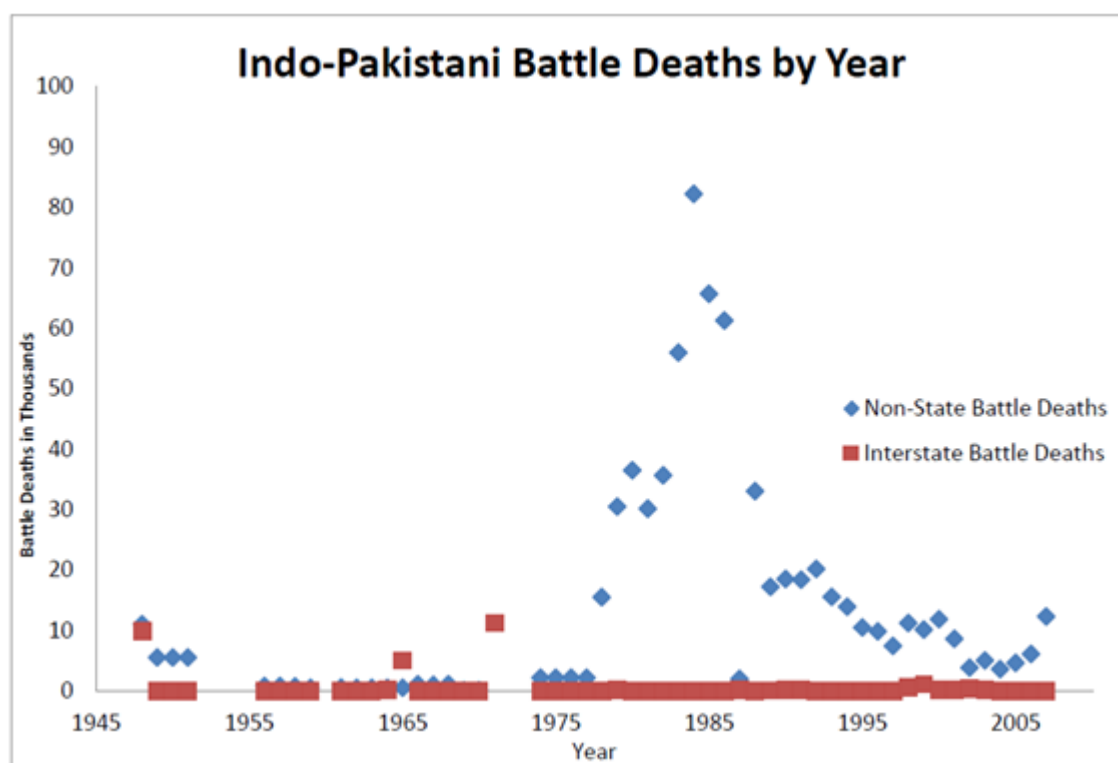
Os grupos jihadistas: *Lashkar-e-Toiba* (LeT) e *Jaish-e-Muhammad* (JeM), Forças Militares especiais do Governo Indiano nomeados de *Ikhwans* e grupos de ideologias étnico-religiosas Caxemir como o “*Student Islamic Movement of India*”, são apontados como os principais atores não-estatais que atuam na dinâmica do conflito indo-paquistanês segundo a base de dados do Departamento de Estudos para Paz e Conflitos da Universidade de Uppsala (UCDP). Em sua tamanha importância também não me posso esquecer de citar os grupos separatistas que defendem a ideia de uma Caxemira livre, contudo o propósito posto em causa é atentar para os movimentos de ideologia religiosa (de uma maneira primordial) e não política, mesmo que por sua vez os movimentos acabem por expressar ambas as ideias. A importância de citar estes dois principais grupos violentos: LeT e JeM dá-se devido ao seu grande desempenho em

¹⁵Na obra de Neves “*Morrer pelo paraíso. O terrorismo internacional na Caxemira: entre a guerra por procuração e o jihadismo instrumental 1989-2009*” o autor utiliza o termo Coalizão Internacional para se referir a uma cúpula/mobilização internacional contra o terrorismo (Neves, 2009: 19).

manter uma política anti-Indiana em suas agendas e por representarem um grande peso enquanto atores não estatais no conflito em causa quando são estes responsáveis por uma considerável quantidade de mortes atribuídas ao conflito, conforme demonstrado na Figura a seguir.

Os dois grupos jihadistas são fruto da coligação entre o exército jihadista religioso afegão com militares paquistaneses que funcionam como peça fundamental para a política indireta contra a Índia elaborada pelo Paquistão (Wilson, 2012: 35). Se observarmos no gráfico a seguir, em número de mortes o peso dos atores não estatais, nomeadamente os LeT e JaM demonstram que de fato estes terceiros atores são os grandes responsáveis pela motivação de batalhas e pelo derramamento de sangue no cenário da Caxemira desde o início do conflito em 1945. Ainda em sequência da utilização desta mesma base de dados, o estudo de caso demonstra que no ano de 2012 as batalhas e mortes por categoria variaram de 25 a 999 em um único ano. Vale lembrar que na mesma base de dados o conflito na Caxemira vem demonstrando declínio em violência e número de mortes desde 2002. Porém tais batalhas são relacionadas com o poder que os atores não estatais possuem neste conflito. Veja-se na tabela abaixo:

Ilustração 5: Batalhas e Mortes por ano no conflito Indo-Paquistanês



Fonte: Uppsala Conflict Data Program - UCDP/PRIO Armed Conflict Dataset
apud Danielson, 2012: 26).

Em sua conclusão, o autor Wilson (2012) acaba por também referenciar a ideia já defendida por Neves (2010) de que de fato um simples relance de uma procuração entre os grupos terroristas e governo do Paquistão é capaz de mobilizar ainda mais uma guerra Indo-Paquistanesa. Os jihadistas lutam por objetivos islâmicos mas também por motivações políticas e por isto existe uma facilidade em estabelecer coligações. Ainda que nomeada uma guerra santa, a batalha contra as forças de segurança indiana e contra as minorias hindus habitantes da Caxemira - que não concordam com a visão da religião e o mundo islã – representam apenas ramificações desta guerra. Os grupos terroristas da Caxemira funcionam como um escudo do exército paquistanês e como foi descrito anteriormente já possuem uma dimensão tão colossal que em relação a sua área de alcance e continuação do movimento, o controle destes já não cabe ao exército paquistanês e tampouco aos terroristas de alta tecnologia do Afeganistão. O JeM já é responsável por ataques terroristas e atentados de violência não apenas na Caxemira

mas também em *Karachi, Peshawar* e Bangladesh que representam outros pontos de forte tensão entre as partes do conflito em causa (Wilson, 2012: 36). O exemplo da disposição em guerra santa pelos grupos jihadistas é expressado na imagem a seguir:

Ilustração 6: Militante Jihadista Paquistanês da Caxemira



Fonte: Jones, Owen Bennett, *Pakistan: Eye of the Storm*, New Haven, London, Yale University Press 2003 apud Neves, 2010: 162.

Uma vez que a Caxemira é o caso em questão nesta dissertação, se pode afirmar que mesmo que esta disputa seja um conflito que perdura há décadas e que o papel dos Estados e suas políticas tenham sido cruciais para o estado da situação atual, ficou exposto neste estudo que não se pode simplesmente descartar a questão do papel desempenhado pela religião no andamento deste conflito. A religião é o reflexo da identidade dos povos na Caxemira, tanto para a minoria hindu quanto para a maioria muçulmana. É através da religião que encontramos muitas respostas para um conflito enraizado na questão da identidade e observamos os atos de genocídio, massacre e terrorismo. O conflito da Caxemira é um confronto de religiões, uma batalha entre povos acima de qualquer outra questão e por isto a ideologia Jihadista representa um instrumento de guerra na própria guerra. Embora a situação no sul asiático esteja longe do que foi no momento mais delicado - considerando o contributo trazido pela Linha de Controle das Nações Unidas (LoC) - a proximidade com grupos terroristas do

Afeganistão e da utilização do Jihadismo enquanto instrumento para guerra torna a região um ponto de alerta vermelho no sistema internacional devido a imprevisibilidade dos atores envolvidos nesta questão. A ligação das fações jihadistas com grupos terroristas traz para este cenário um novo protagonista: a nuclearização da ideologia jihadista.

A proximidade da geográfica com o Afeganistão e com grupos de ideologia terrorista como a *Al-Qaeda* possibilitou uma espécie de “formação de alta qualidade em terrorismo”, sendo desta maneira os terroristas consagrados no título de “*High-Tech-Terrorists*” (Chandran 2012). Uma vez que possuem, além de bons armamentos, uma dinâmica de dissipação da ideologia através das tecnologias como GPS, computadores portáteis e telefones móveis sem contar com o grande número de militares do exército paquistanês e iraquiano que disponibilizaram-se em prol deste conflito (Chandran, 2012). Ainda que discordem em diversos aspectos, tanto a Índia quanto o governo paquistanês reconhecem os riscos representados pelo terrorismo de alta qualidade de uma maneira que forçam os dois países a reavaliarem os passos dados rumo ao actual posicionamento nuclear. Os dois países são internacionalmente reconhecidos como potências nucleares e representam riscos à comunidade uma vez que não assinaram os dois principais tratados relacionados com a proliferação bem como à proibição de produção de armas nucleares.

4.4 – Vida longa ao jihad e o posicionamento nuclear.

Através do conceito elaborado para a percepção do fenómeno do jihadismo e do terrorismo internacional, proponho então estabelecermos em seguida os primeiros passos para uma abordagem mais ampla da dimensão nuclear. O próximo capítulo irá expor com mais clareza a contextualização desta retórica nuclear entre ambos os países e o envolvimento de outros países neste cenário. É certo que depois dos riscos representados pela guerra fria e com o fim desta, objetos reguladores – e se assim quisermos chamar as instituições – surgiram com intuito de controlar a expansão da produção e uso de armas de destruição maciça. Uma vez que as tecnologias para o desenvolvimento destas mesmas passaram a custar mais e obviamente os países vitoriosos das guerras representam a maior parcela daqueles que possuem o maior capital financeiro para custear a produção destas armas, é plausível afirmar que o risco

de uma guerra nuclear estaria longe de acontecer, ainda que exista a disposição de alguns países a encorajarem indiretamente uma guerra nuclear como no caso da Coreia do Norte. Há controvérsias para esta afirmação, tanto em defender que o risco está próximo quanto ao contrário. Inserido no contexto Caxemira, Índia e Paquistão se posicionam enquanto exemplo deste risco nuclear. Contudo, existem questões políticas inseridas na questão do posicionamento nuclear de ambos que serão abordadas no próximo capítulo.

Embora a cooperação internacional e a integração façam parte da comunidade de Estados, o *status* de país nuclearmente armado representa de certa forma o respeito no sistema internacional contemporâneo e uma segurança coletiva. Agora imaginemos que, para além de ameaças de uma intervenção nuclear ou ataque por parte da Índia e Paquistão, ainda somos obrigados a ressaltar o risco destas armas nucleares em posse de terroristas. Sendo ainda mais realista, não necessariamente a arma física em si mas a engenharia e a técnica em mãos erradas representam de fato um risco para a comunidade. Quando os atores não estatais acabam por entrar em processo de conturbação com a diplomacia da violência¹⁶ efetuada pelo Paquistão por exemplo, este fenômeno é considerado enquanto terrorismo internacional, visando o ataque ao público no geral. Um ataque terrorista é sempre uma ameaça implícita. Terror representa a mensagem a ser espalhada, a violência é apenas um meio de fazer com que esta seja alcançada (Danielson, 2012: 22). Ao abraçar a violência enquanto medida de disseminação de suas ideologias, os grupos terroristas tendem a aumentar sua influência nas políticas mundiais e até mesmo utilizarem armas nucleares para desestabilizar o Estado e derrubar um governo (Falkenrath, Thayer, 1998: 212).

O ponto em questão é que armas nucleares acabam por obrigar os Estados a participarem de uma espécie de diplomacia coerciva em uma lógica segundo a qual ao

¹⁶O conceito de Diplomacia da Violência foi inserido neste contexto por definir um comportamento expressado por muitos Estados. Este conceito expressa a idéia de que sem força militar excessiva os Estados não possuem tanto poder de barganha e por isto precisam garantir seus ganhos através da coerção e dissuasão (Schelling, 2010: 240).

mesmo tempo simbolizar a segurança nacional, e afirmar o seu poder em relação aos seus vizinhos - quanto mais nuclearmente armado é um país maior é o seu poder de dissuasão (Danielson 2012: 19). No caso da Índia e do Paquistão as armas nucleares representaram uma mudança no comportamento dos Estados e uma reavaliação das políticas em três momentos específicos. No primeiro momento em 1954 o Paquistão assinou a aliança de Defesa Mútua para tentar combater a expansão da ex-União Soviética que contava com o apoio da Índia (Schofield, 2003: 54). Em outro momento na contemporaneidade, Índia e Estados Unidos assinam acordos sobre o compartilhamento das tecnologias na produção de armas. Portanto o que fica exposto com esta sequencial mudança de políticas e interesses é que este jogo indireto entre estes Estados acaba por proporcionar uma guerra atípica fortalecida pelo poder dos atores não estatais.

Outro aspecto que nos faz refletir sobre a necessidade de um exército jihadista armar-se contra o governo de um país é a relação com o seu propósito político. Vejamos os seguintes exemplos: a Palestina é ocupada por Israel, a Caxemira ocupada pela Índia e o Afeganistão fora ocupado pelos Estados Unidos da América. Todos estes exemplos são posicionados enquanto potências nucleares – ou seja, a bomba de destruição em massa representa o objeto para salvaguardar a suas vidas, e o grito em favor de sua ideologia caso contrário de alguma maneira a morte dos fieis em nome do jihad seria em vão (Rubin, 2013). Contudo a tabela da ilustração 6 oferece a demonstração de que os conflitos estatais não simbolizaram a maior parte de mortes no contexto de Caxemira, apresentando uma linha quase estável em sua totalidade. Porém, a linha correspondente aos conflitos sustentados pelos atores não estatais representa a maior parcela de vítimas nos anos mais recentes. O cenário Caxemira, por estar em constante mudança devido às decisões políticas e alianças acaba por refletir estas mudanças nos propósitos vinculados aos atores não estatais. Afinal esta mudança é responsável por representar também a continuação à ideologia do jihad que expressa os seus propósitos em políticas nucleares.

O posicionamento dos grupos religiosos – atores não estatais - adquiriu grandeza no final da década de 70 e no início dos anos 80 com o assassinato da Primeira Ministra Indira Gandhi, filha de Nehru. Indira possuía um carácter bastante peculiar enquanto governava a Índia. Lutou por uma Índia unificada, pelos interesses das partes hindus e

de certa maneira se indispôs não apenas com o Paquistão mas também com os grupos sikheístas que encomendaram a sua morte através de seu próprio guarda-costas (Swami, 2006: 82-102). A Índia passava por um momento crítico em sua política externa perante o Ocidente por receber o apoio da ex-União Soviética, sendo ao mesmo tempo, o Paquistão apoiado pelos Estados Unidos da América. De certa forma, os dois países participavam do teatro da bipolaridade enquanto fantoches expressados pelos países da Guerra Fria. Gandhi foi referenciada por Richard Nixon enquanto uma “raposa astuta”. Segundo a matéria do *Hisdustian Times* (2010), Nixon expressava suas palavras de maneira grosseira contra Indira da seguinte maneira: “Esta mulher nos ridicularizou!” após o sucesso da invasão indiana no Paquistão Orientalo qual três dias depois fora reconhecido como Bangladesh (BBC, 2005).

De fato a prosperidade expressada pela Índia e o avanço nos diversos campos como economia, educação, militarismo posicionou-a enquanto um país auto-suficiente, diferentemente do Paquistão. O sucesso trazido por Indira simbolizou um avanço nas suas políticas nucleares que simbolizava uma ameaça a ser retaliada imediatamente pelos grupos jihadistas pro-Paquistão. Na altura, a Índia chegou a mencionar uma investida nuclear contra o território paquistanês em prol da Caxemira assim como Israel fizera com a Palestina. Contudo Indira sabia que um ataque de caráter nuclear contra o governo paquistanês iria gerar um respaldo muito severo, partindo para uma guerra mais selvagem (Perkovich, 2000:331).

No final da década de 80, os grupos islamitas radicais conseguiram subir ao governo e representar influencias renovando assim os seus planos de ofensiva contra o governo da Índia, afinal enquanto tivessem o apoio militar e nuclear a disposição por lutas e ameaças seriam maiores (Danielson, 2012:66). Com o estreitamento das relações entre Índia e Estados Unidos e a disponibilidade da tecnologia americana para aperfeiçoamento das armas indianas, o que fica entendido é que os Estados Unidos foram o principal ator na ajuda do armamento em ambos os países, enquanto expressou seus interesses políticos de uma maneira atipicamente volúvel.

Durante este capítulo buscou-se apresentar a segunda dimensão correspondente à ideologia religiosa a qual servirá como reforço do argumento final desta dissertação. Diferentemente da primeira dimensão (recursos oferecidos pelo Vale da Caxemira), a

análise prestada para esta segunda parte abordou a questão da ideologia religiosa, permitindo um aprofundamento voltado para o nível comunal tanto em menção aos Estados envolvidos no conflito quanto em referência aos atores não estatais. O propósito do capítulo em avançar para além do nível individual de análise proporcionou um estudo mais amplificado dos componentes do conflito indo-paquistanês. Através desta análise prestada foi possível estabelecer uma ponte de ligação com posicionamento nuclear da Índia e do Paquistão, demonstrando a importância deste *background* nuclear na inserção de outros atores de extrema relevância nos quais participam de maneira ativa no conflito. A inserção na dimensão internacional serviu enquanto uma breve apresentação do capítulo seguinte que irá demonstrar a Caxemira como uma fonte de ameaça ao sistema internacional quando traz ao cenário político internacional os questionamentos de uma guerra nuclear entre potências e tem a questão da Caxemira traduzida como um risco existente.

De acordo com o material oferecido pela base de dados construída pela Universidade de Uppsala e pelo Instituto Internacional de Estudos para Paz de Oslo, foi possível testar a hipótese de que os atores não estatais representam a maior ponte de ligação entre o Estado e o conflito aos níveis individual e comunal. Desta maneira é possível sustentar o argumento de que o governo do Paquistão ao encorajar a criação de um poder paralelo, armando os “guerreiros da liberdade” encorajou o surgimento de organizações de ideologia jihadista no terreno. Com isto, o governo se serviu destes atores não estatais no intuito de instrumentalizar a ideologia religiosa na garantia de benefícios políticos. Enquanto procurador do conflito, o Paquistão alimentou a evolução de grupos jihadistas que atualmente representam o maior “setor” responsável pela continuação do conflito na Caxemira sem que se evolvesse de uma maneira direta com o mesmo. Estes atores não-estatais ganharam força através do encorajamento não apenas político mas também militar oferecidos pelo Afeganistão e Paquistão. Ao decorrerdo tempo, estes atores evoluíram para uma entidade autônoma e auto-suficiente, ou seja, capaz de movimentar guerras de cariz ideológico em prol da continuação do domínio islâmico em Caxemira, seja com o apoio ou sem o apoio do seu governo criador: o Paquistão.

As entidades jihadistas adquiriram influência no espaço político enquanto Índia e Paquistão lutavam pelo domínio do *status-quo* no sul asiático. Contudo foram capazes de garantir - de certa maneira - o poder de influência política através do respeito adquirido com a “posse” de armas nucleares e do domínio técnico e estratégico ainda que estes atores não representassem uma nação mas sim uma coligação estabelecida por uma ideologia unificada. Esta ascensão dos grupos praticantes do jihad, dos terroristas dotados de alta tecnologia e suas coligações políticas com os governos paquistanês e afegão possibilitaram a ascensão do jihadismo nuclear. Este novo tópico caracterizador foi desenvolvido durante o cenário de bipolaridade expresso na era da Guerra Fria. No entanto, se Índia e Paquistão já representavam tensão para a comunidade internacional, devido às suas políticas imprevisíveis, qual seria a implicação da securitização do terrorismo na agenda internacional uma vez que nestes países coexistem grupos a favor do terrorismo? Durante o próximo capítulo, estas questões serão debatidas de uma maneira mais aprofundada, inserindo o risco do posicionamento nuclear para o conflito na Caxemira.

Capítulo 5 – Os processos de formação das políticas nucleares indianas e paquistanesas.

Ao decorrer deste estudo foram apresentadas duas das três dimensões do conflito em Caxemira que servirão de suporte para análise desta dissertação. No capítulo anterior, no qual foi exposta a questão da ideologia religiosa; do surgimento do fenômeno do jihadismo bem como a securitização do terrorismo na agenda internacional, foram previamente mencionados alguns aspectos da contextualização política da Índia e do Paquistão. Estes aspectos mencionados foram observados devido às mudanças indiretamente motivadas pela bipolaridade expressada no cenário internacional em período de Guerra Fria. Estes aspectos serviram como pretextos para a elaboração da terceira e última dimensão a ser abordada neste estudo: a questão do posicionamento nuclear no conflito da Caxemira. Obedecendo a mesma linha de raciocínio proposta pelos capítulos anteriores, o nível de análise novamente sofrerá uma alteração, evoluindo do nível estatal para o internacional. A análise em uma lógica internacional será verificada através dos aspectos que compõem as políticas nucleares dos países envolvidos no conflito da Caxemira e na pertinência da comunidade internacional na relação conflituosa entre os vizinhos e os riscos da nuclearização.

Este quinto capítulo buscará testar a hipótese de que a relação Indo-Paquistanesa devido às incertezas causadas pelas suas políticas volúveis e imprevisíveis causa aflição e incertezas ao sistema internacional posicionando desta maneira o conflito de Caxemira como um conflito internacional, de caráter nuclear. Estas características acabam por encorajar a tradução deste conflito como um risco à comunidade. O argumento a ser sustentado é que a partir do momento em que nem assinaram nem ratificaram os Tratados da Não Proliferação (*NPT – Non Proliferation Treaty*) e o Tratado da Proibição Completa dos Testes Nucleares (*CTBT – Comprehensive Test Ban Treaty*), Índia e Paquistão deram espaço para a comunidade internacional traduzir o seu conflito regional enquanto um risco aos seus vizinhos e até mesmo enquanto um motor de uma possível guerra nuclear nos próximos anos. Apesar de estudos anteriores já terem posicionado a questão da Caxemira nuclear como um risco à comunidade, a minha análise pretende expor os dois países enquanto atores que agem e interagem de maneira demasiado conseqüente em relação às políticas nucleares, utilizando a mesma

como objeto de dissuasão para desencorajar o ataque pela outra parte. Neste capítulo também se observa os reflexos da identidade nacional expressados na elaboração das políticas nucleares.

As relações das identidades das partes –econômicas, culturais e religiosas -foram até agora discutidas enquanto ferramentas motoras de hostilidades nos conflitos armados travados entre Índia e Paquistão em nome da posse da região Caxemira. Nesta dissertação, fora apresentada a dimensão dos recursos hídricos provenientes das riquezas do Vale da Caxemira como a motivação fulcral para batalhas em nome da posse da água, da sobrevivência dos povos e da distribuição pelos afluentes do Rio Indo. As facções religiosas responsáveis pela representação da comunidade muçulmana na Caxemira atribuíram ao conflito um caráter mais político quando se prontificaram a participar do mesmo, representando os atores não estatais. A partir da inserção deste terceiro ator e do envolvimento de líderes políticos com movimentos religiosos os atores não estatais passaram a edificar um poder paralelo de alta representação (força política dotada também de poderio militar e tecnologias para a elaboração de armas de destruição em massa). As freqüentes acusações por parte do governo indiano de que o Paquistão é responsável pela deliberação dos movimentos terroristas contra o seu território, faz com que ambos os países estejam preparados para qualquer tipo de respaldo nuclear e retaliações militares. Os testes nucleares executados por ambos os países nas fronteiras de Caxemira, próximos à compreensão da Linha de Controle (LoC) estabelecida pelas Nações Unidas, foram entendidos como provocações entre as partes. Este tipo de percepção pode vir a comprometer uma série de esforços feitos pelos países em relação ao uso de armas nucleares após a era da Guerra Fria e transformar o conflito da Caxemira em uma guerra de alto nível.

Neste sentido, a apresentação deste capítulo será feita da seguinte maneira: primeiramente será exposta uma contextualização histórica no intuito de demonstrar o surgimento dos tratados e do regime internacional enquanto indicadores desta dimensão nuclear. Nesta contextualização, ficará exposta a volubilidade e as contradições no discurso da política externa Indiana responsável por trazer à agenda internacional o debate em relação à proibição da produção de armas nucleares. Ainda nesta mesma contextualização, a proposta será também demonstrar as fraquezas e forças apresentadas

pelo Tratado de Proibição Completa dos Testes Nucleares e qual o futuro terá este acordo que, ao mesmo tempo em que regula, perde a sua credibilidade devido às medidas tomadas por potências nucleares como Índia, Paquistão, Israel e Coreia do Norte bem como as contradições apresentadas pelos Estados Unidos da América.

Após a contextualização a respeito do Tratado de Proibição Completa dos Testes Nucleares e da definição da política indiana, esta dimensão irá se concentrar nos riscos apresentados por Índia e Paquistão enquanto países nuclearmente armados e no papel dos Estados Unidos em sua relação política com ambos. O governo norte-americano, enquanto se aliava ao Paquistão em períodos de Guerra Fria, apoiava posteriormente as armas indianas em um cenário pós-terrorismo o que acabou por caracterizar o discurso dos líderes americanos enquanto algo imprevisível, dotado de bastante contradição entre discurso e “ajuda” à Índia e Paquistão. Em seguimento a isto, apresentam-se os riscos da posse de tecnologia nuclear por parte dos grupos jihadistas e a produção descontrolada no poderio nuclear indiano. O capítulo conclui a demonstrar o posicionamento das duas potências nucleares em relação às suas prioridades a deduzir que as políticas nucleares de ambos fazem parte do vício de bipolarização continuada – em tempos de multipolaridade – fomentada pela luta política em relação ao *status-quo* e hegemonia sul asiática, tendo a Caxemira enquanto justificativa.

5.1 – A contextualização pós Guerra Fria e posicionamento das armas nucleares.

Antes mesmo de qualquer menção em relação à Caxemira ser um palco de tantas tensões e problemas expressados nos diversos níveis e dimensões, a delicada questão sobre as armas nucleares já havia sido introduzida nos debates da comunidade internacional. A primeira explosão nuclear registrada na história ocorreu em *Alamogordo*, Novo México, Estados Unidos da América em 16 de Julho de 1945. Este mencionado ano foi marcado também na história nuclear não apenas devido a este teste, mas sim devido às subseqüentes explosões realizadas pelos Estados Unidos em 06 de agosto de 1945. A bomba nuclear foi atirada sobre Hiroshima e três dias após o seu lançamento, a explosão em Nagasaki ainda no Japão. As duas explosões simbolizavam não apenas uma tragédia atômica na qual incluía a destruição do solo, da vegetação e

edifícios, mas também o surgimento de uma série de questões que envolveram as nações do sistema em uma ambiente concentrados nos riscos da nuclearização. A imagem das explosões - nuvem em formato de cogumelo - simbolizou o início de uma nova era e a elaboração de tratados entre os países, como por exemplo: o Tratado de Não Proliferação (*Non Proliferation Treaty - NPT*) e também o Tratado de Proibição Completa dos Testes Nucleares (*Comprehensive Test Ban Treaty - CTBT*). Este mencionado cenário nuclear foi posteriormente reforçado pela ascensão da Guerra Fria no contexto, responsável por influenciar as posturas e comportamentos dos Estados em geral bem como os Estados relacionados à Caxemira.

Os anos seguintes aos testes elaborados pelos Estados Unidos, as explosões em Hiroshima e Nagasaki e por fim a Guerra Fria (50-60, 70-80 e 90), foram responsáveis pelos principais posicionamentos dos países no cenário nuclear, acarretando transformações políticas, como a elaboração de tópicos relativos às obrigações básicas estabelecidas pelos acordos e tratados a serem cumpridas pelos países assinantes. Começaremos por expor neste momento a contextualização mais importante para a Índia: o período Pós-Guerra Fria (1994) quando este país começou a posicionar-se como uma nação dotada de uma política nuclear inicialmente imprevisível e volúvel (Izuyama, Ogawa, 2002: 59).

O período da Guerra Fria representou uma grande importância para a evolução nuclear no cenário mundial. De fato, os comportamentos dos países mudaram quando a crescente violência indireta simbolizada na onda de medo foi espalhada pela imprevisibilidade da bipolaridade entre os Estados Unidos e ex-União Soviética. Este mencionado sentimento de "medo" era devido à motivação e coragem que os dois blocos mantinham em "apertar o botão vermelho". Era um sentimento de coerção que ditava o comportamento dos países em favor dos blocos (Jackson, 2010: 19). No entanto, também é relevante afirmar que a segurança era o instrumento primordial responsável por mobilizar o comportamento e a política dos países durante este mesmo período (Buzan, 1983). Na ideia Ocidental de sistema internacional, o modelo defendido em relação à segurança e defesa, consiste na proteção das seguintes dimensões: território, população, armas e outros bens físicos (Jackson, 2010: 06). Contudo podemos entender inicialmente que os tratados entre as nações acabam por salvaguardar a

segurança das nações sem que estas necessariamente se sintam na necessidade de produzir de maneira maciça, armas que garantam a sua defesa. Porém, os passos dados pelas nações no sistema internacional contemporâneo demonstram que esta lógica apesar de plausível não se dá por concretizada.

Uma vez expressada a necessidade dos Estados em unirem-se para a sua proteção em defesa no que toca a segurança abalada pelos riscos das armas nucleares, as iniciativas para a redução destas armas começaram a surgir neste ambiente. O CTBT é uma parte elementar de um complexo quadro de normas que compreende o regime internacional e multilateral de desarmamento nuclear (Sampaio, 2012: 27). Este regime compreende também o Tratado da Não Proliferação das Armas Nucleares o (NPT), portanto é impossível falar de uma lógica na qual inclua o CTBT sem falar de NPT e vice-versa (Sampaio, 2012: 28). Também não podemos nos esquecer de mencionar nesta parte do capítulo a outra dimensão que complementa estes tratados, o Tratado de Proibição Parcial de Ensaios (1954-1963) compreendido entre os países ratificadores nos quais concordaram em proibir testes que viessem a comprometer a sustentabilidade bem como a continuidade dos recursos na atmosfera e no espaço aquático tanto no espaço submerso quanto ao espaço externo (Johnson, 2009: 09). Voltando a atenção para o tratado mais relevante para este estudo de caso, o CTBT está enraizado nos livros de relações internacionais enquanto a concretização de uma idéia que foi seguida após diversos eventos responsáveis por influenciar a criação de tratados nucleares. Obedecendo esta linha de compreensão do panorama nuclear para chegar ao ponto pretendido: política nuclear Indo-Paquistanesa, a sugestão para esta contextualização será seguir a mesma estrutura adotada por vários autores como Johnson (2009), Sampaio (2012) e Campbell (2004) responsáveis por estudos relacionados com as armas nucleares e o CTBT.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, o governo dos EUA começou a utilizar a palavra "ameaça" em relação a armas nucleares enquanto um pretexto para resolver crises e conflitos internacionais, a fim de atender os seus próprios interesses (Kaku, Axelrod, 1987). Este comportamento foi observado durante todo o andamento da Guerra Fria. (Gerson, 2007). Veja que nesta afirmação, autores contemporâneos como Gerson ainda defendem a idéia estabelecida por Axerold no fim da década de 80. Em

1949, a União Soviética iniciou a corrida armamentista contra o ocidente. Esta corrida resultou em um grupo de países que atuaram enquanto pioneiros no desenvolvimento de armas nucleares bem como na execução de testes. (Sampaio, 2012: 01). Este grupo fora chamado de "Clube Nuclear" composto pelo Reino Unido – participação no grupo verificada após um teste nuclear em 1952 - e posteriormente juntaram-se a França e a China – esta fez experimentos nucleares em 1960 e 1964. (Sampaio, 2012: 19). Nesta evolução maciça do poderio nuclear e do posicionamento estabelecido pelas Nações, a questão da Caxemira já havia ascendido no sul da Ásia. Após os vários eventos, em 1954, o Primeiro ministro indiano, Jawaharlal Nehru, foi responsável por propor durante a conferência em um discurso paralelo um "acordo de *status quo*" que sugeria a eliminação do teste nuclear em todo o mundo devido aos riscos oferecidos à saúde humana e ao meio ambiente. Seu discurso foi tão bem sucedido que a iniciativa "Átomos pela Paz" fora criada logo em seguida (Johnson, 2009: 11). Neste momento a Índia posicionava-se enquanto uma nação neutra que visava à garantia dos bens para as gerações futuras e por isto Nehru expressou sua vontade em estabelecer o desenvolvimento de energia atômica para fins pacíficos (Ramana, Nayyar, 2001: 75). Porém, os seus fins pacíficos seriam posteriormente interpretados pelo governo do Paquistão enquanto uma provocação.

Após a adição do quinto país portador de armas nucleares no grupo, os Estados Unidos da América propuseram em 1965, a criação da primeira iniciativa em prol da redução da produção de armas nucleares: o já mencionado NPT. Durante o final da Guerra Fria, as grandes maiorias dos Estados visavam assegurar a estabilidade da comunidade internacional e por isto prezavam pela sua segurança geral ao mesmo tempo em que se disponibilizavam a acordar sobre os tópicos relacionados às armas nucleares (Johnson, 2009: 08). O NPT consistia em proibir o desenvolvimento de artefatos nucleares, por qualquer Estado não nuclearmente armado partido do ponto que estes compunham a maioria dos membros das Nações Unidas. O tratado também incluía o cancelamento de testes nucleares pelos cinco estados nuclearmente armados, porém os testes continuaram a ser executados de maneira subterrânea (Johnson, 2009:02). Este tratado fora assinado e ratificado pela grande maioria, inclusive pelos Estados Unidos, mas Índia e Paquistão não o assinaram.

Em 25 de Janeiro de 1994, a discussão sobre o Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares foi "colocado sobre a mesa" da Conferência para o Desarmamento (CD). Os países do "Clube Nuclear" concordaram sobre os temas propostos por Nehru que mais uma vez desempenhava o papel de diplomata da paz. Três anos mais tarde, o Tratado foi adotado pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) e fora finalmente elaborado. O Artigo I consistia em dois parágrafos que estabelecem as obrigações básicas a serem cumpridas pelos Estados assinantes. O artigo prevê que cada Estado membro: não poderá realizar qualquer teste – explosão - de armas nucleares ou qualquer outra explosão nuclear, em qualquer lugar sob sua jurisdição ou controle, e abster-se de incentivar, ou de qualquer maneira participar da realização de qualquer teste de explosão de armas nucleares ou qualquer outra explosão nuclear (CTBTO, 2013). Em 27 de março de 1997 da Organização do CTBT teve lugar em Viena, com a participação de 142 Estados e foi assinado em quase sua totalidade.

Não obstante o CTBT foi criado por uma iniciativa indiana, porém o país foi o pioneiro a ignorar as regra após experimentos nucleares realizados em maio de 1998. O governo indiano, para além de quebrar as regras estabelecidas, utilizou a tecnologia oferecida pelos EUA e Canadá na elaboração de suas armas. A ajuda externa aos testes indianos acabara com a credibilidade estabelecida pelo CTBT. A segunda era nuclear terminou com a não-assinatura do regime nuclear multilateral pelo Paquistão, Índia e Israel. A década 70 foi uma altura crítica para a relação dos vizinhos Índia e Paquistão e também devido às hostilidades com a China que, ao desenvolver testes nucleares em 1974, conduziu a Índia a requisitar apoio para sua produção nuclear tanto pelos Estados Unidos quanto pela União Soviética (Izuyama, Ogawa, 2002: 61). Contudo, a Índia recusara a assinatura do TNP alegando a desigualdade entre o arsenal dotado pelos países nuclearmente armados em relação aos países não nuclearmente armados (Izuyama, Ogawa, 2002: 62).

No capítulo anterior ficou exposta a delicada relação entre Índia e Estados Unidos no período da Guerra Fria quando a Índia apoiara a ex-União Soviética. A delicada relação demonstrada através de calorosas hostilidades lançadas por Nixon para Indira Gandhi mostrava que de fato Índia e os Estados Unidos estariam longe de serem nações parceiras, porém o medo representado pelos vizinhos levou à nação indiana a

remodelar as suas políticas e o seu relacionamento com os países da América do Norte estreitando desta maneira o relacionamento entre os dois países quando em 1971 estourava a guerra para o Paquistão do Leste e posteriormente com a China em 1974 (BBC, 2005). Lembremos que a Índia está “espremida” entre países portadores de armas nucleares. Uma ação conjunta entre Paquistão e China contra a Índia faz com que a Índia esteja frequentemente assombrada pelo medo de ser assolada pela sua ameaça existente além fronteiras. Posteriormente (1990), devido ao surgimento do terrorismo internacional na agenda e da recusa do Senado norte americano a ratificar o CTBT - precisamente em 1999 -, a Índia e os Estados Unidos emergiram na comunidade internacional enquanto "sabotadores" de uma causa de ordem universal devido as suas novas prioridades estratégicas estabelecidas entre os dois países. O maior absurdo expressado até então é que tanto a Índia quanto os Estados Unidos foram os países pioneiros na motivação para o CTBT. Em 2008 foi assinado o Acordo Nuclear Civil que permitia Índia a usar a tecnologia nuclear civil de outros países na sua produção.

Anteriormente à administração de Barack Obama os EUA deram várias razões para a não ratificação do CTBT, entre suas razões a não-comprovada eficácia do tratado (VERTIC, 2000). A Índia por sua vez, conforme descrito pela *World Nuclear Association* (2003) justificou que a não assinatura do Tratado por um país vizinho, portador de armas nucleares e de um governo coligado ao jihad, expressaria a eterna insegurança e por isso era necessário armar-se, além disto, a questão nuclear simbolizava um progresso par a nação indiana. Obama, porém representou um importante passo para o debate CTBT durante a sua primeira administração, pois este foi responsável por restabelecer o apoio americano na iniciativa e reintroduzir o debate para o CTBT. O Presidente contava em sua equipe grandes apoiadores da causa, desde o seu Vice Presidente Joseph Biden à sua Secretária de Estado, Hillary Clinton que defendiam a ratificação do tratado por parte dos Estados Unidos da América. Por esta razão a eleição de Barack, no passado, causou um forte sentimento de otimismo em países não armados, que sempre apoiaram a ratificação do CTBT e incertezas por países como a Índia, Paquistão e Israel (Broad, 2007).

Embora o compromisso assumido pela administração Obama visasse uma evolução nesta causa, a ratificação do CTBT ainda não é considerado garantido uma vez

que o Senado Americano precisa do apoio de 2/3 dos votos (67 votos) e o Partido Democrata não possui número de assentos suficientes para garantiada evolução da causa (Sampaio, 2012:23). A situação desta maneira permanece na mesma enquanto o Senado não conseguir obter a maioria de dois terços dos votos necessária para ratificar o CTBT. Em 1999, os senadores manifestaram preocupação com a viabilidade do acordo a ser controlada eficazmente para evitar ser boicotado por outros países. De acordo com Joseph Cirincione, Pesquisador do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Georgetown, a Casa Branca enfrenta uma forte pressão contrária às suas ideais, pressão esta imposta pelo Pentágono e também pela indústria militar-científica que se move 54.000 milhões dólares por ano para o desenvolvimento e a manutenção armas nucleares. (Cirincione, 2001 apud Sampaio, 2012:23).

O ano de 2009 teve um dia marcante para a trajetória do CTBT, devido à 6ª Conferencia para facilitar a ratificação do CTBT em 24 de Setembro. Obama presidiu a sessão especial para chefes de Estado sobre a não-proliferação e desarmamento. Foi a primeira vez que um presidente norte-americano desempenhou esse papel acarretando a adoção de resoluções relevantes (Deen, 2009). Porém, o discurso do Presidente norte americano revelou pontos contraditórios. Inicialmente - durante os primeiros meses de sua administração - suas palavras fora de fato animadoras para os países signatários do regime nuclear internacional em estabelecer uma nova ordem mundial nuclear muito menos discriminatória. Até o final de 2009, suas palavras haviam esfriado e alguns acontecimentos no ano de 2010 confirmaram esta tendência. É relevante afirmar que não é possível avaliar se Obama reestruturou suas atitudes e discurso devido a pressões internas – por parte daqueles que pretendem salvaguardar *status quo* nuclear americano - ou se foi apenas uma retirada estratégica (The Economist, 2009). Neste sentido, a relutância dos EUA de certa forma prejudicou a possibilidade de convencer a Índia e Paquistão a assinarem a proibição de testes e deterem a produção de material físsil – suscetível à fissão nuclear.

5.3 – As reflexões sobre a política nuclear indiana sob a sombra americana

Embora o governo indiano nem sempre tenha seguido uma relação tão intensa com os Estados Unidos - especialmente sobre temas relacionados à sua política para

com o Paquistão – o passo dado por este país rumo à nuclearização simbolizou mudanças nas políticas indianas. Para o governo da Índia, a Caxemira é um ponto em que a segurança nacional indiana é posta em causa. Tão recente quanto seu conflito com o Paquistão, a Índia lutava também com a China em prol do domínio da região de *Aksai Chin* perdendo o seu domínio em 1964. Atualmente os países possuem uma espécie de dupla relação entre diplomacia e hostilidades sendo esta relação muito mais próspera do que a relação com o vizinho Paquistão. A China, ao mesmo tempo que representa uma insegurança nuclear para a Índia, não aclama a legitimidade em relação as terras da Caxemira.

Posteriormente à sua iniciativa para o CTBT, a Índia justifica a não-adesão ao regime, devido ao simbolismo vinculado ao enriquecimento nuclear. Este simboliza um progresso para o país e identifica oportunidades de desenvolvimento (Arnett, 1998: 02) Esta situação poderia ser interpretada por uma política de incentivo nuclear para o Paquistão que acaba por motivar a constituição de uma política nuclear feroz que faça frente ao crescimento nuclear indiano. Uma vez que ambos os países não assinaram anteriormente o TNP, o mesmo argumento continua a ser consistente para a não assinatura do CTBT. Em maio de 1998, a Índia realizou cinco novos testes nucleares em seu território seguido por seis testes realizados pelo Paquistão – em contrapartida – nos quais puseram a ratificação do CTBT em uma situação muito crítica (Sampaio, 2010: 42). O governo indiano sofreu várias sanções econômicas ao longo de 1998 devido aos seus atos, porém estas foram rapidamente esquecidas (Campbell et al, 2004: 105). Em 2005, fora anunciado o acordo nuclear EUA-Índia, que definia graves violações das regras estabelecidas pelo TNP as quais ameaçavam seriamente a desintegração do sistema previamente estabelecido. Em outra vertente, acredita-se que esse tipo de relacionamento hindu-americano é necessário para equilibrar o peso crescente da China tanto na comunidade internacional quanto no continente asiático (Campbell, 2004:107).

Esta questão nuclear funciona enquanto um reflexo das questões enraizadas no passado histórico indiano. A sua política interna mudara após a criação do Partido do Congresso Nacional Indiano, devido às políticas de Nehru em estabelecer a hegemonia da “Mãe-Índia” no sul asiático, posta também em andamento por sua filha e sucessora, Indira. Enquanto o CTBT estiver aceso de uma maneira bastante calorosa no debates da

agenda internacional, a Índia sempre demonstrará uma espécie de conflito de interesses entre o propósito e o impacto deste. A Índia possui um interesse particular em desenvolver armas nucleares em nome da sua defesa, uma vez que o Paquistão possui, em contrapartida, o monopólio do conhecimento técnico e científico relevante para a produção nuclear em grande escala, sendo extraordinariamente bem-sucedida em descrédito da opinião crítica indiana. Em parte, apelando para a soberania nacional e para o estatuto especial das questões sobre segurança, a Índia necessita estabelecer um plano de respaldo a esta ameaça. (Arnett, 1998: 3). Nestas palavras, o que fica entendido é que a delegação indiana vai sempre evitar a assinatura do TNP e o CTBT, em nome da sua segurança, uma vez que ainda possui uma relação delicada para com os vizinhos Paquistão e China. Embora não tenha assinado os tratados, o Paquistão participa da CTBTo (*Comprehensive Test Ban Treaty Organization*) enquanto Estado observador, mas não tem interesse na assinatura do mesmo enquanto a Índia não o fizer ou enquanto os EUA não o ratificarem. Os EUA e a China - os dois Estados signatários do CTBT, porém não ratificadores - participam plenamente nos trabalhos da organização, de modo que o governo indiano está usando ambos os países como álibi para mudar a sua posição, evitando a assinatura do CTBT uma vez que utiliza as posições do Paquistão e da China enquanto pontos deteriorantes da segurança indiana (The Hindu, 1998).

De acordo com este panorama histórico apresentado é possível fazer a seguinte análise: Barack Obama foi reeleito Presidente dos Estados Unidos da América em 2012. Em relação à sua segunda administração, Obama avançará para a ratificação do CTBT ou permanecerá em retirada estratégica? Quais as transformações e mudanças que ocorrerão agora? Uma vez que os EUA ratificarem o Tratado, será possivelmente mais fácil ou até possível dobrar a posição da Índia? São perguntas que serão esclarecidas nos próximos anos. Em resumo, de acordo com todas essas questões, a afirmação exposta é que o CTBT ainda caminha a passos lentos para a sua ratificação, devido às políticas de países e interesses egoístas, acabará por afetar a universalidade dos tratados nucleares, e da evolução do quadro do acordo nuclear, não só o CTBT, mas igualmente a falar todos os Tratados anteriores. O cenário nuclear mundial provavelmente ainda tem que esperar um longo tempo até que os pontos fracos dos países tornem-se os pontos fortes do CTBT.

5.4 – O amor à bomba: a tradução de uma ameaça à comunidade

Até este presente momento foi abordado o posicionamento das nações rumo ao desenvolvimento de tecnologias e produção de armas nucleares. No período de guerra fria bem como o momento seguinte – cenário pós-guerra-, os países iniciaram uma tendência com a qual foi motivada pela bipolaridade protagonizada pelos Estados Unidos e ex-União Soviética. Nesta mencionada contextualização, a Índia foi responsável pelo contributo de trazer à mesa de importantes conferências a necessidade de regularização à produção nuclear excessiva dos países do Clube Nuclear. Ao mesmo tempo em que visava um futuro mais sustentável para as próximas gerações, os acontecimentos seguintes deixaram expostos uma série de contradições entre o discurso de Nehru e as políticas viabilizadas pela sua filha Indira no intuito de estabelecer os primeiros passos de uma dominante hegemonia indiana no sul da Ásia.

Neste período mencionado, no Paquistão, seguia-se uma política de resposta ao avanço Indiano e apostava-se na tecnologia de enriquecimento do urânio na produção de bombas. Abdul Qadeer Khan e Bhabha foram os grandes responsáveis pela introdução do conhecimento técnico na produção de armas paquistanesas. Enquanto este primeiro levou à frente o plano de estabelecimento da centrífuga em *Kahuta*, base de produção das bombas nucleares, o segundo, utilizou dos seus conhecimentos em física e química adquiridos na Universidade de Cambridge para liderar o estabelecimento da capacidade nuclear indiana. Vale lembrar neste momento que após a derrota da guerra contra a China em na década de 60 quando a Índia perdeu o seu domínio de terras, alguns políticos de direita e com voz no congresso pressionaram o governo central para que este iniciasse a produção de armas nucleares e mísseis balísticos. Alguns anos após a guerra com a China, a Índia entrava em guerra com o Paquistão em 1965. De uma maneira não tão diferente da Índia, os políticos paquistaneses pressionaram o governo para que este deliberasse a produção de bombas e armas nucleares no geral. A política nuclear paquistanesa foi desenhada para oferecer respaldo face ao desenvolvimento nuclear indiano, não importa qual fosse o seu verdadeiro motivo para tal. Em dezembro de 1971, Bhutto subiu ao poder no Paquistão logo após a sua derrota contra a Índia e este levou a frente às discussões sobre o posicionamento nuclear paquistanês (Ramana, Nayyar, 2001: 76).

Desde então com a ajuda do plano de Khan e as políticas de Bhutto, existe uma estimativa de que o Paquistão produziu o cerca de 20 a 40 bombas enriquecidas por urânio. Em 2000 a estimativa de produção de armas nucleares paquistanesas eram de 110Kg de UAE¹⁷ por ano e no atual contexto estima-se que o Paquistão possua material suficiente para produzir cerca de 6 bombas nucleares por ano (Albright 2000, WNA, 2012). A relação com os seus vizinhos ficara ainda mais delicada. Embora ainda não existam provas concretas da relação nuclear amistosa entre Paquistão e China, em 1984, oficiais do governo americano reportaram uma situação de alarde, alegando que a China tem oferecido ao Paquistão o design de mísseis bombas enquanto trocaram tecnologias e equipamentos em diversos setores como, por exemplo, mísseis de curto alcance. Porém estas acusações nunca foram de fato comprovadas (Jones et al, 1998: 151). Fica aqui então um hiato entre a produção nuclear e o posicionamento da Índia e do Paquistão e as dúvidas de que este crescimento nuclear acelerado viesse a simbolizar uma ameaça de guerra nuclear.

Propomos neste ponto analisarmos idéias que foram inseridas em 2001 após alguns acontecimentos relevantes no final da década de 90. O período crítico em relação ao posicionamento nuclear no sul da Ásia foi em 1998. Em Maio deste ano o governo do Paquistão realizou seis testes nucleares próximos à fronteira com a Índia. Estes testes foram executados três semanas depois dos cinco testes realizados pela Índia no Nordeste do deserto do Rajastão em *Pokharan*. Este evento posicionou o Paquistão enquanto sétimo país nuclearmente armado. Embora a comunidade internacional tenha recusado reconhecer o Paquistão enquanto uma potência nuclear, diversas referências têm sido feitas em relação à natureza islâmica inserida em seu governo. As bombas paquistanesas são ocasionalmente referidas enquanto uma “Bomba Islâmica” (Yasmeen, 2001: 201).

Embora diversos países de ideologia islâmica no Oriente Médio tenham sinalizado distância com os programas da política nuclear paquistanesa, existe um reconhecimento da importância deste programa por parte de atores governamentais e

¹⁷Tradução livre de HEU. A abreviatura HEU é proveniente do termo químico em inglês *highly enriched uranium*, traduzido em português enquanto: urânio altamente enriquecido, UAE (Nuclear Weapon Archive, 2000).

não-governamentais. Acredita-se que alterações no cenário político e econômico acabem por motivar os países islâmicos a interessar-se pelo programa nuclear desenvolvido no sul da Ásia, tornando algo sem sentido como a “Bomba Islâmica” na justificação pelo crescimento horizontal nuclear em nome dos interesses nacionais (Yasmeen, 2001: 202). Quando em Julho a autora Yasmeen publicou o seu estudo sobre a bomba islâmica, o mundo deparou-se com o atentado terrorista às torres gêmeas em Nova Iorque dois meses depois.

Conforme argumentado, estas mencionadas alterações no cenário político e econômico deram-se logo em seguida a este atentado. As bombas nucleares que estariam sendo produzidas em terrenos de Estados cuja ideologia era islâmica representavam a partir deste momento a tradução de um risco para a comunidade internacional. A tradução deste risco se apresentou devido à globalidade e alcance do fundamentalismo jihadista. Este evento nos Estados Unidos alterou uma série de dinâmicas, criando novos conceitos como, por exemplo, o jihadismo global. O evento também foi responsável pela inserção de novos tópicos nas agendas internacionais a partir do momento em que o terrorismo fora traduzido enquanto ameaça à segurança nacional norte-americana, bem como a segurança de outros Estados, alterando toda uma lógica obedecida pelo Direito Internacional.

Quando após os atentados aos Estados Unidos, o governo americano mobilizou suas forças para combater o risco e os culpados pelos 11 de Setembro, a comunidade internacional voltou a sua atenção para o Paquistão. Após o anúncio em 14 de Setembro, de que o Presidente Paquistanês Pervez Musharraf iria oferecer total apoio às forças americanas em combate a causa, muitos se perguntaram em relação às armas nucleares paquistanesas (Ramana, Nayyar, 2001:74). Afinal, existem suspeitas por parte do governo norte americano de que o governo paquistanês possuía um histórico nuclear marcado por assistências ilegais, violações da segurança bem como uma relação suspeita de coleguismo com o governo do Iraque. Em 1999 durante entrevistas para o jornal egípcio *Al-Alham*, Khan assumiu que o programa nuclear paquistanês tratava-se de uma tecnologia de enriquecimento de urânio e centrifugação. Ainda neste discurso, Khan acentuou a sua relação amistosa com o Japão e Singapura na troca de informações e investimentos para o programa. Durante a metade da década de 70, Khan utilizou da

sua posição em uma firma holandesa para adquirir conhecimentos técnicos e químicos em centrífugas de gás (Albright, 2001: 82).

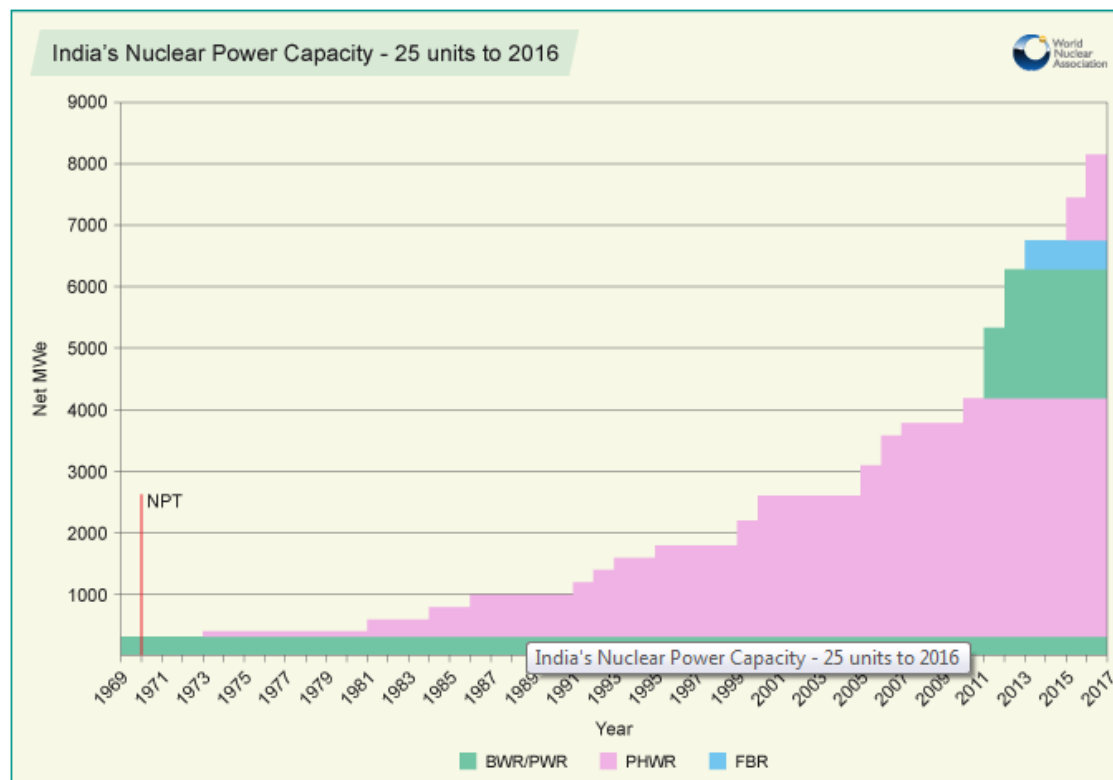
Ainda que não se possa provar o envolvimento e a disponibilização do design paquistanês ao Iraque após a guerra do Kuwait, tampouco com o envolvimento direto do governo com organizações terroristas internacionais, o governo paquistanês possuía de fato uma extensa conexão com o regime do talibã devido à sua ideologia política vinculada à religião. Devido a esta amistosa relação, os terroristas poderiam se sentir encorajados com a “audaciosa” política nuclear paquistanesa. Com o crescimento da cultura nuclear, a bomba produzida começa a simbolizar um risco à comunidade internacional (Albright, 2001: 83). Após 2001, os riscos de um conflito nuclear entre Índia e Paquistão passaram a ser altamente considerados pela comunidade. Se em 1974 a Índia comunicou ao mundo sua iniciativa de produção nuclear para fins pacíficos, o reflexo de suas decisões foi contrário.

Em 1998 os testes realizados foram entendidos enquanto uma afronta ao Paquistão que por sua vez passou a produzir armas nucleares em grande escala com o objetivo de fazer frente ao desenvolvimento indiano. Embora o governo do Paquistão tenha criado em 2001 e publicado na Gazeta Paquistanesa¹⁸ o órgão regulador para as suas políticas nucleares, muitos de seus propósitos não ficam expostos em seus relatórios. O governo paquistanês vem oferecendo uma redução na sua produção e até mesmo o desarmamento em caso da Índia se disponibilizar em assinar o regime internacional nuclear – NPT/CTBT – porém o respaldo não tem sido igualitário. Contudo, o Paquistão deixou claros os três principais pontos para estabelecimento da sua política nuclear em nome de sua segurança: a posse de armas nucleares por parte da Índia; a necessidade de desenvolvimento de mísseis de curto alcance, devido aos riscos oferecidos após a descolonização e devido a perdas significativas – Paquistão do Leste – Bangladesh- durante duas guerras com a Índia (WNA, 2013, PAEC, 2013, IAEA, 2003).

¹⁸Ver em anexos a publicação no jornal *The Gazette of Pakistan*, parte II, Islamabad, 9 de Dezembro de 2010, sobre a autoridade reguladora das políticas nucleares paquistanesas, em inglês: *Pakistan Nuclear Regulatory Authority*.

Em contrapartida, a Índia por sua vez não intenciona assinar o TNP, mas já demonstrou disposição em assinar o CTBT e reduzir a sua produção em números significativos. A Índia indica também em três pontos as prioridades para o estabelecimento do seu programa nuclear: o desejo de ser reconhecida internacionalmente enquanto uma potência dominante na região; a forte preocupação com a capacidade nuclear da China e da sua produção de mísseis de longo alcance e da necessidade de se proteger da capacidade nuclear do Paquistão que tem posicionado o seu programa diretamente contra o crescimento do programa indiano. Apesar das assinaturas de acordos bilaterais nos quais as duas nações se comprometeram em não atacar as usinas nem centrífuga em garantia da segurança dos civis, bem como o acordo do “não ataque”, as relações entre estes, sobretudo no que toca o posicionamento nuclear têm decrescido de maneira significativa. Conforme ilustrado na figura a seguir, as estatísticas demonstram que até 2017 a Índia atingirá uma capacidade de 8000 Net MWe geradas por 25 unidades nucleares (WNA, 2013, PAEC, 2013, IAEA, 2003).

Ilustração 7: Dados sobre a capacidade Nuclear Indiana até 2017 administradas pela IAEA – Country Nuclear Power Profiles.



Fonte: World Nuclear Association, 2013, disponível em: <http://www.world-nuclear.org/info/Country-Profiles/Countries-G-N/India/#.UX5pBqLyJUJ> [consultado em Abril de 2013].

Através destes dados apresentados ficam aqui expostos os posicionamentos das políticas nucleares das duas potências do sul asiático, Paquistão e Índia, bem como a atribuição de riscos expressados também pela China. A questão da Caxemira pode ser um ponto de expressão da necessidade que a Índia e o Paquistão possuem em levar a cabo a produção de armas de destruição em massa e de longo alcance. Contudo abordar a questão do posicionamento nuclear das duas potências, implica também em abordar a relação destes com os seus vizinhos asiáticos no âmbito do posicionamento nuclear da China e pelas alterações em suas políticas movidas pelos interesses como as estratégias em prol da produção de armas e do vício da luta pela hegemonia do sul da Ásia. O “amor” à bomba expressada pelas nações do sul da Ásia vai para além da

garantia pela segurança e sim por uma corrida hegemônica com diversas dimensões. A questão do desenvolvimento nuclear tanto da Índia quanto do Paquistão estão interconectadas com o processo dos regimes globais para a não proliferação de armas nucleares bem como interconectadas com as políticas norte americanas em relação ao mesmo regime.

Ao decorrer deste quinto capítulo buscou-se apresentar a dimensão nuclear enquanto terceira e última dimensão da análise prestada por esta dissertação em relação ao conflito Indo-Paquistanês. Durante a parte inicial deste capítulo foi viabilizada uma breve contextualização histórica sobre o posicionamento nuclear de alguns Estados após o fim da Guerra Fria, bem como as principais nuances orientadas pelos países formadores do clube nuclear em relação ao desenvolvimento de armas de destruição em massa. O propósito em explorar esta breve contextualização histórica foi no intuito de demonstrar as mudanças políticas no sistema internacional após o fim do sistema bipolar, responsável pela construção de um novo espaço, flexível para debates em relação às novas ameaças bem como os pontos catalisadores de novas estratégias que seriam constituídas no intuito de fazer frente aos novos riscos apresentados.

Compreendendo a análise em seqüência a esta contextualização apresentada, foi possível observar os principais interesses por trás das políticas indianas e paquistanesas em driblar os regimes internacionais para a não proliferação de armas nucleares. As duas partes vêm buscando adquirir os seus direitos políticos e legitimação sobre as suas questões territoriais através do crescimento nuclear. Através destes tópicos em discussão durante o capítulo, ficou exposto que a constituição dos arsenais nucleares de ambos os países - ogivas, enriquecimento de urânio e mísseis balísticos de curto e longo alcance – representam um equilíbrio de poder entre a bipolarização continuada no sul da Ásia pelos dois países. Enquanto ambas as nações desenvolvem seus dispositivos, estas colocam em causa a segurança internacional e o regime multilateral do NPT e CTBT. Cabe à comunidade internacional atribuir à nuclearização sul asiática a idéia de uma ameaça a segurança global e garantir que estas armas não sejam utilizadas da maneira em que colocaria em causa todos os esforços feitos pelos regimes internacionais em relação ao porte de armas

O que fica então exposto neste cenário é que o conflito da Caxemira gerou uma questão política para além de suas fronteiras a partir do momento em que os dois países utilizam de suas capacidades nucleares para se posicionarem em uma espécie de balança de poder em busca da hegemonia na região. As políticas de interesse de atores externos como China, Estados Unidos, Afeganistão, Iraque e outros envolvidos na nuclearização do sul da Ásia tornam a questão da Caxemira ainda mais delicada. Em mais de uma década de desenvolvimento de armas, os dois países, apesar das hostilidades e dos testes nucleares, não utilizaram de suas armas em nome de uma guerra declarada. Muito provavelmente não entrarão em conflito nuclear direto, mas cabe à comunidade internacional garantir que estes regimes sejam seguidos para providenciar a segurança ainda que superficial

Capítulo 6 – Considerações finais

O que podemos reinterar neste momento é a relevância da análise de diferentes dimensões na investigação de um conflito de cariz social e religioso. Durante a evolução deste estudo, a proposta inicial foi fomentar uma análise do conflito em Caxemira e a sua perpetuação na tradução de um risco existente para a comunidade internacional. A presente investigação buscou enriquecer os estudos sobre o conflito através de uma análise aprofundada nas suas dimensões e nos seus atores. A perpetuação deste risco internacional foi verificada através dos atores responsáveis pela mobilização do conflito em Caxemira, que vão para além das fronteiras compreendidas entre Paquistão e Índia. Observamos durante a gênese do conflito, que este, teve como ponto de partida questões administrativas e territoriais deixadas pelo seu legado colonial e alimentadas pelo tempo bem como por outras dinâmicas. O ex-império Britânico quando decidiu atribuir às colônias do sul da Ásia o estatuto de autonomia e independência, abriu espaço para que uma série de questões nos diversos níveis viessem à tona, permitindo aos dois novos países a iniciação de um confronto em busca de seus interesses políticos, religiosos, sociais e econômicos. Neste cenário de confronto iniciado em 1947, três guerras foram travadas entre as duas nações, sendo estas por diversas razões aclamadas, mas principalmente no intuito de estabelecer um estatuto de direitos na região de Caxemira. Esta região passou a expressar desde 1947 uma espécie de coqueluche entre Índia e Paquistão.

Devido à sua localização geográfica, Caxemira passou a ser um ponto de tensão não apenas entre Índia e Paquistão, mas favoreceu também a luta pelas terras da região montanhosa, compreendida na cordilheira do Himalaia. O governo indiano entrou em posição de hostilidade também com a República Popular da China quando em 1964 encerrava uma guerra com a vizinha, perdendo os direitos sobre as terras em *Aksai Chin*. Diferentemente da China, o governo do Paquistão não foi bem sucedido em suas batalhas pela posse de Caxemira. A extensão territorial é compreendida de maneira legítima pelas fronteiras indianas e reconhecidas internacionalmente como parte da Índia. Apesar de o governo paquistanês afirmar que a questão da Caxemira ainda está por decidir e que, apenas o povo deve se manifestar através de um plebiscito, o governo indiano não está disposto a pôr o domínio da região em causa pública (Schofield, 2000).

A localização geográfica de Caxemira para além de favorecer problemas com a China e Afeganistão, também serviu de uma maneira estratégica para o propósito indireto das políticas paquistanesas. A sua posição de vizinhança com o Afeganistão possibilitou ao governo paquistanês e aos povos muçulmanos a manterem uma espécie de intercâmbio em diversos setores. A esmagadora maioria das comunidades habitantes na região possui fundamentos de origem islâmica e encontram na religião e na ideologia muçulmana uma maneira de estabelecer laços identitários com o Afeganistão, diferentemente da Índia. Estes laços possibilitaram aos paquistaneses rebeldes uma espécie de treinamento de guerra através do terror, posicionando este conflito também em uma questão comunitária, focada na questão da ideologia religiosa (Chandran 2011, 2012).

Em apresentação deste cenário, existiu, portanto uma necessidade de analisar as causas deste conflito e o seu caráter ideológico no intuito de salientar a sua importância para as Relações Internacionais. Este estudo demonstrou que o conflito da caxemira possui um caráter vinculado à questão de identidade do indivíduo, dos povos e identidade nacional. Ainda que as movimentações iniciais deste confronto tenham sido atribuídas às questões territoriais e econômicas, a evolução deste passou a expressar novos aspectos e incluir diferentes dimensões. O envolvimento Organização das Nações Unidas (ONU) responsável pela atribuição da linha de controle (LoC) nas fronteiras de Caxemira conseguiu amenizar a violência, congelando as relações entre os dois países, Índia e Paquistão. Porém, a violência apesar de amenizada inicialmente nunca cessou por completo. O conflito passou por diversas fases e outros episódios que foram marcados pela brutalidade e pela quantidade de sangue derramado. Estes episódios serviram como pilares para demonstração de que a questão de Caxemira, assim como outros conflitos contemporâneos, demonstra uma dinâmica diferenciada a partir do momento em que passa a atribuir a questão indentitária ao mesmo.

De acordo com estudos revisados para esta investigação, o entendimento desta dinâmica identitária do conflito da Caxemira partiu inicialmente do nível individual, atingindo nível coletivo. A violência expressada no conflito em questão foi proporcionada a partir de um sentimento de ódio ao próximo sustentado por fundamentos nacionalistas. O caráter identitário foi atribuído ao conflito a partir do

plano de estabelecimento da nação paquistanesa. Anteriormente à existência de Caxemira, apesar de coexistirem em mesmo cenário, enquanto colônias do ex-império Britânico, as partes hindus e muçulmanas não expressavam de maneira violenta as suas diferenças. Através do fundamentalismo estabelecido pela Liga Muçulmana na qual defendia uma idéia de que os muçulmanos e hindus eram distintos por diversos fatores, a minoria hindu se deparou com a necessidade de lutar pelos seus interesses, iniciando desta maneira uma corrida nacionalista entre os líderes muçulmanos e hindus, acompanhadas pelos povos (Neves, 2010).

Após o grito de independência, o governo do Paquistão conquistou o direito de lutar pela criação do “lar dos muçulmanos” e por isto o fundamentalismo nacionalista passou a ser expresso também nas comunidades em todo o terreno. Nacionalismo e ideologia islâmica passaram a ser a combinação perfeita para que os povos iniciassem os confrontos em nome da garantia dos seus direitos. A partir deste momento, a identidade individual ganhava voz e passava a ser a identidade do povo, a identidade nacional presente em Caxemira, um terreno que apesar de unificado, se expressava de maneira paralela e repulsiva. O governo da Índia por sua vez, passou a garantir a luta pelos interesses do lado hindu. Quando a Caxemira fora invadida pela tribo Pathan, a Índia buscou sua legitimidade para fazer frente ao ataque em nome da defesa de seus povos e da sua legitimidade.

No cenário em questão o estudo demonstrou que alguns aspectos para além da questão identitária foram atribuídos ao conflito em Caxemira. Ainda sem mencionar as três dimensões de análise propostas, a luta pela coexistência e garantia das necessidades básicas e a escassez de recursos no Paquistão árido, fez com que as comunidades da região do Vale da Caxemira passassem a lutar pelos direitos de garantia de suas necessidades básicas. Em suma, o que ficou exposto foi a idéia de que a opção pela violência e de atribuição de ameaças por parte dos povos em Caxemira, se iniciou a partir de uma lógica correlacionada às necessidades humanas. A garantia pela sobrevivência em relação aos recursos escassos motivou estas comunidades a entrarem em uma espécie de choque contínuo e prolongado, uma vez que as condições de coexistência nestes ambientes permanecem estáveis. Conforme demonstrado no enquadramento teórico e também no terceiro capítulo referente aos recursos hídricos,

para além das questões de garantia de suas necessidades, fica exposta uma falha de governação dos Estados na gestão e partilha destes recursos.

Conforme abordado no enquadramento teórico, estas questões levam a uma análise feita pela teoria do conflito social prolongado. A teoria sobre resoluções de conflitos possibilitou uma espécie de receita de perfeito encaixe com o estudo de caso de Caxemira. A verificação das quatro variáveis de análise da teoria bem como o seu processo em si, nos levou a concluir que a Caxemira é de fato parte de uma dinâmica reconhecida como fenômeno do conflito social prolongado. Devido ao seu legado colonial, a questão identitária foi atribuída aos povos habitantes de Caxemira, tanto para o lado muçulmano quanto para os hindus. O cenário desfavorecido em relação ao uso dos recursos demonstra a necessidade destas comunidades em atribuir certo simbolismo à questão dos recursos hídricos. O comprometimento de suas fontes de subsistência como agricultura e pecuária faz com que as comunidades interpretassem a questão da posse da água como uma medida de sobrevivência. Lutar para sobreviver. A administração dos governos da Índia e China coloca em causa os fluxos de água corrente para as terras irrigadas do Paquistão. Com isto, proporcionam o sentimento de ódio ao lado oposto e diante disso, este mencionado ódio acaba por ser justificado.

Abordamos também que este fenômeno de conflitos de caráter prolongado, geralmente ocorre em sociedades mistas em países em vias de desenvolvimento, como no caso de Índia e Paquistão. A realidade destes países em desenvolvimento acaba por salientar certa porosidade em suas políticas devido à necessidade alianças políticas que garantam os seus interesses. Em outras palavras, favorece a intromissão de países terceiros e suas políticas. Esta questão sobre a porosidade e a necessidade política, ficou bem expressada quando no quinto capítulo demonstramos as políticas volúveis indianas em estabelecer relações com os Estados Unidos da América. Esta volubilidade foi expressa após a mudança do cenário bipolar quando anteriormente a Índia era aliada da ex-União Soviética e posteriormente aliou-se aos Estados Unidos. Outro aspecto salientador desta volubilidade foi demonstrado pelo governo do Paquistão quando no regime de Presidente Pervez Musharraf estabeleceu uma aliança com atores não estatais, de ideologia jihadista para favorecer os seus interesses e posteriormente em 2002 expressou palavras de apoio ao governo norte americano na caçada aos terroristas da *Al*

Quaeda. Terroristas estes que disponibilizaram a tecnologia para os terroristas paquistaneses.

Em suma, o perfeito encaixe das variáveis desta teoria com o estudo de caso, permitiu a elaboração de um círculo progressivo e vicioso. Índia e Paquistão ainda continuam a exercer suas convicções políticas e comportamentos em uma lógica de bipolaridade rumo ao *status quo* do sul asiático. As necessidades humanas casadas com as questões históricas, a questão da identidade nacional vinculada ao estilo de governação bem como às suas políticas, expressam uma corrida entre as nações rumo à sua hegemonia. Quando atribuímos a questão do impacto psicológico como uma “conclusão” do processo estabelecido pela teoria de Azar, foi possível observar a disposição de um círculo continuado por gerações. A atual geração coexistente em Caxemira não viveu no período em que esta disputa culminou, porém vive uma espécie de nostalgia de uma época que não viveram, mas luta em nome de suas ideologias. Nasceram naquele berço, foram introduzidos ao fundamentalismo religioso e lutam por algo em que na verdade pode ter se perdido pelo tempo, mas sabem do propósito existente. É a continuação do ódio ilegítimo, mas justificado pelas ideologias.

No entanto, mesmo que o fanatismo religioso venha sendo atribuído a diversos grupos religiosos, primordialmente no Paquistão, ainda não é possível afirmar que estes são responsáveis pela representação da ideologia de todo o Paquistão. Contudo, é relevante afirmar que é quase impossível discutir temas políticos, sociais e internacionais relacionados com o Paquistão, sem mencionar o aspecto e o contributo da religião islâmica no posicionamento deste país. O fundamentalismo islâmico – pacífico ou jihadista – está intrínseco em toda a extensão territorial paquistanesa. Devido à sua ideologia elaborada, é completamente difícil estabelecer uma diferença entre o que é a nação paquistanesa ou o que é a voz da religião uma vez que esta representa o pilar mais sólido para o sustento do povo muçulmano proveniente da "terra dos Puros", o Paquistão. A religião está intrínseca no principal discurso dos líderes religioso que lá estiveram e motiva as pessoas para a luta por algum país que ainda busca consolidar sua identidade através do tempo.

Para além de toda esta dinâmica nos diversos níveis, a identidade nacional atribuída ao islamismo gerou o fenômeno do jihadismo interpretado pelo Ocidente

como uma ameaça Oriental ao Ocidente. Até o presente momento abordado, esta contínua movimentação do conflito proporcionou a análise de uma guerra que, apesar da alta quantidade de mortos e do impacto negativo registrado, ainda era expresso em baixo nível. Após as mudanças estabelecidas, sobretudo em relação à securitização do terrorismo nas agendas internacionais, a comunidade internacional entrou em uma espécie de alerta em relação ao terrorismo e ao fenômeno da guerra santa. A aparição do terrorismo internacional foi proporcionada por Osama Bin Laden que atribuiu fundamentalismos fanáticos aos cinco pilares do islamismo (Gerges, 2005, 2009). O fundamentalismo jihadista, ganhou força e apoderou-se da tecnologia de destruição em massa, evoluiu para um posicionamento mais delicado e enquadrou-se enquanto jihadismo nuclear.

Em seguimento a este contexto, as políticas para o posicionamento nuclear acabaram por dar a volta aos regimes internacionais acordados para a não proliferação bem como proibição de testes nucleares. A disputa dos dois países em nome da posse da Caxemira culminou na ascensão de duas potências nucleares que lutam de forma intensa por anos pela garantia do status de uma região. A Índia procura estabelecer a sua hegemonia no sul da Ásia. Em respaldo a isto, o Paquistão aumenta o seu potencial nuclear em busca de fazer frente ao posicionamento indiano. A política de ambos acaba por boicotar o regime internacional estabelecido e posicionar o conflito entre os dois países enquanto um risco para além fronteira. Um conflito que pode se desenvolver em uma nova guerra de alto nível valendo do uso de suas forças nucleares.

Contudo, o que pretendíamos demonstrar ao decorrer desta investigação é que a pluralidade de atores envolvidos nesta causa bem como o seu caráter multidimensional faz do conflito em Caxemira um confronto intratável e insolúvel e sua perpetuação favorece um risco constante ao sistema internacional. O seu ciclo progressivo e o seu impacto nas gerações futuras acabam por perpetuar este conflito e estabilizar o mesmo em um nível regional. Apesar da freqüente e quase que diária troca de hostilidades entre ambos os lados, o conflito adquiriu um caráter prolongado e mesmo que não exista uma garantia que a posse de armas nucleares seria utilizada em um confronto mais intenso, ainda existe a necessidade de abolição deste conflito enquanto uma ameaça nuclear.

Portanto, fica desta maneira atribuída a idéia de que o tempo foi um fiel aliado na prolongação do conflito da Caxemira. Acreditamos que seria preciso os governos fazerem um caminho reverso, procurando desta maneira trabalhar em suas dinâmicas e reajustar cada questão delicada nos seus diversos níveis, aplicando a mesma disposição em fazer guerra em uma disposição em controlar a guerra. Talvez as bombas nucleares de Caxemira nunca venham de fato a serem acionadas por ambos os governos. Ainda que o jihad nuclear seja atribuído a uma bomba islâmica, não se pode esquecer de que por enquanto, Caxemira é uma disputa Indo-Paquistanesa. De fato, não é possível garantir diante mão que as políticas serão sempre as mesmas uma vez que os mais diversos líderes serão substituídos e novas dinâmicas surgirão neste cenário ao decorrer dos anos, como vem acontecendo. Não é possível fazer previsão do retrocesso da situação nem mesmo da evolução. Enquanto isto cabe à comunidade internacional pressionar os países para que estes possam aderir ao menos os regimes universais proporcionando uma garantia superficial de que estas armas estarão sobre o controle de um regime estabelecido em conjunto e regulado pelo sistema. Estas medidas garantiriam que esta ponte entre luta individual pelos recursos, ideologia jihadista e posicionamento nuclear não seguisse uma dinâmica de progressão e evoluísse para níveis mais críticos como uma guerra de alto nível.

Referências Bibliográficas

Ahmad , Ishtiaq . "Towards a Kashmiri Settlement Beyond Jihad." *The journey to India-Pakistan peace over Kashmir* 9 (2004): 15.
http://www.ishtiaqahmad.com/item_display.aspx?listing_id=445&listing_type=3 (consultado 12 de Abril, 2013).

Alam , Undala. "Questioning the water wars rationale: a case study of the Indus Waters Treaty." *The Geographical Journal*, 168, no. 4 (2002): 13.

Arnett , Eric H. . *Nuclear Weapons after the Comprehensive Test Ban: Implications for Modernization and Proliferation*. Londres : Oxford Press , 1996.

Arnett , Eric H. . *Nuclear Weapons and Arms Control in South Asia after the Test Ban*.Londres : Oxford Press , 1998.

Arnett , Eric H.. *Implementing the Comprehensive Test Ban: New aspects of Definition, Organization and Verification*.Londres : Oxford Press , 1994.

"Asia-Pacific Center for Security Studies Homepage."Asia-Pacific Center for Security Studies Homepage.<http://www.apcss.org> (consultado 13 de Junho, 2013).

Azar , Edward . *The Management of Protracted Social Conflict: Theory & Cases*. Dartmouth, Estados Unidos da América: Aldershot, 1990.

Azar, Moon, Edward, Ching In. "Managing protracted social conflict in the third World: facilitation and the development diplomacy." *Millennium: Journal of International Studies* 15(3), no. Conflict Resolution Theory (2001): 13.
<http://www.brad.ac.uk/ssis/research-and-knowledge-transfer/research-centres/> (consultado 28 de Novembro, 2012).

British Broadcasting Company|BBC, British Broadcasting Company,
<http://www.bbc.co.uk/> (Dezembro de 2012)

Bjelopera, Jerome . "American Jihadist Terrorism: Combating a Complex Threat."

Congressional Research Service 7 (2013): 140.

Bose , Sumantra. *Kashmir, Roots of Conflict, path to peace..* Cambridge &Harvard : Harvard University Press , 2003.

Bozdaglioglu, Yacel. "Constructivism and Identity Formation: An Interactive Approach." *Uluslararası Hukuk ve Politika* 11, no. Constructivism (2007): 23. <http://www.turkishweekly.net/article/310/constructivism-and-identity-formation-an-interactive-approach.html> (consultado 22 de Dezembro, 2012).

Brachman, Jarret. *Global Jihadism: Theory and Pactice.* Londres: Routledge Press, 2008.

Buzan, Weaver, Wilde , Barry, Ole, Jaap de . *Security: A New Framework for Analysis.* Reino Unido: Boulder, Lynne Reinner Publishers, 1998.

"CTBTo Preparatory Commission."CTBTo Preparatory Commission.www.ctbt.org/ (consultado 12 de Dezembro, 2012).

Campbell, Einhorn, Reiss, Kurt, Robert, Mitchell. *The Nuclear Tipping Point: Why States Reconsider the Nuclear Choices.* Reino Unido : Copywriter Material Editors, 2004.

Canter, Sarangi, David V, Sudhanshu. "The Rhetorical Foundation of Militant Jihad." *Centre for Investigative Psychology*, 1 (2009). <http://eprints.hud.ac.uk/8042/> (consultado 7 de Abril, 2013).

Canto-Sperber , Monique et al. . " Terrorismo e a guerra justa." In *Terrorismo e Relações Internacionais, cap: Terrorismo e a guerra justa.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006. 249.

Chandran , Suba. *India Pakistan joint investigation a zero sum game.* Londres: Routledge Press, 2002.

Chandran, D Suba.*Armed Conflict in South Asia: Growing Violence.* Nova Déli: Routledge, 2008.

- Chandran, D Suba. *Armed Conflict in South Asia*. Londres: Routledge, 2011.
- Cheldelin, Greenberg, Honeyman, R. Volpe, Sandra, Melanie, Christopher, Maria. "An Experiment in a Practice to Theory • in Conflict Resolution." *Negotiation Journal* 1, no. Conflict Resolution (2002): 3. <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1571-9979.2002.tb00261.x/abstract> (consultado 3 de Fevereiro, 2013).
- Danielsen, Gert. "Meeting Human Needs, Preventing Violence: Applying Human Needs Theory to the Conflict in Sri Lanka." *Universidad del Salvador* 1, no. Conflict Resolution (2005): 21.
- Danielson , J. Ryne . "A nuclear jiahd: The effects of nuclear weapons on non-state violence in the India-Pakistan Conflict." *Department of Government and Justice Studies* 1 (2012): 92.
- Director, SIPRI's, and Professor Tilman Br&. "Welcome to SIPRI" www.sipri.org. "Welcome to SIPRI" www.sipri.org. <http://www.sipri.org> (consultado em 3 de Junho, 2013).
- Fisher , Ronald . *Interactive Conflict Resolution*,.Estados Unidos da América: Syracuse University Press, 1997.
- Florin , Fabrice. "Is Barack Obama's Diplomacy subtle and strategic or weak and naive? The world is about find out Obama's Foreign Policy: The quiet American.." *The Economist* 326 (2009): 2.
- George, Bennett , Alexander, Andrew. *Case studies and theory development in the social sciences*.Cambridge : Cambridge Press, 2005.
- Gerson, O.Wilson, Mark, James. *The Essential Neo-Conservative Reader*.Estados Unidos da América: Perseus Book, 1996.
- "GlobalSecurity.org - Reliable Security Information." [GlobalSecurity.org - Reliable Security Information](http://www.globalsecurity.org).<http://www.globalsecurity.org> (consultado 3 de Fevereiro, 2013).

"Government of Pakistan."Government of Pakistan.www.pakistan.gov.pk (consultado 12 de Fevereiro, 2013).

Habibullah , Wajahat. *The political economy of Kashmir conflict*. Estados Unidos da América : United States Institute of Peace, 2011.

Hayat , Hasham. "Indus Waters Treaty and Resolution of Water Conflicts Between Two Nuclear Nations (Pakistan and India)." *Fondazione Eni Enrico Mattei* (Milão), December 3, 2011. <http://www.feem-web.it/ess/ess12/files/papers/hayat> (22 de Dezembro, 2012).

Hegghammer, Thomas. "Global Jihadism After the Iraq War." *Middle East Journal* 60 (2006): 21.

Hensman, Rohini. "Kashmir, Socialists, and the Right to Self-Determination." *Platypus Review* 32 (2011): 12.

Hindustan Times, The Hindustan Times, <http://www.hindustantimes.com> (Março de 2013).

"Home / ICSR."Home / ICSR. <http://icsr.info/> (accessed March 14, 2013).

Indurthy, Rathnam. "Kashmir Between India and Pakistan: An Intractable Conflict, 1947 to Present." *University of Colorado (Boulder)*, November 11, 2003. <http://www.beyondintractability.org/citations/15854> (13 de Janeiro, 2013).

"Inventory of International Non proliferation Organizations and Regimes ." *Center for Non proliferation Studies Report* 5 (2012).<http://cns.miis.edu/inventory/pdfs/ctbt.pdf> (13 de Novembro, 2012).

"International Institute for Strategic Studies | IISS."International Institute for Strategic Studies | IISS.<http://www.iiss.org> (17 de Março, 2013).

"Islamabad Policy Research Institute - Building Consensus." Islamabad Policy Research Institute - Building Consensus. <http://ipripak.org/> (23 de Abril, 2013).

- Izuyama, Ogawa , Marie, Shinichi. "The Nuclear Policy of India and Pakistan." *Security Reports*, 1 (2003): 30.
- Jackson, Sorensen, Robert, Georg . *Introduction to International Relations, theories and approaches*. Oxford, Reino Unido : Oxford University Press , 2010.
- Jaffrelot , Christophe. *Pakistan: Nationalism without a Nation*. Londres, Nova Iorque, Nova Déli: Zed Books Ltd, 2003.
- Johnathan , Dr. Colman. "Britain and the Indo-Pakistani Conflict: The Rann of Kutch and Kashmir, 1965." *The Journal of Imperial and Commonwealth History* 2 (2009): 12.
- Johnson , Rebecca . *Unfinished Business: The negotiation of CTBT and the End of Nuclear Testing*. United Nations Geneva : United Nations Sales , 2009.
- Kaku, Axelrod , Michio, Daniel. "To win a Nuclear War. The Pentagon's secret war plans.." *Journal of Peace Research* 25 (1987): 13.
- Khan , Yasmin . *The Great Partition: the making of India and Pakistan*. Estados Unidos da América: Yale University Press , 2008.
- Khan, Muhammed. "A comparative study of editorial treatment on Indo-Pak conflicts in daily dawn and the nation: a war and peace journalism perspective." *European Journal of Social Science* 7 (2011): 14.
- Khan, Shakir , Muhammad, Somia. "A Comparative Study of Editorial Treatment on Indo-Pak Conflicts in Daily Dawn and the Nation: A War & Peace Journalism Perspective." *European Journal of Social Science* 19, no. the Kashmir issue (2011): 10. <http://connection.ebscohost.com/c/articles/67654391/comparative-study-editorial-treatment-indo-pak-conflicts-daily-dawn-nation-war-peace-journalism-perspective> (28 de Janeiro, 2013).
- "Le Monde diplomatique." *Le Monde diplomatique*. <http://www.monde-diplomatique.fr> (24 de Janeiro, 2013).
- Malik, Noshab, Abdullah, Iffat, Farzana, Safad. *Jihad in the modern era : image and*

reality. Islamabad : Institute of Strategic Studies, 2001.

Mamoon, Murshed , Dawood, S Mansoob. "The conflict mitigating effects of trade in the India-Pakistan case." *Economics of Governance* 11 (2010): 22.

Mehta , Jagat S.. "The Indus Water Treaty: a Case Study in the resolution of an international River Basin Conflict ." *Natural Resources Forum* 1, no. Indus Water Treaty (1998): 8.

Nascimento , Daniela. "As (in)visibilidades da Paz e da Guerra: Uma análise crítica das estratégias dominantes de prevenção de conflitos e construção da Paz." *Oficina do CES* 370, no. Conflitos e Paz (2011): 15. www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/index.php?id=4331 (28 de Janeiro, 2013).

Neves , Edson. *Morrer pelo para-Ásso: O terrorismo internacional na Caxemira, entre a guerra por procuração e o jihadismo instrumental, 1989-2009*. Porto Alegre, Brasil : Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

Nizar, Messari, João Pontes Nogueira, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais*. Rio de Janeiro, Brasil : Elsevier Editora, Campus, 1998.

Panic , Branka. "Societal security“ security and identity." *Carl Schmitt and Copenhagen School for Security Studies* 13, no. Security Studies (2009): 11. <http://www.isn.ethz.ch/isn/Digital-Library/Publications/Detail/?ots591=0c54e3b3-1e9c-be1e-2c24-a6a8c7060233&lng=en&id=114814> (28 de Janeiro, 2013).

Puri , Balraj. "Kashmiriyat: The Vitaly of Kashmir Indentity." *Contemporary South Asia*, January 3, 1995.

Ramana, Nayyar, M.V, A.H. "India, Pakistan and the bomb." *Scientific American*,, November 20, 2001.

Ramsbotham , Oliver . "The analysis of protracted social conflict: a tribute to Edward Azar." *Review of International Studies* 31

(2005).<http://journals.cambridge.org/RIS> (2 de Fevereiro, 2013).

Ramsbotham, Oliver. *Transforming Violent Conflict* . Londres, Nova Iorque : Routledge , 2010.

Ramsbotham, Woodhouse, Miall, Oliver, Tom, Hugh. *Contemporary Conflict Resolution*. Third Edition ed. Cambridge : Polity Press, 2011.

Ritzema, Schultz , Henk, Bart. "Optimizing subsurface drainage practices in irrigated agriculture in the semi-arid and arid regions: Experiences from Egypt, India and Pakistan." *Centre for Water and Climate, Wageningen University and Research Centre, Wageningen, the Netherlands* 60, no. Irrig. and Drain. (2010): 9. wileyonlinelibrary.com (15 de Fevereiro, 2013).

Sampaio, Maria Feliciana. "O Tratado de Proibição Completa dos Testes Nucleares (CTbT):Perspectivas para sua entrada em vigor e para a atuação diplomática brasileira,." *Fundação Alexandre de Gusmão Ministério das Relações Exteriores* 1 (2012): 136.

Sayers, Sean. "Identity and Community ." *University of Kent at Canterbury* 1 (2010): 17.

Schaffer , Teresita. "Kashmir: the economics of peacebuilding." *CSIS South Asia Program* 1, no. Kashmir Issue (2005): 11.

Schelling , Thomas . "The Diplomacy of Violence ." In *The Diplomacy of Violence* . New Haven : Yale University Press , 1921. 8.

Schofield, Victoria .*Kashmir in Conflict*. Londres: IB Tauris, 2003.

Schofield, Victoria ."1." In *Kashmir in Conflict*. 2003. Reprint, Londres: IB Tauris, 2010. 321.

Sinha , Uttam Kumar . "India and Pakistan: Introspecting the Indus Treaty." *Strategic Analysis* 32:6 (2008): 6. <http://dx.doi.org/10.1080/09700160802404471> (2 de Março, 2013).

Sinha , Uttam Kumar . "50 Years of the Indus Water Treaty: An Evaluation." *Strategic*

Analysis 34:5 (2010): 4.

Sinha, Gupta, Behuria , Uttam, Arvind, Ashok. "Will the Indus Water Treaty Survive?." *Strategic Analysis* September 24, 2012.

Swami, Praveen. *India, Pakistan and the secret jihad the covert war in Kashmir, 1947-2004*. London: Routledge, 2007.

"Terrorism | South Asia Terrorism Portal."Terrorism | South Asia Terrorism Portal.<http://www.satp.org> (20 de Janeiro, 2013).

The Indian Daily (Déli), "The Kashmir Dispute," June 1, 1998. http://www.pbs.org/newshour/bb/asia/jan-june98/kashmir_6-1.html (accessed December 22, 2012).

"Updates | American Institute of Pakistan Studies."Updates | American Institute of Pakistan Studies. <http://www.pakistanstudies-aips.org/> (accessed June 23, 2013).

"VERTIC: Building trust through verification - Homepage." VERTIC: Building trust through verification - Homepage. <http://www.vertic.org/> (accessed March 3, 2013).

Verma, Shiv Kumar. "Energy geopolitics and Iran-Pakistan and India gas pipeline." *Elsevier* 35, no. Energy Policy (2007): 21.

"Water Aid ." Welcome to Water Aid. www.wateraid.org (3 de Abril, 2013).

Weaver, Mary Anne .*Pakistan:in the shadow of Jihad and Afghanistan*. Nova Iorque : Farrar, Straus and Giroux Publishers, 2003.

"Welcome to GAD." Welcome to GAD. <http://www.jkgad.nic.in/> (13 de Janeiro, 2013).

Wilson, John ."Terrorism Trends in Kashmir." *Observer Research Foundation*, 1 (2012): 4.

Wirsing, Robert. *India, Pakistan, and the Kashmir dispute*. 1994. Reprint, Londres:

Palgrave McMillan, 1998.

Wirsing, Robert. *India, Pakistan, and the Kashmir Dispute*. 1994. Reprint, Londres: Palgrave McMillan, 2008.

World Nuclear Association." World Nuclear Association.<http://www.world-nuclear.org/> (23 de Abril, 2013).

Xu, Jiaying. "The Ethnic Security Dilemma and Ethnic Violence: An Alternative Empirical Model and its Explanatory Power." *Res Publica - Journal of Undergraduate Research* 17, no. 2 (2012). <http://digitalcommons.iwu.edu/respublica/vol17/iss1/9/> (accessed December 22, 2012).

Yukik , Nishikawa. *Human Security in Southern Asia*.Londres : Routledge Press , 2010.

de Jong, Ford, van de Kanm, Lokuge, Fromm, von Galen, Reilley, Kleber, Kaz, Nathan, Saskia, Kamalini, Silke, Renate, Bringg, Rolf. "Conflict in the Indian Kashmir Valley I: exposure to violence." *BioMed Central* 2:10, no. Conflict and Health (2008): 7. http://www.biomedcentral.com/info/publishing_adv.asp (12 de Março, 2013).

"nupi.no / NUPI - NUPI." nupi.no / NUPI - NUPI. <http://www.nupi.no> (accessed May 23, 2013).

ANEXOS

Lista de Anexos

Anexo nº1 – Tabela de Metodologia do modelo de análise. Comparação entre o conceito de identidade no conflito em Caxemira com as variáveis do processo da teoria do conflito social prolongado.

Anexo nº 2 – Resolução 307, Conselho de Segurança das Nações Unidas, Índia e Paquistão, criação da Linha de Controle (LoC) e UNOGIP.

Anexo nº 3 – Disposições do Tratado da Água do Rio Indo, Banco Mundial, 1960, assinado por Índia e Paquistão, Karachi.

Anexo nº 4 – Gazeta do Paquistão, publicação do governo paquistanês sobre a criação da autoridade nuclear reguladora, 23 de Dezembro de 2010, Islamabad.

Conceito	Dimensões	Componentes	Indicadores	LIGAÇÃO	Conceito	Dimensões	Componentes	Indicadores
Identidade					Conflito Social Prolongado			
A	Social/ Econômica	*Relevância dos Recursos; *Des. Da Economia Local	*Uso mútuo dos recursos do Vale; *Água/Hidroelétrica /Agricultura *Escassez dos Recursos	→	A	Humana	*Necessidades Humanas *Meios de subsistência	*Tratado da Água; *Percurso dos rios Vs Barragens
B	Ideológica/ Religiosa	*Ameaças à segurança comunal; *Necessidade de afirmação religiosa *Luta ideológica	*Terrorismo *Jihadismo Instrumental *Guerra por procuração; *Poder Jihadista paralelo ao Estado Paquistanês	→	B	Histórica/ Política	*Encorajamento Político *Atribuição de ódio aos não-muçulmanos *Luta face à hegemonização indiana	*Atores Não Estatais; *Militâncias ao Jihadismo *Jihadismo nuclear
C	Nuclear/ Político	*Política Paquistanesa *Política Indiana * Posições durante e após a Guerra Fria	* TNP & CTBT *Produção excessiva de armas e ogivas *Jihadismo Nuclear	→	C	Intel.	* Políticas porosas e volúveis *Regimes Inte'l.	*Testes Nucleares; *Não assinatura TNP & CTBT *Pos.Indiano 2017

Decision

At its 1615th meeting, on 15 December 1971, the Council decided to invite the representative of Ceylon to participate, without vote, in the discussion of the question.

Resolution 307 (1971) of 21 December 1971

The Security Council,

Having discussed the grave situation in the subcontinent, which remains a threat to international peace and security,

Noting General Assembly resolution 2793 (XXVI) of 7 December 1971,

Noting the reply of the Government of Pakistan on 9 December 1971,⁵⁸

Noting the reply of the Government of India on 12 December 1971,⁵⁴

Having heard the statements of the Deputy Prime Minister of Pakistan⁵⁵ and the Foreign Minister of India,⁵⁶

Noting further the statement made at the 1616th meeting of the Security Council by the Foreign Minister of India containing a unilateral declaration of a cease-fire in the western theatre,

Noting Pakistan's agreement to the cease-fire in the western theatre with effect from 17 December 1971,⁵⁷

⁵⁸ See *Official Records of the Security Council, Twenty-sixth Year, Supplement for October, November and December 1971*, document S/10440.

⁵⁴ *Ibid.*, document S/10445.

⁵⁵ *Ibid.*, *Twenty-sixth Year*, 1614th meeting.

⁵⁶ *Ibid.*, 1613th meeting.

⁵⁷ *Ibid.*, 1621st meeting.

Noting that consequently a cease-fire and a cessation of hostilities prevail,

1. *Demands* that a durable cease-fire and cessation of all hostilities in all areas of conflict be strictly observed and remain in effect until withdrawals take place, as soon as practicable, of all armed forces to their respective territories and to positions which fully respect the cease-fire line in Jammu and Kashmir supervised by the United Nations Military Observer Group in India and Pakistan;

2. *Calls upon* all Member States to refrain from any action which may aggravate the situation in the subcontinent or endanger international peace;

3. *Calls upon* all those concerned to take all measures necessary to preserve human life and for the observance of the Geneva Conventions of 1949⁵⁸ and to apply in full their provisions as regards the protection of the wounded and sick, prisoners of war and civilian population;

4. *Calls for* international assistance in the relief of suffering and the rehabilitation of refugees and their return in safety and dignity to their homes, and for full co-operation with the Secretary-General to that effect;

5. *Authorizes* the Secretary-General to appoint if necessary a special representative to lend his good offices for the solution of humanitarian problems;

6. *Requests* the Secretary-General to keep the Council informed without delay on developments relating to the implementation of the present resolution;

7. *Decides* to remain seized of the matter and to keep it under active consideration.

Adopted at the 1621st meeting by 13 votes to none, with 2 abstentions (Poland, Union of Soviet Socialist Republics).

⁵⁸ United Nations, *Treaty Series*, vol. 75 (1950), Nos. 970-973.

QUESTION CONCERNING THE ISLANDS OF ABU MUSA, THE GREATER TUNB AND THE LESSER TUNB

Decisions

At its 1610th meeting, on 9 December 1971, the Council decided to invite the representatives of Iraq, Iran, Algeria, the Libyan Arab Republic, the People's Democratic Republic of Yemen, Kuwait and the United Arab Emirates to participate, without vote, in the discussion of the item entitled "Letter dated 3 December 1971 from the Permanent Representatives of Algeria, Iraq, the Libyan Arab Republic and the People's Democratic Republic of Yemen to the United Nations

addressed to the President of the Security Council (S/10409)".⁵⁹

At the same meeting, the Council decided to defer consideration of the matter to a later date so that sufficient time might be allowed for thorough third-party efforts to materialize.

⁵⁹ See *Official Records of the Security Council, Twenty-sixth Year, Supplement for October, November and December 1971*.

The Indus Waters Treaty 1960

The Indus Waters Treaty 1960

CONTENTS

	<i>Page</i>
PREAMBLE	1
Article I —DEFINITIONS	1
Article II —PROVISIONS REGARDING EASTERN RIVERS	4
Article III —PROVISIONS REGARDING WESTERN RIVERS	6
Article IV —PROVISIONS REGARDING EASTERN RIVERS AND WESTERN RIVERS	7
Article V —FINANCIAL PROVISIONS	11
Article VI —EXCHANGE OF DATA	13
Article VII —FUTURE CO-OPERATION	14
Article VIII—PERMANENT INDUS COMMISSION	15
Article IX —SETTLEMENT OF DIFFERENCES AND DISPUTES	18
Article X —EMERGENCY PROVISION	19
Article XI —GENERAL PROVISIONS	21
Article XII —FINAL PROVISIONS	21
 Annexure A—EXCHANGE OF NOTES BETWEEN GOVERNMENT OF INDIA AND GOVERNMENT OF PAKISTAN	
 Annexure B—AGRICULTURAL USE BY PAKISTAN FROM CERTAIN TRIBUTARIES OF THE RAVI	
 Annexure C—AGRICULTURAL USE BY INDIA FROM THE WESTERN RIVERS	
 Annexure D—GENERATION OF HYDRO-ELECTRIC POWER BY INDIA ON THE WESTERN RIVERS	
 Annexure E—STORAGE OF WATERS BY INDIA ON THE WESTERN RIVERS	
 Annexure F—NEUTRAL EXPERT	
 Annexure G—COURT OF ARBITRATION	
 Annexure H—TRANSITIONAL ARRANGEMENTS	

PREAMBLE

The Government of India and the Government of Pakistan, being equally desirous of attaining the most complete and satisfactory utilisation of the waters of the Indus system of rivers and recognising the need, therefore, of fixing and delimiting, in a spirit of goodwill and friendship, the rights and obligations of each in relation to the other concerning the use of these waters and of making provision for the settlement, in a cooperative spirit, of all such questions as may hereafter arise in regard to the interpretation or application of the provisions agreed upon herein, have resolved to conclude a Treaty in furtherance of these objectives, and for this purpose have named as their plenipotentiaries:

THE GOVERNMENT OF INDIA :

Shri Jawaharlal Nehru,
Prime Minister of India,

and

THE GOVERNMENT OF PAKISTAN :

Field Marshal Mohammad Ayub Khan, HP., H.J.,
President of Pakistan;

who, having communicated to each other their respective Full Powers and having found them in good and due form, have agreed upon the following Articles and Annexures:—

ARTICLE I

Definitions

As used in this Treaty:

(1) The terms "Article" and "Annexure" mean respectively an Article of, and an Annexure to, this Treaty.

Except as otherwise indicated, references to Paragraphs are to the paragraphs in the Article or in the Annexure in which the reference is made.

(2) The term "Tributary" of a river means any surface channel, whether in continuous or intermittent flow and by whatever name called, whose waters in the natural course would fall into that river, e.g. a tributary, a torrent, a natural drainage, an artificial drainage, a *nadi*, a *nallah*, a *nai*, a *khad*, a *cho*. The term also includes any sub-tributary or branch or subsidiary channel, by whatever name called, whose waters, in the natural course, would directly or otherwise flow into that surface channel.

(3) The term "The Indus," "The Jhelum," "The Chenab," "The Ravi," "The Beas" or "The Sutlej" means the named river (including Connecting Lakes, if any) and all its Tributaries: Provided however that

- (i) none of the rivers named above shall be deemed to be a Tributary;
- (ii) The Chenab shall be deemed to include the river Panjnad; and
- (iii) the river Chandra and the river Bhaga shall be deemed to be Tributaries of The Chenab.

(4) The term "Main" added after Indus, Jhelum, Chenab, Sutlej, Beas or Ravi means the main stem of the named river excluding its Tributaries, but including all channels and creeks of the main stem of that river and such Connecting Lakes as form part of the main stem itself. The Jhelum Main shall be deemed to extend up to Verinag, and the Chenab Main up to the confluence of the river Chandra and the river Bhaga.

(5) The term "Eastern Rivers" means The Sutlej, The Beas and The Ravi taken together.

(6) The term "Western Rivers" means The Indus, The Jhelum and The Chenab taken together.

(7) The term "the Rivers" means all the rivers, The Sutlej, The Beas, The Ravi, The Indus, The Jhelum and The Chenab.

(8) The term "Connecting Lake" means any lake which receives water from, or yields water to, any of the Rivers; but any lake which occasionally and irregularly receives only the spill of any of the Rivers and returns only the whole or part of that spill is not a Connecting Lake.

(9) The term "Agricultural Use" means the use of water for irrigation, except for irrigation of household gardens and public recreational gardens.

(10) The term "Domestic Use" means the use of water for:

- (a) drinking, washing, bathing, recreation, sanitation (including the conveyance and dilution of sewage and of industrial and other wastes), stock and poultry, and other like purposes;
- (b) household and municipal purposes (including use for household gardens and public recreational gardens);
and
- (c) industrial purposes (including mining, milling and other like purposes);

but the term does not include Agricultural Use or use for the generation of hydro-electric power.

(11) The term "Non-Consumptive Use" means any control or use of water for navigation, floating of timber or other property, flood protection or flood control, fishing or fish culture, wild life or other like beneficial purposes, provided that, exclusive of seepage and evaporation of water incidental to the control or use, the water (undiminished in volume within the practical range of measurement) remains in, or is returned to, the same river or its Tributaries; but the term does not include Agricultural Use or use for the generation of hydro-electric power.

(12) The term "Transition Period" means the period beginning and ending as provided in Article II (6).

(13) The term "Bank" means the International Bank for Reconstruction and Development.

(14) The term "Commissioner" means either of the Commissioners appointed under the provisions of Article VIII(1) and the term "Commission" means the Permanent Indus Commission constituted in accordance with Article VIII(3).

(15) The term "interference with the waters" means:

- (a) Any act of withdrawal therefrom; or
- (b) Any man-made obstruction to their flow which causes a change in the volume (within the practical range of measurement) of the daily flow of the waters: Provided however that an obstruction which involves only an insignificant and incidental change in the volume of the daily flow, for example, fluctuations due to afflux caused by bridge piers or a temporary by-pass, etc., shall not be deemed to be an interference with the waters.

(16) The term "Effective Date" means the date on which this Treaty takes effect in accordance with the provisions of Article XII, that is, the first of April 1960.

ARTICLE II

Provisions Regarding Eastern Rivers

(1) All the waters of the Eastern Rivers shall be available for the unrestricted use of India, except as otherwise expressly provided in this Article.

(2) Except for Domestic Use and Non-Consumptive Use, Pakistan shall be under an obligation to let flow, and shall not permit any interference with, the waters of the Sutlej Main and the Ravi Main in the reaches where these rivers flow in Pakistan and have not yet finally crossed into Pakistan. The points of final crossing are the following: (a)

near the new Hasta Bund upstream of Suleimanke in the case of the Sutlej Main, and (b) about one and a half miles upstream of the syphon for the B-R-B-D Link in the case of the Ravi Main.

(3) Except for Domestic Use, Non-Consumptive Use and Agricultural Use (as specified in Annexure B), Pakistan shall be under an obligation to let flow, and shall not permit any interference with, the waters (while flowing in Pakistan) of any Tributary which in its natural course joins the Sutlej Main or the Ravi Main before these rivers have finally crossed into Pakistan.

(4) All the waters, while flowing in Pakistan, of any Tributary which, in its natural course, joins the Sutlej Main or the Ravi Main after these rivers have finally crossed into Pakistan shall be available for the unrestricted use of Pakistan: Provided however that this provision shall not be construed as giving Pakistan any claim or right to any releases by India in any such Tributary. If Pakistan should deliver any of the waters of any such Tributary, which on the Effective Date joins the Ravi Main after this river has finally crossed into Pakistan, into a reach of the Ravi Main upstream of this crossing, India shall not make use of these waters; each Party agrees to establish such discharge observation stations and make such observations as may be necessary for the determination of the component of water available for the use of Pakistan on account of the aforesaid deliveries by Pakistan, and Pakistan agrees to meet the cost of establishing the aforesaid discharge observation stations and making the aforesaid observations.

(5) There shall be a Transition Period during which, to the extent specified in Annexure H, India shall

- (i) limit its withdrawals for Agricultural Use,
- (ii) limit abstractions for storages, and
- (iii) make deliveries to Pakistan from the Eastern Rivers.

(6) The Transition Period shall begin on 1st April 1960 and it shall end on 31st March 1970, or, if extended under the provisions of Part 8 of Annexure H, on the date up to which it has been extended. In any event, whether or not the replacement referred to in Article IV(1) has been accomplished, the Transition Period shall end not later than 31st March 1973.

(7) If the Transition Period is extended beyond 31st March 1970, the provisions of Article V(5) shall apply.

(8) If the Transition Period is extended beyond 31st March 1970, the provisions of Paragraph (5) shall apply during the period of extension beyond 31st March 1970.

(9) During the Transition Period, Pakistan shall receive for unrestricted use the waters of the Eastern Rivers which are to be released by India in accordance with the provisions of Annexure H. After the end of the Transition Period, Pakistan shall have no claim or right to releases by India of any of the waters of the Eastern Rivers. In case there are any releases, Pakistan shall enjoy the unrestricted use of the waters so released after they have finally crossed into Pakistan: Provided that in the event that Pakistan makes any use of these waters, Pakistan shall not acquire any right whatsoever, by prescription or otherwise, to a continuance of such releases or such use.

ARTICLE III

Provisions Regarding Western Rivers

(1) Pakistan shall receive for unrestricted use all those waters of the Western Rivers which India is under obligation to let flow under the provisions of Paragraph (2).

(2) India shall be under an obligation to let flow all the waters of the Western Rivers, and shall not permit any interference with these waters, except for the following uses, restricted (except as provided in item (c)(ii) of Paragraph 5 of Annexure C) in the case of each of the rivers, The

Indus, The Jhelum and The Chenab, to the drainage basin thereof:

- (a) Domestic Use;
- (b) Non-Consumptive Use;
- (c) Agricultural Use, as set out in Annexure C; and
- (d) Generation of hydro-electric power, as set out in Annexure D.

(3) Pakistan shall have the unrestricted use of all waters originating from sources other than the Eastern Rivers which are delivered by Pakistan into The Ravi or The Sutlej, and India shall not make use of these waters. Each Party agrees to establish such discharge observation stations and make such observations as may be considered necessary by the Commission for the determination of the component of water available for the use of Pakistan on account of the aforesaid deliveries by Pakistan.

(4) Except as provided in Annexures D and E, India shall not store any water of, or construct any storage works on, the Western Rivers.

ARTICLE IV

Provisions Regarding Eastern Rivers and Western Rivers

(1) Pakistan shall use its best endeavours to construct and bring into operation, with due regard to expedition and economy, that part of a system of works which will accomplish the replacement, from the Western Rivers and other sources, of water supplies for irrigation canals in Pakistan which, on 15th August 1947, were dependent on water supplies from the Eastern Rivers.

(2) Each Party agrees that any Non-Consumptive Use made by it shall be so made as not to materially change, on account of such use, the flow in any channel to the prejudice of the uses on that channel by the other Party under the provisions of this Treaty. In executing any scheme of

flood protection or flood control each Party will avoid, as far as practicable, any material damage to the other Party, and any such scheme carried out by India on the Western Rivers shall not involve any use of water or any storage in addition to that provided under Article III.

(3) Nothing in this Treaty shall be construed as having the effect of preventing either Party from undertaking schemes of drainage, river training, conservation of soil against erosion and dredging, or from removal of stones, gravel or sand from the beds of the Rivers: Provided that

- (a) in executing any of the schemes mentioned above, each Party will avoid, as far as practicable, any material damage to the other Party;
- (b) any such scheme carried out by India on the Western Rivers shall not involve any use of water or any storage in addition to that provided under Article III;
- (c) except as provided in Paragraph (5) and Article VII(1)(b), India shall not take any action to increase the catchment area, beyond the area on the Effective Date, of any natural or artificial drainage or drain which crosses into Pakistan, and shall not undertake such construction or remodelling of any drainage or drain which so crosses or falls into a drainage or drain which so crosses as might cause material damage in Pakistan or entail the construction of a new drain or enlargement of an existing drainage or drain in Pakistan; and
- (d) should Pakistan desire to increase the catchment area, beyond the area on the Effective Date, of any natural or artificial drainage or drain, which receives drainage waters from India, or, except in an emergency, to pour any waters into it in excess of the quantities received by it as on the Effective Date, Pakistan shall, before undertaking any work for

these purposes, increase the capacity of that drainage or drain to the extent necessary so as not to impair its efficacy for dealing with drainage waters received from India as on the Effective Date.

(4) Pakistan shall maintain in good order its portions of the drainages mentioned below with capacities not less than the capacities as on the Effective Date:—

- (i) Hudiara Drain
- (ii) Kasur Nala
- (iii) Salimshah Drain
- (iv) Fazilka Drain.

(5) If India finds it necessary that any of the drainages mentioned in Paragraph (4) should be deepened or widened in Pakistan, Pakistan agrees to undertake to do so as a work of public interest, provided India agrees to pay the cost of the deepening or widening.

(6) Each Party will use its best endeavours to maintain the natural channels of the Rivers, as on the Effective Date, in such condition as will avoid, as far as practicable, any obstruction to the flow in these channels likely to cause material damage to the other Party.

(7) Neither Party will take any action which would have the effect of diverting the Ravi Main between Madhopur and Lahore, or the Sutlej Main between Harike and Sulci-manke, from its natural channel between high banks.

(8) The use of the natural channels of the Rivers for the discharge of flood or other excess waters shall be free and not subject to limitation by either Party, and neither Party shall have any claim against the other in respect of any damage caused by such use. Each Party agrees to communicate to the other Party, as far in advance as practicable, any information it may have in regard to such extraordinary discharges of water from reservoirs and flood flows as may affect the other Party.

(9) Each Party declares its intention to operate its storage dams, barrages and irrigation canals in such manner,

consistent with the normal operations of its hydraulic systems, as to avoid, as far as feasible, material damage to the other Party.

(10) Each Party declares its intention to prevent, as far as practicable, undue pollution of the waters of the Rivers which might affect adversely uses similar in nature to those to which the waters were put on the Effective Date, and agrees to take all reasonable measures to ensure that, before any sewage or industrial waste is allowed to flow into the Rivers, it will be treated, where necessary, in such manner as not materially to affect those uses: Provided that the criterion of reasonableness shall be the customary practice in similar situations on the Rivers.

(11) The Parties agree to adopt, as far as feasible, appropriate measures for the recovery, and restoration to owners, of timber and other property floated or floating down the Rivers, subject to appropriate charges being paid by the owners.

(12) The use of water for industrial purposes under Articles II(2), II(3) and III(2) shall not exceed:

- (a) in the case of an industrial process known on the Effective Date, such quantum of use as was customary in that process on the Effective Date;
- (b) in the case of an industrial process not known on the Effective Date:
 - (i) such quantum of use as was customary on the Effective Date in similar or in any way comparable industrial processes; or
 - (ii) if there was no industrial process on the Effective Date similar or in any way comparable to the new process, such quantum of use as would not have a substantially adverse effect on the other Party.

(13) Such part of any water withdrawn for Domestic Use under the provisions of Articles II (3) and III (2) as

is subsequently applied to Agricultural Use shall be accounted for as part of the Agricultural Use specified in Annexure B and Annexure C respectively; each Party will use its best endeavours to return to the same river (directly or through one of its Tributaries) all water withdrawn therefrom for industrial purposes and not consumed either in the industrial processes for which it was withdrawn or in some other Domestic Use.

(14) In the event that either Party should develop a use of the waters of the Rivers which is not in accordance with the provisions of this Treaty, that Party shall not acquire by reason of such use any right, by prescription or otherwise, to a continuance of such use.

(15) Except as otherwise required by the express provisions of this Treaty, nothing in this Treaty shall be construed as affecting existing territorial rights over the waters of any of the Rivers or the beds or banks thereof, or as affecting existing property rights under municipal law over such waters or beds or banks.

ARTICLE V

Financial Provisions

(1) In consideration of the fact that the purpose of part of the system of works referred to in Article IV(1) is the replacement, from the Western Rivers and other sources, of water supplies for irrigation canals in Pakistan which, on 15th August 1947, were dependent on water supplies from the Eastern Rivers, India agrees to make a fixed contribution of Pounds Sterling 62,060,000 towards the costs of these works. The amount in Pounds Sterling of this contribution shall remain unchanged irrespective of any alteration in the par value of any currency.

(2) The sum of Pounds Sterling 62,060,000 specified in Paragraph (1) shall be paid in ten equal annual instalments on the 1st of November of each year. The first of such annual instalments shall be paid on

1st November 1960, or if the Treaty has not entered into force by that date, then within one month after the Treaty enters into force.

(3) Each of the instalments specified in Paragraph (2) shall be paid to the Bank for the credit of the Indus Basin Development Fund to be established and administered by the Bank, and payment shall be made in Pounds Sterling, or in such other currency or currencies as may from time to time be agreed between India and the Bank.

(4) The payments provided for under the provisions of Paragraph (3) shall be made without deduction or set-off on account of any financial claims of India on Pakistan arising otherwise than under the provisions of this Treaty: Provided that this provision shall in no way absolve Pakistan from the necessity of paying in other ways debts to India which may be outstanding against Pakistan.

(5) If, at the request of Pakistan, the Transition Period is extended in accordance with the provisions of Article II (6) and of Part 8 of Annexure H, the Bank shall thereupon pay to India out of the Indus Basin Development Fund the appropriate amount specified in the Table below:—

Table

<i>Period of Aggregate Extension of Transition Period</i>	<i>Payment to India</i>
One year	£ Stg. 3,125,000
Two years	£ Stg. 6,406,250
Three years	£ Stg. 9,850,000

(6) The provisions of Article IV(1) and Article V(1) shall not be construed as conferring upon India any right to participate in the decisions as to the system of works which Pakistan constructs pursuant to Article IV(1) or as constituting an assumption of any responsibility by India or as an agreement by India in regard to such works.

(7) Except for such payments as are specifically provided for in this Treaty, neither Party shall be entitled to claim any payment for observance of the provisions of this Treaty or to make any charge for water received from it by the other Party.

ARTICLE VI

Exchange of Data

(1) The following data with respect to the flow in, and utilisation of the waters of, the Rivers shall be exchanged regularly between the Parties:—

- (a) Daily (or as observed or estimated less frequently) gauge and discharge data relating to flow of the Rivers at all observation sites.
- (b) Daily extractions for or releases from reservoirs.
- (c) Daily withdrawals at the heads of all canals operated by government or by a government agency (hereinafter in this Article called canals), including link canals.
- (d) Daily escapages from all canals, including link canals.
- (e) Daily deliveries from link canals.

These data shall be transmitted monthly by each Party to the other as soon as the data for a calendar month have been collected and tabulated, but not later than three months after the end of the month to which they relate: Provided that such of the data specified above as are considered by either Party to be necessary for operational purposes shall be supplied daily or at less frequent intervals, as may be requested. Should one Party request the supply of any of these data by telegram, telephone, or wireless, it shall reimburse the other Party for the cost of transmission.

(2) If, in addition to the data specified in Paragraph (1) of this Article, either Party requests the supply of any data relating to the hydrology of the Rivers, or to canal or reservoir operation connected with the Rivers, or to any provision of this Treaty, such data shall be supplied by the other Party to the extent that these are available.

ARTICLE VII

Future Co-operation

(1) The two Parties recognize that they have a common interest in the optimum development of the Rivers, and, to that end, they declare their intention to co-operate, by mutual agreement, to the fullest possible extent. In particular:—

- (a) Each Party, to the extent it considers practicable and on agreement by the other Party to pay the costs to be incurred, will, at the request of the other Party, set up or install such hydrologic observation stations within the drainage basins of the Rivers, and set up or install such meteorological observation stations relating thereto and carry out such observations thereat, as may be requested, and will supply the data so obtained.
- (b) Each Party, to the extent it considers practicable and on agreement by the other Party to pay the costs to be incurred, will, at the request of the other Party, carry out such new drainage works as may be required in connection with new drainage works of the other Party.
- (c) At the request of either Party, the two Parties may, by mutual agreement, co-operate in undertaking engineering works on the Rivers.

The formal arrangements, in each case, shall be as agreed upon between the Parties.

(2) If either Party plans to construct any engineering work which would cause interference with the waters of any of the Rivers and which, in its opinion, would affect the other Party materially, it shall notify the other Party of its plans and shall supply such data relating to the work as may be available and as would enable the other Party to inform itself of the nature, magnitude and effect of the work. If a work would cause interference with the waters of any of the Rivers but would not, in the opinion of the Party planning it, affect the other Party materially, nevertheless the Party planning the work shall, on request, supply the other Party with such data regarding the nature, magnitude and effect, if any, of the work as may be available.

ARTICLE VIII

Permanent Indus Commission

(1) India and Pakistan shall each create a permanent post of Commissioner for Indus Waters, and shall appoint to this post, as often as a vacancy occurs, a person who should ordinarily be a high-ranking engineer competent in the field of hydrology and water-use. Unless either Government should decide to take up any particular question directly with the other Government, each Commissioner will be the representative of his Government for all matters arising out of this Treaty, and will serve as the regular channel of communication on all matters relating to the implementation of the Treaty, and, in particular, with respect to

- (a) the furnishing or exchange of information or data provided for in the Treaty; and
- (b) the giving of any notice or response to any notice provided for in the Treaty.

(2) The status of each Commissioner and his duties and responsibilities towards his Government will be determined by that Government.

(3) The two Commissioners shall together form the Permanent Indus Commission.

(4) The purpose and functions of the Commission shall be to establish and maintain co-operative arrangements for the implementation of this Treaty, to promote co-operation between the Parties in the development of the waters of the Rivers and, in particular,

- (a) to study and report to the two Governments on any problem relating to the development of the waters of the Rivers which may be jointly referred to the Commission by the two Governments: in the event that a reference is made by one Government alone, the Commissioner of the other Government shall obtain the authorization of his Government before he proceeds to act on the reference;
- (b) to make every effort to settle promptly, in accordance with the provisions of Article IX (1), any question arising thereunder;
- (c) to undertake, once in every five years, a general tour of inspection of the Rivers for ascertaining the facts connected with various developments and works on the Rivers;
- (d) to undertake promptly, at the request of either Commissioner, a tour of inspection of such works or sites on the Rivers as may be considered necessary by him for ascertaining the facts connected with those works or sites; and
- (e) to take, during the Transition Period, such steps as may be necessary for the implementation of the provisions of Annexure H.

(5) The Commission shall meet regularly at least once a year, alternately in India and Pakistan. This regular annual meeting shall be held in November or in such other month as may be agreed upon between the Commissioners. The Commission shall also meet when requested by either Commissioner.

(6) To enable the Commissioners to perform their functions in the Commission, each Government agrees to accord to the Commissioner of the other Government the same privileges and immunities as are accorded to representatives of member States to the principal and subsidiary organs of the United Nations under Sections 11, 12 and 13 of Article IV of the Convention on the Privileges and Immunities of the United Nations (dated 13th February, 1946) during the periods specified in those Sections. It is understood and agreed that these privileges and immunities are accorded to the Commissioners not for the personal benefit of the individuals themselves but in order to safeguard the independent exercise of their functions in connection with the Commission; consequently, the Government appointing the Commissioner not only has the right but is under a duty to waive the immunity of its Commissioner in any case where, in the opinion of the appointing Government, the immunity would impede the course of justice and can be waived without prejudice to the purpose for which the immunity is accorded.

(7) For the purposes of the inspections specified in Paragraph (4) (c) and (d), each Commissioner may be accompanied by two advisers or assistants to whom appropriate facilities will be accorded.

(8) The Commission shall submit to the Government of India and to the Government of Pakistan, before the first of June of every year, a report on its work for the year ended on the preceding 31st of March, and may submit to the two Governments other reports at such times as it may think desirable.

(9) Each Government shall bear the expenses of its Commissioner and his ordinary staff. The cost of any special staff required in connection with the work mentioned in Article VII(1) shall be borne as provided therein.

(10) The Commission shall determine its own procedures.

ARTICLE IX**Settlement of Differences and Disputes**

(1) Any question which arises between the Parties concerning the interpretation or application of this Treaty or the existence of any fact which, if established, might constitute a breach of this Treaty shall first be examined by the Commission, which will endeavour to resolve the question by agreement.

(2) If the Commission does not reach agreement on any of the questions mentioned in Paragraph (1), then a difference will be deemed to have arisen, which shall be dealt with as follows:

- (a) Any difference which, in the opinion of either Commissioner, falls within the provisions of Part 1 of Annexure F shall, at the request of either Commissioner, be dealt with by a Neutral Expert in accordance with the provisions of Part 2 of Annexure F:
- (b) If the difference does not come within the provisions of Paragraph (2)(a), or if a Neutral Expert, in accordance with the provisions of Paragraph 7 of Annexure F, has informed the Commission that, in his opinion, the difference, or a part thereof, should be treated as a dispute, then a dispute will be deemed to have arisen which shall be settled in accordance with the provisions of Paragraphs (3), (4) and (5):

Provided that, at the discretion of the Commission, any difference may either be dealt with by a Neutral Expert in accordance with the provisions of Part 2 of Annexure F or be deemed to be a dispute to be settled in accordance with the provisions of Paragraphs (3), (4) and (5), or may be settled in any other way agreed upon by the Commission.

(3) As soon as a dispute to be settled in accordance with this and the succeeding paragraphs of this Article has arisen, the Commission shall, at the request of either Commissioner, report the fact to the two Governments, as early

as practicable, stating in its report the points on which the Commission is in agreement and the issues in dispute, the views of each Commissioner on these issues and his reasons therefor.

(4) Either Government may, following receipt of the report referred to in Paragraph (3), or if it comes to the conclusion that this report is being unduly delayed in the Commission, invite the other Government to resolve the dispute by agreement. In doing so it shall state the names of its negotiators and their readiness to meet with the negotiators to be appointed by the other Government at a time and place to be indicated by the other Government. To assist in these negotiations, the two Governments may agree to enlist the services of one or more mediators acceptable to them.

(5) A Court of Arbitration shall be established to resolve the dispute in the manner provided by Annexure G

- (a) upon agreement between the Parties to do so; or
- (b) at the request of either Party, if, after negotiations have begun pursuant to Paragraph (4), in its opinion the dispute is not likely to be resolved by negotiation or mediation; or
- (c) at the request of either Party, if, after the expiry of one month following receipt by the other Government of the invitation referred to in Paragraph (4), that Party comes to the conclusion that the other Government is unduly delaying the negotiations.

(6) The provisions of Paragraphs (3), (4) and (5) shall not apply to any difference while it is being dealt with by a Neutral Expert.

ARTICLE X

Emergency Provision

If, at any time prior to 31st March 1965, Pakistan should represent to the Bank that, because of the outbreak

of large-scale international hostilities arising out of causes beyond the control of Pakistan, it is unable to obtain from abroad the materials and equipment necessary for the completion, by 31st March 1973, of that part of the system of works referred to in Article IV(1) which relates to the replacement referred to therein, (hereinafter referred to as the "replacement element") and if, after consideration of this representation in consultation with India, the Bank is of the opinion that

- (a) these hostilities are on a scale of which the consequence is that Pakistan is unable to obtain in time such materials and equipment as must be procured from abroad for the completion, by 31st March 1973, of the replacement element, and
- (b) since the Effective Date, Pakistan has taken all reasonable steps to obtain the said materials and equipment and, with such resources of materials and equipment as have been available to Pakistan both from within Pakistan and from abroad, has carried forward the construction of the replacement element with due diligence and all reasonable expedition,

the Bank shall immediately notify each of the Parties accordingly. The Parties undertake, without prejudice to the provisions of Article XII (3) and (4), that, on being so notified, they will forthwith consult together and enlist the good offices of the Bank in their consultation, with a view to reaching mutual agreement as to whether or not, in the light of all the circumstances then prevailing, any modifications of the provisions of this Treaty are appropriate and advisable and, if so, the nature and the extent of the modifications.

ARTICLE XI**General Provisions**

- (1) It is expressly understood that
 - (a) this Treaty governs the rights and obligations of each Party in relation to the other with respect only to the use of the waters of the Rivers and matters incidental thereto; and
 - (b) nothing contained in this Treaty, and nothing arising out of the execution thereof, shall be construed as constituting a recognition or waiver (whether tacit, by implication or otherwise) of any rights or claims whatsoever of either of the Parties other than those rights or claims which are expressly recognized or waived in this Treaty.

Each of the Parties agrees that it will not invoke this Treaty, anything contained therein, or anything arising out of the execution thereof, in support of any of its own rights or claims whatsoever or in disputing any of the rights or claims whatsoever of the other Party, other than those rights or claims which are expressly recognized or waived in this Treaty.

(2) Nothing in this Treaty shall be construed by the Parties as in any way establishing any general principle of law or any precedent.

(3) The rights and obligations of each Party under this Treaty shall remain unaffected by any provisions contained in, or by anything arising out of the execution of, any agreement establishing the Indus Basin Development Fund.

ARTICLE XII**Final Provisions**

(1) This Treaty consists of the Preamble, the Articles hereof and Annexures A to H hereto, and may be cited as "The Indus Waters Treaty 1960".

(2) This Treaty shall be ratified and the ratifications

into force upon the exchange of ratifications, and will then take effect retrospectively from the first of April 1960.

(3) The provisions of this Treaty may from time to time be modified by a duly ratified treaty concluded for that purpose between the two Governments.

(4) The provisions of this Treaty, or the provisions of this Treaty as modified under the provisions of Paragraph (3), shall continue in force until terminated by a duly ratified treaty concluded for that purpose between the two Governments.

IN WITNESS WHEREOF the respective Plenipotentiaries have signed this Treaty and have hereunto affixed their seals.

Done in triplicate in English at Karachi on this Nineteenth day of September 1960.

FOR THE GOVERNMENT OF INDIA :

(Sd) Jawaharlal Nehru

FOR THE GOVERNMENT OF PAKISTAN :

(Sd) Mohammad Ayub Khan
Field Marshal, H.P., H.J.

FOR THE INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION
AND DEVELOPMENT

for the purposes specified in Articles V and X and Annexures F, G and H:

(Sd) W. A. B. Iliff

The Gazette  of Pakistan

EXTRAORDINARY
PUBLISHED BY AUTHORITY

ISLAMABAD, THURSDAY, DECEMBER 23, 2010

PART II

Statutory Notification (S.R.O.)

GOVERNMENT OF PAKISTAN

PAKISTAN NUCLEAR REGULATORY AUTHORITY

NOTIFICATIONS

Islamabad, the 9th of December, 2010

S.R.O. 1146(I)/2010 .– In exercise of powers conferred by section 16(2)(a) and section 56, of the Pakistan Nuclear Regulatory Authority Ordinance, 2001 (III of 2001), the Pakistan Nuclear Regulatory Authority is pleased to make and promulgate the following regulations for the purpose of implementing actions prescribed by sections 24, 28, 29, and 44 of the Ordinance:-

1. Short title, extent, applicability and commencement.–(1) These regulations may be called “Pakistan Nuclear Regulatory Authority Enforcement Regulations – (PAK/950)”

(2) These regulations extend to the whole of Pakistan.

(3) These regulations shall be applicable to all nuclear and radiation facilities and activities.

(4) These regulations shall come into force at once.

2. Definitions.__ (1) In these regulations unless there is anything repugnant in the subject or context,

(a) “activities” mean

(i) production, use, storage, handling, sale, import and export of sources of ionizing radiation (e.g. for medical, industrial, agricultural, research and educational purposes etc.);

(ii) transport of radioactive material;

(3623)

[3101(2010)/Ex. Gaz.]

Price: Rs. 10.50

- (iii) mining and processing of radioactive ores (e.g. uranium and thorium ores), and closure of associated facilities;
 - (iv) activities in radioactive waste management (e.g. discharge, disposal and clearance);
 - (v) protective actions (intervention practices);
 - (vi) decommissioning or closure of nuclear facilities and site rehabilitation.
- (b) “aircraft” means a cargo aircraft which is carrying goods or property or a passenger aircraft that carries any person including a crew member or any other person accompanying a consignment.
- (c) “Authority” means the Pakistan Nuclear Regulatory Authority established under section 3 of Pakistan Nuclear Regulatory Authority Ordinance, 2001;
- (d) “authorization” means an authorization granted under section 20 or, as the case may be, sections 21, 22 or 23 of the Ordinance;
- (e) “Chairman” means the Chairman of the Authority;
- (f) “complaint” means the allegations made in writing pursuant to section 45 of the Ordinance;
- (g) “court” means court of competent jurisdiction notified by the federal or provincial government to take cognizance, according to section 45, of the offences made under section 44 of the Ordinance.
- (h) “Directorate” means a Directorate of the Authority established under section 13 of the Ordinance;
- (i) “DG (I&E)” means Director General (Inspection and Enforcement) of PNRA so designated by the Authority as the overall in-charge for carrying out the purpose of these regulations;
- (j) “Member (Executive)” means full time Member of the Authority appointed by the Federal Government under section 4(1) of the Ordinance and so designated by a general or specific order by the Chairman.
- (k) “facilities” mean
- (i) nuclear power plants;
 - (ii) spent fuel and radioactive waste management installations (such as treatment, storage and disposal facilities);
 - (iii) nuclear and irradiation installations for medical, industrial and research purposes;
 - (iv) installations using radiation sources and radioactive material for any purpose;
 - (v) other reactors and installations.
- (l) “Inspector” means an officer designated by DG (I&E) to perform such functions as prescribed by section 29 of the Ordinance;
- (m) “interested party” means a licensee, an authorization holder and/or such person, who in the opinion of the Authority is a necessary party to the proceeding, and it may also include any person who is required to obtain a licence under section 19 of the Ordinance but is not the holder of a licence;

- (n) "licensee" means the holder of a licence issued by the Authority under section 19 of the Ordinance;
- (o) "offence" means any act or omission made punishable under section 44 of the Ordinance.
- (p) "Ordinance" means the Pakistan Nuclear Regulatory Authority Ordinance No. III of 2001.;
- (q) "person" means any individual, corporation, partnership, firm, association, trust, estate, public or private institution, group, Government agency, any state or any political subdivision or any political entity within a state, any foreign Government or nation, or other entity and includes any legal successor, representative, agent or agency of any of the aforesaid;
- (r) "premises" means a building or a part of building and the area of ground belonging to it.
- (s) "Registrar" means an officer of the Authority so designated as Registrar for the purpose of these regulations.
- (t) "report" means the allegations of commission of an offence or violation, made in writing, by any person or an employee of the Authority against any person;
- (u) "suspension" means temporary stoppage of the activity being carried out under such licence or authorization, till the Authority withdraws its decision of suspension;
- (v) "vehicle" means a road vehicle (including an articulated vehicle, i.e. a tractor and semi-trailer combination) or railroad car or railway wagon. Each trailer shall be considered as a separate vehicle.
- (w) "vessel" means any seagoing vessel or inland waterway craft used for carrying cargo.
- (x) "violator" means any person who has contravened any provision of the Ordinance, rules and regulations made there under or directive of the Authority, or who has failed to comply with the terms and conditions of a licence or authorization;

3. Interpretation.— The decision of the Chairman regarding the interpretation of any word or phrase of these regulations shall be final and binding on all the persons whether licensed or unlicensed.

PART I

PROCEDURE FOR OBTAINING INFORMATION

4. Notice to obtain information. – (1) The Director or any other official designated by the Director may send a notice to a licensee or any other person pursuant to section 28 of the Ordinance to obtain information for the purpose of satisfying himself as to whether the provisions of the Ordinance or the rules and regulations made there under and/or terms and conditions of the licence and directives, have been or are being adequately complied with.

(2) The concerned person is bound to facilitate and provide all relevant data, records, information and full access to the necessary areas to the Inspector(s) or Directorate in performance of its duties and functions without any obstruction, hindrance or delay.

5. Issuance of show cause notice. – The reply has to be furnished within the time frame stipulated in the notice issued under regulation 4 (1). However, if the Directorate does not receive any reply of the notice within thirty (30) days of its serving, it may issue a show cause notice as stipulated in regulation 13.

PART II

PROCEDURE FOR ENTRY OR INSPECTION

6. Designation of Inspector. – (1) Any officer who fulfills the eligibility criteria, as approved by the Authority from time to time and available on PNRA's website, may be designated as Inspector by the DG (I & E) in writing. An Inspector may be designated for a particular place or area or for a specific purpose or period.

(2) The Inspector shall carry with him a valid identity card of such designation and if so required he shall show his identity card for identification to any person, in relation to whom he is exercising or proposing to exercise any of his powers.

7. Powers of the Inspector. – (1) An Inspector shall have the powers to:

- (a) Enter any premises, vehicle, vessel or aircraft for the purpose of satisfying himself as to whether the provisions of the Ordinance or the rules and regulations made there under have been or are being adequately complied with;
- (b) carry out any tests and investigations;
- (c) obtain and analyze any samples;
- (d) carry out periodic inspections of any premises / installation or radiation apparatus;
- (e) record the statement of any person in the performance of his duties;
- (f) issue warning or directive;
- (g) lock and seal any premises, nuclear installation, radiation generator, or any part thereof, where any nuclear substance or radiation generator is being used, stored, operated or maintained in contravention of the Ordinance or the rules and regulations made there under;
- (h) carry out any other functions pursuant to section 29 of the Ordinance.

(2) The licensee shall provide any Inspector, immediate unfettered access, with applicable access control measures for security, radiation protection and personal safety, in case of nuclear installations;

8. Assistance to the Inspector. – (1) Every person related to a facility or activity, whether licensed or unlicensed, shall be bound to assist and facilitate the Inspector to provide all relevant data, records, information and full access to the necessary areas to the Inspector in performance of his duties and functions without any obstruction, hindrance or delay.

(2) The Inspector may seek assistance of the local police in case of any resistance during entry and inspection with the approval of the Director of the concerned Regional Directorate.

(3) In case of locked premises, efforts will be made to inform the owner before entering the premises with the help of local police.

9. Filing of report.— If an Inspector determines that the provisions of the Ordinance or the rules and regulations made there under and/or terms and conditions of the licence and directives have not been or are not being complied with, the Inspector may submit a report to the concerned Director for assessment of violation as stipulated in Regulation 12.

PART III

PROCEDURE FOR SUSPENSION OR CANCELLATION OF LICENCE AND/OR AUTHORIZATION

10. Grounds for suspension and cancellation. – A licence or an authorization may be suspended or cancelled upon any one of the following grounds:

- (a) the licensee or authorization holder has violated any provision of the Ordinance or the rules and regulations made there under;
- (b) action or inaction of the licensee or authorization holder has resulted in the breach of any of the provisions of the Ordinance or the rules and regulations made there under;
- (c) the licensee or authorization holder has not complied with the terms and conditions of the licence, authorization or any other directive issued by the Authority;
- (d) if any of the allegation contained in the violation report submitted pursuant to regulation 9, is determined by the Director to be correct;
- (e) default in payment of fee or any other dues of the Authority;
- (f) commission of any of the offences provided in the Ordinance.

11. Types of violation. – (1) An Inspector may submit report to the respective Directorate of:

- (a) any action or inaction of a licensee or authorization holder which constitutes alleged violation of the Ordinance or the rules and regulations made there under, orders, directives of the Authority;
- (b) any action or inaction of a licensee or authorization holder which constitute alleged non-compliance with the terms and conditions of the licence or authorization, as the case may be;
- (c) a licensee or authorization holder engaged in conduct which may endanger the safety of the workers, patients, general public and/or the environment;
- (d) a licensee or authorization holder who is found guilty of:
 - (i) unprofessional conduct, any felony, willful misconduct or negligence pertaining to obligations arising out of Ordinance and Regulations;
 - (ii) obtaining or attempting to obtain a licence or authorization or renewal thereof by bribery or fraudulent representation or through provision of incorrect information;
 - (iii) providing the Authority with false or misleading information;

- (iv) violating, aiding or abetting others in violation of any provision of the Ordinance or the rules and regulations made there under.

12. Assessment of violation. – (1) The Director of the concerned Directorate shall consider the report of violation and the documents placed before him by the concerned Inspector. The Director shall consider the following factors amongst others:

- (a) safety significance of the violation;
- (b) effectiveness of physical protection;
- (c) whether first time violation or repeated violation;
- (d) whether the cause is due to negligence, deliberate or willful;
- (e) whether identified and reported by the violator himself or by any other person including inspectors of the Authority;
- (f) past performance and record of the violator;
- (g) violators preparedness as well as willingness to rectify the violation;
- (h) the impact of contravention on other persons, interested parties or the general public or environment;
- (i) any other factor, not herein provided, but considered essential by the Authority.

(2) After considering the report of violation and the documents placed before him by the concerned Inspector the Director will assess the violation or constitute a committee for the assessment of violation. After assessment of violation the Director may:

- (a) issue a show cause notice on behalf of the Authority; or
- (b) issue a final directive to the licensee or the authorization holder, to rectify the violation or to submit compliance report with terms and conditions of the licence or the authorization, within a specified period;
- (c) reject the violation report.

13. Contents and issuance of show cause notice. – (1) The Director after consultation with the DG (I & E) may decide to publish show cause notice, if the circumstances so require, in addition to dispatch of show cause notice.

(2) A show cause notice may be dispatched or communicated to the violator by any one or more of the following means:

- (a) by post with acknowledgement due;
- (b) by a courier service;
- (c) by publication in national or international newspaper of large circulation, where the violator normally resides, or carries on business or where its head office is located.

(3) A show cause notice shall comprise of the following essential information but may also include such other information as the Director may deem fit:

- (a) name and address of the violator;

- (b) the provisions of the Ordinance or the rules and regulations made there under, orders or directives of the Authority, which have been contravened, every contravention, if more than one, shall be specifically stated;
 - (c) the penalties, as provided in statutes, for each breach, which the Authority can determine to impose, shall be specifically stated for the information of the violator;
 - (d) reference to the previous correspondence on the subject, if any, in such instance, photocopy of the previous correspondence may also be annexed with show cause notice;
 - (e) the date by which reply of the show cause notice will be sent and the name, address and designation of person to whom it will be sent.
- (4) The show cause notice may preferably be drafted by a legally qualified person.
- (5) Show cause notice shall be signed and served upon the violator by the respective Director.

14. Reply of the show cause notice. – The Director, on receipt of reply to show cause notice shall assess whether:

- (a) to accept the reply; or
- (b) to reject the reply.

15. Prior to hearing procedure. – In case of rejection of the reply or no reply by the violator, the Director may refer the matter to the DG (I & E) who may, as the case be, do the following:

- (a) seek assistance of a legal consultant and/or technical expert, for evaluation of the reply to the show cause notice.
- (b) accept or deny the violator's reply;
- (c) call for comments or interventions from interested parties before the conduct of hearing.
- (d) cause a notice of hearing to the violator.
- (e) decide date, time and venue for the conduct of hearing.
- (f) determine a date or time for close of evidence, discovery, or admission of facts and documents.
- (g) limit the number of experts or witnesses and may impose time limits for presentation of their testimony, keeping in view the relevancy of evidence to the issue.
- (h) determine issues to be addressed by the parties and the same shall be communicated to the concerned persons minimum seven (07) days prior to the date of hearing.

16. Hearing and the decision. – (1) The DG (I & E) shall conduct hearing on the date and time as communicated to the parties.

(2) The Registrar of the Authority may make arrangements for audio, video or both types of recording of the proceedings, as the DG (I & E) may approve.

(3) The Registrar of the Authority may inform all participants of the program of hearing and the rules of decorum for the smooth running of the proceedings, just prior to the commencement of the proceedings.

(4) The DG (I & E) may conclude hearing in a single day or if required, adjourn it to such subsequent dates as it may deem necessary.

(5) The DG (I & E) shall pronounce the close of evidence, discoveries or the hearing proceedings in the presence of the participants.

(6) The DG (I & E) shall formulate and notify its decision at such later date as it may deem fit in the circumstances, but not later than ten (10) days after the closure of hearing.

(7) Where the violator is a licensee or authorization holder and the DG (I & E) has determined and decided that contravention of the Ordinance, rules and regulations made there under, has taken place or the violator has consistently failed to comply with terms and conditions of the licence or authorization and/or the directives, as the case may be, the DG (I & E) may, on behalf of the Authority:

(a) suspend the licence or authorization; or

(b) cancel the licence or authorization.

(8) The decision of the DG (I & E) shall be communicated in the same manner as prescribed for issuance of show cause notice in regulation 13.

17. Cancellation of decision.— The DG (I & E) may, after the pronouncement or issuance of a decision, as the case may be, cancel the decision provided:

(a) the violator has rectified the violation to comply with the terms and conditions of the licence or authorization and such action has been verified by the DG (I & E) through his own means

(b) the licensee or the authorization holder submits an application to the DG (I & E) for review and withdrawal of order.

18. Actions to be taken subsequent to cancellation or suspension. – In case the licence is cancelled or suspended, the DG (I & E) may take all or any of the actions specified in section 25 of the Ordinance.

19. Filing of complaint. – In case of non-compliance of the orders of the Authority, DG (I & E) or the Director of the concerned Directorate may forward the report to the Registrar for filing the complaint for prosecution pursuant to section 45 of the Ordinance.

PART IV

PROCEDURE FOR INVESTIGATION OF OFFENCES

20. Reporting of offence. – (1) A report that an offence has been committed may be submitted or filed with the Authority:

(a) by any person;

(b) by respective Directorate of the Authority.

(2) A report to be submitted or filed pursuant to clause (1) shall be filed with the Registrar of the Authority, during the working hours, by the person himself or its duly authorized representative.

21. Requirements of a report. – Each report submitted to the Authority by any person shall be:

- (a) neatly and legibly written typed or printed and shall precisely set forth the facts, grounds and the applicable provisions of the Ordinance, rules or regulations contravened by the accused person;
- (b) in case of an individual filing the report, who is not an employee of the Authority, duly signed, dated and verified by person making it and in case of company, firm, partnership etc., signed and verified by chief executive officer, director, secretary, administrator or an authorized representative as applicable;
- (c) accompanied by documents referred to or relied upon;
- (d) accompanied by copy of NIC or any other satisfactory identification. In case of a minor, he may submit a copy of NIC of his father or guardian.

22. Submission of report by any person other than an employee of the Authority. – Any report filed with the Authority by any person other than its employee, shall be examined by the Registrar for its compliance with regulations:

- (a) Where the report is considered to be in conformity with the requirements of these regulations, he shall accept the application and endorse thereon a stamp acknowledging the filing along with the number given there to in register; or
- (b) Where the report is found not in conformity with the requirements of regulation 21, he shall, as soon as but not later than fourteen (14) days of filing thereof, return the report with directions to amend, correct or to annex such documents, as are required to substantiate the allegations, or for any other requirement, and re-submit the report in accordance with these regulations.
- (c) The Registrar shall forward the report to the concerned Directorate for verification of facts and submission of comprehensive report within fourteen (14) days.
- (d) Where the Registrar or the Directorate is not satisfied with the contents of the report and of its conformity with the requirements of regulation 21, he shall place the report before the Member (Executive) for its direction, as it may deem necessary, not later than seven (07) days of the date of re-submission thereof by that person. The Member (Executive) shall not reject a report on the grounds of any defect therein without giving the person, an opportunity of rectifying the defect within the time specified for the purpose by the Member (Executive).
- (e) All reports shall be deemed to be filed on the date of acceptance thereof by the Registrar where re-submitted in accordance with the provisions of clause (b) and/or (d) above, on the date the Registrar accepts the filing thereof.

23. Submission of report by an employee of the Authority. – Any report filed with the Authority by the designated Inspector of the Authority shall be forwarded to the DG (I & E), through the concerned Directorate for further action.

24. Show cause notice and hearing procedure. – Issuance of show cause notice and hearing will be done pursuant to regulations 13, 14, 15 and 16.

25. Publication and service of legal notices. – (1) Before filing the complaint the Registrar may serve legal notice to the accused person.

(2) The legal notice may be served to the accused person by the Registrar through any one or more of the following modes of service, namely:

- (a) by hand delivery through messenger;
- (b) by registered post acknowledgement due;
- (c) by publishing in a national daily English language newspaper and an Urdu language daily newspaper;
- (d) by advertisement in the electronic media or foreign newspapers where the Authority is satisfied that it is not reasonably practicable to serve legal notices in any other manner.

(3) Every legal notice or process required to be served on, or delivered to any accused person, may be sent to the person at the address furnished by him for service or at the place where the person or his authorized agent normally resides or conducts business or personally works for gain.

(4) Where a person is to be served a legal notice during the course of proceedings and such a person, has an authorized agent or representative to represent him in the proceedings, such agent or representative shall be considered duly authorized to accept service of a legal notice and process on behalf of the person concerned.

(5) No service or publication shall be deemed invalid by reason only of any defect in the name or description of a person if the Registrar is satisfied that such service or publication is sufficient in all other aspects.

26. Filing of complaint. – The filing of complaint will be according to the internal working procedure made under the provisions of the Ordinance and these Regulations.

27. Repeal.– Regulations 6, 7, 8 and 25 of Pakistan Nuclear Safety and Radiation Protection Regulations, 1990 (SRO 957(I)/90) are hereby repealed.

[PNRA-PPD-02(50)/07]

Dr. Shahid A. Mallick
Member (Corporate)